

ANUÁRIO DO MUSEU IMPERIAL

Ano 1971

Volume 32

Volume 32– 1971

Arquivo	Título
A1971_00	Apresentação
A1971_00	Sumário
A1971_01	Antecedentes da lei de 28 de setembro de 1871 – Paulo Machado da Costa e Silva
A1971_02	A princesa Isabel e o Poder Moderador – João Camilo de Oliveira Torres
A1971_03	Iconografia da princesa Isabel – Gilda Marina de Almeida Lopes
A1971_04	Isabel a católica – Francisco Lemes Lopes, S. J.
A1971_05	A princesa Isabel e a sociedade brasileira do seu tempo – Odilon Nogueira de Matos
A1971_06	O conde d'Eu e o exército brasileiro – Everaldo de Oliveira Reis
A1971_07	O exílio e a morte – Lourenço Luís Lacombe
A1971_08	Noticiário

Apresentação

Dando prosseguimento ao plano elaborado pela atual direção, apresenta o Museu Imperial, com este volume do seu *Anuário*, o nº 32 dessa sua publicação, referente ao ano de 1971.

Tendo sido iniciado em 1940, no próprio ano da fundação do museu, veio o *Anuário* se impondo, pela seriedade de sua colaboração, como uma das mais respeitadas revistas históricas do país.

Neste vol. 32, divulga o museu as palestras que compuseram o *Curso Princesa Isabel*, organizado para comemorar o centenário da lei do Ventre Livre e o cinquentenário do falecimento da Redentora, série que teve o patrocínio do príncipe d. Pedro Gastão de Orleans e Bragança que foi também o mais entusiasta colaborador dos conferencistas, abrindo as coleções do seu palácio Grão-Pará e os seus arquivos para ali estudarem os pesquisadores.

Petrópolis, dezembro de 1971

Lourenço Luís Lacombe

Diretor

**Antecedentes
da lei de
28 de setembro
de 1871**

Paulo Machado da Costa e Silva

Prontamente, e com grande alegria, acedi ao convite do diretor do Museu Imperial, professor Lourenço Luís Lacombe, para que o Instituto Histórico de Petrópolis participasse da realização do “Curso Princesa Isabel”, que se destina a comemorar condignamente o centenário da “lei do Ventre Livre” ou lei Visconde do Rio Branco. Aliás, na perseguição de objetivos comuns, Museu Imperial e Instituto Histórico, ao longo dos anos, se têm dado as mãos em dignificante exemplo de conjugação de esforços e de interesses.

Por isso mesmo, concordamos que fosse antecipada de amanhã, dia 29, para hoje, 28, a sessão solene estatutária, em que o instituto recorda, anualmente, a publicação da lei provincial nº 961, de 29/09/1857, que elevou a povoação de São Pedro de Alcântara de Petrópolis à categoria de cidade. Desta forma, unindo as duas solenidades, a da comemoração estatutária e a da abertura do Curso Princesa Isabel, nós estamos sublinhando a importância de ambas as efemérides, dignas, em verdade, da melhor atenção das instituições culturais de nossa cidade.

Antes, pois, de iniciar a palestra de hoje, em cumprimento do aludido preceito estatutário e em sinal de respeito e de gratidão, o Instituto Histórico de Petrópolis, ainda que em rápidas palavras, presta reverente homenagem à memória daqueles varões ilustres, homens públicos esclarecidos e intimatoros, que conseguiram dar a Petrópolis, em 1857 – então um adolescente povoado de quatorze anos de existência – o cobiçado predicamento de cidade. Mais do que um título, ele significava a maioria antecipada pela conquista da autonomia política. Representava, igualmente, da parte das autoridades, uma profissão de fé, arrojada e confiante, na fibra dos laboriosos habitantes dos vales da antiga fazenda do Córrego Seco, que, adaptando-se ao meio, estavam realizando numa forma nova o desenvolvimento e o progresso desta região.

Pelos anos afora, ainda que outros disto se esqueçam, estou certo de que o Instituto Histórico de Petrópolis não deixará de recordar aos contemporâneos das épocas futuras o nome e a obra do coronel Amaro Emílio da Veiga como sendo aquele que merece representar todos os que estiveram ligados ao expressivo episódio da elevação de Petrópolis à categoria de cidade naqueles idos primitivos de 29 de setembro de 1857.

É com sabida honra que recebo a incumbência de proferir a palestra inicial de um curso, importante pelo assunto e pelos historiadores de reais méritos e de merecida faria que, nas próximas terças-feiras, se farão ouvir para goáudio dos cursistas e do público que vier dar aos promotores dessas comemorações o estímulo e o apoio do seu comparecimento e da sua simpatia antiga.

A palestra singela, que abre este “Curso Princesa Isabel”, pretende aflorar apenas alguns aspectos da preparação da lei de 28 de setembro de 1871, hoje, em sua data centenária, recordada com admiração e júbilo. Assentado, assim, esse objetivo, partimos para a pesquisa e a seleção do material.

Para os que residem em Petrópolis, como nós, e que, em horas roubadas ao descanso, pretendem estudar e conhecer melhor a história desta terra e a de nossa pátria, a existência de uma instituição como o Museu Imperial, com sua biblioteca e com o arquivo da Casa Imperial abertos aos pesquisadores e estudiosos, constitui uma oportunidade excepcional, invejada por muitos historiadores. Ao mesmo tempo significa, igualmente, para todos nós, a quase existência de uma obrigação, de um dever, nem sempre realizado, de aproveitar esses tesouros, de explorar adequadamente filões tão ricos, quão ainda pouco aproveitados.

Agindo nessa linha e guiado pelos cultos e abnegados beneditinos da cultura em terras petropolitanas, que são os nada numerosos, mas excelentes (diria, excelentíssimos) funcionários do Museu Imperial, tive a satisfação de manusear com cuidado e com ávida curiosidade, apesar do pouco tempo disponível, uma série de maços de documentos, sobretudo os maços de nº 138 a 162 do arquivo que veio do castelo d’Eu por doação do príncipe d. Pedro Gastão de Orleans e Bragança, neto do imperador d. Pedro II. Enquanto lia e anotava o que ia encontrando, confesso que, por vezes, cheguei a me esquecer de que o tempo presente se escoava célere, de tal modo me absorvia o entretenimento com o passado.

Da massa documental, não foi pouco o que apareceu ligado ao período de 1866 a 1871 e ao assunto em pauta. Na medida do possível, procurarei trazê-lo para o bojo da palestra.

Entretanto, vamos por partes.

Vejam, com particular atenção, como caminharam a idéia, o propósito e as providências para se libertar os frutos do ventre escravo, principalmente entre os homens ligados ao governo.

No mesmo ano em que a lei Eusébio de Queirós encerrava o ciclo vergonhoso do tráfico de escravos africanos para o Brasil, o deputado Silva Guimarães, em 22 de março de 1850, apresentava à Assembléia Geral Legislativa o seguinte projeto de lei:

“A Assembléia Geral Legislativa decreta:

Art. 1º. Todos os nascidos de ventre escravo no Brasil serão considerados livres da data da presente lei em diante.

Art. 2º. Os senhores de escravos ficam obrigados a libertar os mesmos escravos, toda vez que estes, pela sua alforria, derem uma quantia igual àquela por que foram comprados, doados ou havidos por qualquer outro título.

Art. 3º. Os senhores de escravos, que forem casados, não poderão vender ou alienar por qualquer forma um dos cônjuges sem o outro, sob pena de nulidade da alienação.

Ficam revogadas as leis e disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de março de 1850. – *Silva Guimarães.*”

Mal sucedido, em maio de 1852, o mesmo deputado voltava à carga – ainda que sem obter êxito também – com um novo projeto, que reformulava e ampliava o anterior. Era o seguinte projeto de lei que, naturalmente, incorporava aspectos novos, sugeridos nos debates do

anterior:

“A Assembléia Geral Legislativa decreta:

Art. 1º. São livres, da data da presente lei em diante, todos os que no Brasil nascerem de ventre escravo.

Art. 2º. São igualmente considerados livres os que, nascidos em outra parte, vierem para o Brasil da mesma data em diante.

Art. 3º. Todo aquele que criar, desde o nascimento até a idade de 7 anos, qualquer dos nascidos do art. 1º, o terá por outro tanto tempo para o servir, e só então aos 14 anos ficará emancipado para bem seguir a vida que lhe parecer.

Art. 4º. Todo escravo, que der em remissão de seu cativoiro uma soma igual ao preço que ele tiver custado a seu senhor, ou este o houvesse por título oneroso, ou gratuito, será o senhor obrigado a passar carta de liberdade, sob pena do art. 179 do Código Criminal.

Art. 5º. Não havendo preço estipulado, o valor do escravo para ser alforriado será designado por árbitros, um dos quais será o promotor público da comarca respectiva.

Art. 6º. Nenhum escravo casado será vendido, sem que o seja igualmente, à mesma pessoa, o outro consorte.

Art. 7º. O governo fica autorizado a dar os regulamentos precisos para a boa execução da presente lei, e igualmente autorizado a criar os estabelecimentos que forem necessários para a criação dos que, nascidos da data desta lei em diante, forem abandonados pelos senhores dos escravos.

Art. 8º. Ficam revogadas as leis e disposições em contrário.

Paço da Câmara dos Deputados, em ... de maio de 1852. – *Silva Guimarães.*”

Perdigão Malheiro (dr. Agostinho Marques Perdigão Malheiro), que foi presidente do Instituto dos Advogados e deputado à Assembléia Nacional pela província de São Paulo na legislatura de 1869-1872, escreveu uma obra séria sobre o elemento servil, a “Escravidão no Brasil”, Rio de Janeiro, 1866-67. É um trabalho amplo, bem documentado, no qual estuda os aspectos jurídico, social e histórico deste humilhante sistema de trabalho, em que o homem, despojado de seus direitos fundamentais, passa a ser considerado simples mercadoria, máquina ou animal irracional.

No apêndice, sob o nº 16, transcreve a terceira parte de um projeto elaborado, em 1852, pela sociedade contra o tráfico de africanos e promotora da colonização e civilização dos indígenas, e intitulada “Extinção progressiva da escravidão no Brasil”, abrangendo quinze artigos. Para não nos alongarmos em demasia, embora a proposição fosse digna de um exame sério e de algumas considerações, vamos transcrever dois de seus artigos, os de números 36 e 44, pelas preocupações novas que revelam:

“Art. 36. Depois da publicação da lei, todos os que nascerem de ventre escravo serão considerados livres; e como tais batizados, mas com a obrigação de servirem aos senhores de suas mães, enquanto não chegarem à idade de 18 anos, sendo mulheres, e de 21, sendo varões; neste intervalo serão os mesmos senhores tutores natos desses libertos, administradores de suas pessoas e bens, se os tiverem, com obrigação neste caso de darem contas no juízo de órfãos.”

“Art. 44. Dez anos depois da publicação da lei, todos os senhores de escravos empregados em trabalhos agrários pagarão por cada um deles o imposto de 4\$000 (quatro mil réis); este imposto irá crescendo 1\$000 (um mil réis) por ano até a quantia de 10\$000 (dez mil réis).”

Do mesmo Perdigão Malheiro não me furto de citar alguns pequenos trechos do discurso pronunciado no Instituto dos Advogados, em 7 de setembro de 1863:

“O tráfico, proibido por convenções internacionais e por leis nossas, era, como foi em todos os tempos e povos, entre nós, uma fonte de escravidão. ... Resta, somente, como fonte perene de escravidão no país, o princípio do *nascimento*, pelo qual o filho da escrava é escravo. Segundo esse princípio, adotado pelas nossas leis, cuja fonte é o Direito Romano, é característico da escravidão a hereditariedade e perpetuidade; de sorte que, salvo a morte e a manumissão, perdida toda a esperança, o escravo e sua descendência têm de gemer nos ferros do cativo por todos os séculos. ... (O Brasil) ganharia no interior, exterminando um mal, que a História demonstra ter sido em todos os tempos e países causa de outros males, de guerras mesmo, causa de degradação do povo, de depravação dos costumes, de atraso na indústria, no desenvolvimento intelectual e moral, já não digo somente do escravo, mas do próprio homem livre.”

Quais eram, então, por volta das décadas de 1850 e 1860, as possibilidades reais de pronta extinção da escravidão dentro do quadro da situação global do Brasil?

Declarar desde logo livres todos os escravos existentes no Brasil, isto é, sua emancipação imediata, se apresentava como uma solução absolutamente inadmissível. O número deles era muito grande: cerca de 1.500.000. Isto constituía um obstáculo insuperável, pois, necessariamente, traria a desorganização do trabalho, provocando a queda da produção agrícola, a fonte mais poderosa da riqueza entre nós. E que aconteceria com tão grande número de escravos libertados de um momento para o outro? Não estavam preparados para gozar desse benefício. Entregues a si, cairiam vítimas da vagabundagem, dos vícios, do crime, da prisão, da devassidão, da miséria. Esse rompimento com a realidade social existente, seria antes um mal para todos do que um bem para a nação ou para os próprios escravos.

Outro aspecto ainda a considerar. O escravo representava um valor, uma propriedade possuída em boa fé e sujeita a transações, porque assim estabelecia e garantia a própria lei humana. Por isso, a título de indenização devida, de inteira justiça humana, seria necessário que o Estado pagasse o valor dos escravos a seus respectivos senhores. Ora, calculado o seu preço médio (abaixo do valor médio normal) a 800\$000 (oitocentos mil réis), como propunha Perdigão Malheiro, o total do montante da indenização que o governo deveria pagar pela libertação dos mencionados 1.500.000 escravos subiria a 1.200.000 contos de réis, quantia impossível de ser despendida pelo Estado. Irrealizável, pois, essa modalidade para a emancipação imediata.

Deixar que o tempo se encarregasse de extingui-la, ajudado pela natural mortandade entre os escravos, pelas alforrias parciais, ainda que estimuladas, pela desproporção entre nascimentos e mortalidade infantil, não seria solução, embora, por essa forma, o número de escravos fosse acentuadamente diminuído. Não seria solução, porque se deixava intacto o princípio perpetuador da escravidão – o nascimento.

Para o Império, libertar os escravos não era apenas questão de um princípio de humanidade e de caridade cristã. Representava também o intuito de substituir o trabalho escravo pelo trabalho livre. Era, portanto, um tema que envolvia questões de ordem econômica e social. Por isso, desde que não se podia adotar a emancipação imediata, só havia um meio eficaz: atacá-la no seu reduto, que, então, era apenas um, o nascimento. Cumpria declarar livres todos os que nascessem de determinada data em diante. Revogar-se-ia esse odioso e injustificável e bárbaro princípio mantenedor da perpetuidade da escravidão de que “filho de escrava escravo é: *partus sequitur ventrem*”.

Nessa linha, visando alcançar esse objetivo fundamental – a libertação dos nascituros – se desencadeará toda a campanha abolicionista até a plena vitória em 1871.

Mas aparecem elementos outros que também irão ajudar os abolicionistas e farão modificar a atitude, até então por demais cautelosa do governo imperial.

É nessa altura, em julho de 1866, que a junta francesa de emancipação dirige ao imperador do Brasil calorosa mensagem, encerrada pelo seguinte parágrafo:

“Desejamos a V. M., já ilustre pelas armas, pelas letras, pela arte de governar, uma glória mais bela e mais pura, e podemos esperar que o Brasil não será por mais tempo a única terra cristã afetada pela servidão.”

Assinavam a mensagem nomes ilustres da Academia francesa e do Instituto de França. Por isso, sua divulgação teve enorme repercussão. Não foi menor a repercussão da resposta do governo, enviada por Martim Francisco Ribeiro de Andrada, ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. Vejamo-la:

“Aos senhores membros da associação para a abolição da escravatura: Rio, 22 de agosto (1866).

Senhores.

Tive a honra de levar ao conhecimento de S. M. o Imperador a carta na qual manifestáveis os vossos ardentes votos pela abolição da escravatura no Brasil.

Encarregado por S. M. de vos responder em seu nome e em nome do governo brasileiro, congratulo-me em poder-vos asseverar que as vossas intenções encontraram o mais simpático acolhimento.

Cabia-vos, senhores, a vós, cujas nobres expressões se elevam sempre em favor dos grandes princípios da humanidade e da justiça, testemunhar o ardor que empenhais no conseguimento de uma empresa tão grande como difícil, e é com a mais viva satisfação que o governo brasileiro viu que fazeis justiça aos sentimentos pessoais de S. M. o Imperador, aos dos membros do ministério, bem como à tendência da opinião pública no Brasil.

A emancipação dos escravos, conseqüência necessária da abolição do tráfico, não passa de uma questão de forma e de oportunidade. Quando as penosas circunstâncias em que se acha o país o consentirem, o governo brasileiro considerará como objeto de primeira importância a realização do que o espírito do cristianismo desde há muito reclama do mundo civilizado.

Aceitai, senhores, a segurança de minha alta consideração.

a) *Martim Francisco Ribeiro de Andrada.*”

Oito meses após essa resposta, em 1º de abril de 1867, o conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos escrevia ao imperador fazendo referências a esses fatos e à repercussão que haviam tido, sobretudo entre os políticos, que começavam a apertar o governo imperial. Essa carta (arquivo Museu Imperial maço 141, documento 6939) dizia o seguinte:

“Parece que não se pode adiar mais a publicação da palavra do governo sobre o assunto da abolição da escravatura.

“No artigo, que submeto à consideração de V. M. I., só transcrevo um período da carta da associação estrangeira; porque a carta de Martim Francisco, que se publica inteira, contém o transunto da (carta) da associação e dispensa a leitura de todo este documento. Se V. M. I. puder enviar-me hoje o artigo, sairá no Diário Oficial de amanhã, o que não deixaria de ser conveniente por ser o dia da reunião do Conselho de Estado para tratar do assunto, o que provavelmente despertará a curiosidade pública.”

Como se vê claramente do documento citado, a idéia de uma abolição mais rápida continuava ganhando terreno; apesar da resistência que os prudentes e também os interessados lhe impunham.

A 2 de outubro de 1869, o governo provisório da República do Paraguai, influenciado pelo espírito humanitário do conde d'Eu, no comando supremo das forças aliadas ainda em operações nos campos paraguaios, era levado a abolir a escravidão em todo o seu território. O fato representava mais lenha na fogueira dos ardorosos abolicionistas.

Eis alguns comentários que Joaquim Nabuco tece relativamente ao episódio.

“A iniciativa tomada contra a escravidão no Paraguai pelo conde d'Eu, marido da princesa imperial, como general-em-chefe do nosso Exército, foi outro compromisso aceito à face do mundo. Como poderia este acreditar que o ato do general brasileiro, exigindo do vencido a abolição da escravidão, não envolvia para o vencedor a obrigação moral de fazer outro tanto no seu próprio território? ... Talvez o conde d'Eu não se tenha lembrado disso ao reclamar a emancipação dos escravos na República, nem de que os havia em número incomparavelmente maior no Império; mas o mundo não podia esquecer um e outro fato, ao ter conhecimento daquela nobre exigência e do modo como foi satisfeita. [...] O compromisso nacional de fazer tudo o que estivesse ao alcance do Império para imitar o procedimento do Paraguai foi tão claramente tomado por aquele episódio final da campanha como se houvesse sido exarado no próprio tratado de paz. Essa dívida de honra só pode ser negada admitindo-se o princípio de que é legítimo e honesto para uma nação derribar no território inimigo, por ela ocupado e à sua completa mercê, com o pretexto de humanidade e cristianismo, uma instituição da qual está firmemente resolvida a tirar, dentro das suas fronteiras, todo o lucro possível até a extinção das últimas vítimas. Semelhante noção, porém, reduziria a guerra à pirataria, o comandante de um exército a um chefe de salteadores, e é de todo inaceitável para os que julgam, na frase de John Bright, ‘a lei moral é tão obrigatória para as nações como o é para os indivíduos’ ” (*O Abolicionismo*).

Do capítulo V da biografia da princesa Isabel, baseada nas cartas escritas ao pai – excelente documentário que o historiador Lourenço Luís Lacombe está acabando de escrever e que sua generosa amizade pôs à minha disposição – tomo a liberdade de aproveitar alguns elementos, em que o autor localiza a princesa imperial dentro do quadro final da luta pela lei do Ventre Livre.

“Agora, com o ministério Rio Branco – escolhido para realizar essa reforma – que S. Vicente não pudera fazer, retoma-se a grave questão, sob a influência pessoal do monarca. Era, de fato, uma reforma de base, pois repercutia diretamente na principal fonte de riqueza do país: a agricultura. E nessa hora de apreensões, ausentava-se o imperador ... e deixava a regência aos cuidados de uma jovem inexperiente de 26 anos. – A 20 de maio de 1871 foi a cerimônia do juramento da princesa como regente do Império.”

“Por depoimento do ministro do Império João Alfredo, sabe-se que a princesa sempre se mostrou corajosa, animando os ministros, confiante na vitória. Apenas quando se referia aos debates, perguntava se não haveria meios de ir adiante sem os encerramentos, de que a oposição tanto se queixava – mas não; não havia outro recurso.”

Em carta ao pai, datada de 23 de agosto de 1871, escreve: “Não sei se a proposta sobre a emancipação passará este ano no Senado [onde a discussão do projeto do governo se iniciara a 4 de agosto]. Talvez não seja conveniente, quando ainda não acabou de todo na Câmara dos Deputados e falta tão pouco tempo para o encerramento” – e terminava a carta, apreensiva: “Os espíritos dos fazendeiros, que declaram suas opiniões, andam tão agitados”...

Caminhava-se agora, cautelosamente, mas com inabalável decisão, por parte do governo, apoiado pela vontade inequívoca do imperador e pelo desejo desinteressado e resoluto da jovem princesa regente para a realização dessa aspiração nacional.

Entretanto, interessante documento é o parecer do conselheiro de Estado barão do Bom Retiro, proferido na conferência da seção dos Negócios do Império, em 31 de janeiro de 1871, portanto quatro meses antes de se iniciar a primeira regência da princesa Isabel, ainda nos pródromos da grande luta que se ia ferir pela liberdade do ventre escravo.

Esse documento (de número 7390 do maço 160 do arquivo do Museu Imperial) tece judiciosas considerações sobre a oportunidade das medidas propostas, recrimina “não se haver até agora fixado e resolvido o que se pretende fazer” e insiste em seu ponto de vista de que “concordando, aliás, com o pensamento de libertar-se o ventre – não posso contudo admiti-lo sem a cláusula da indenização”.

Justificando a oportunidade das medidas, lembra que “na atualidade, pode-se dizer afoitamente, que neste assunto não é mais tempo de delongas e, menos ainda de retrogradarmos aos anos anteriores a 1867, no qual *urbi et orbi*, o governo, em nome do imperador, tomou o solene compromisso de cuidar deste objeto, e para ele chamou em seguida, em duas falas do trono, a atenção da Assembléia Geral”.

Ao comentar a hesitação e o adiamento no tocante a essa matéria, escreve: “Acresce que a demora vai já fazendo aparecer um princípio de reação, digno de ser considerado, da parte de alguns fazendeiros que, aliás, a princípio, pareciam resignados e prontos a aderir a certas medidas. Cumpre confessar que para isso têm concorrido não só o modo inconveniente e assustador com que por parte da oposição há sido encarado de algum tempo para cá tão melindroso assunto, mas também o receio, tantas vezes manifestado por alguns homens de Estado importantes, de porem-se à frente da idéia e fazerem passar certas medidas, parecendo recuar diante de um grande perigo. Uns e outros têm aumentado, de certo na melhor fé, as apreensões dos proprietários rurais. Mais de um destes tem já falado na criação de centros de resistência – embora pacífica – e tentado a fundação de folhas periódicas com o fim de combater-se toda e qualquer idéia concernente ao elemento servil, supondo que se trata de golpes profundos e imprudentes.”

Ao encerrar seu trabalho, o barão do Bom Retiro ainda faz mais algumas considerações elucidativas das idéias do governo existentes no seu Conselho de Estado.

“Resta-me chamar a atenção do governo para a necessidade indeclinável de, promovendo a emancipação, tratar quanto antes, e ainda à custa dos maiores sacrifícios, de dar forte impulso e desenvolver na maior escala possível quer a colonização propriamente dita, para aumentar a população livre e tirar partido das terras devolutas, quer a importação de braços, que vão desde já fazendo a transição do trabalho escravo para o trabalho livre e mais aperfeiçoado. Sirvam-nos de exemplo o que aconteceu às colônias francesas e inglesas e às de outras nações em que se emancipou a escravaria, pela falta de semelhante providência a tempo.”

Nos trechos citados, talvez um pouco longamente, mas com certeza documento autêntico das idéias dos homens que viveram o problema e procuraram uma fórmula para equacioná-lo, podemos ver claro que, apesar da natural paixão na defesa de idéias e ideais, a libertação do ventre escravo foi realização estudada, amadurecida e decidida.

Por isso, para encerrar, porque outro conferencista irá tratar, com mais habilidade e brilho, talento e arte, do que foi a vitoriosa campanha da lei de 28 de setembro de 1871, vejamos, num retrospecto, o que foi a “fatalidade” do movimento abolicionista no Brasil até

essa data.

Muitas razões concorreram para isso. A preocupação de nossa gente em se conformar com os exemplos e as idéias, vindos da Europa, era um fator de pressão para se aceitar mais facilmente a oposição liberal a todo tipo de opressão, principalmente à escravidão. A colonização européia e sua superioridade sobre a mão-de-obra quase totalmente fornecida pelo trabalhador escravo era outro tema de reflexões e de combate à escravidão. A guerra com o Paraguai agravou o problema. Terminada, impôs a premência de sua solução.

A abolição era uma coisa tão fatal, como aliás não podia deixar de ser – que as discussões estavam, apenas, no problema da data final. E ela se realizou parceladamente, em menos de dezesseis anos, até a sua solução definitiva.

A lei do Ventre Livre, declarando isentos do instituto da escravidão os filhos de escravos, era o passo inicial, notável e definido, nessa caminhada que, sinteticamente, será lembrada pela indita princesa Isabel – centro dessas nossas comemorações – na sua memorável fala do trono, de 3 de maio de 1888:

“A extinção do elemento servil pelo influxo do sentimento nacional e das liberalidades dos particulares, em honra do Brasil, adiantou-se pacificamente de tal modo que é hoje aspiração aclamada por todas as classes, com admiráveis exemplos de abnegação por parte dos proprietários. Quando o próprio interesse privado vem espontaneamente colaborar para que o Brasil se desfaça da infeliz herança, que as necessidades da lavoura haviam mantido, confio que não hesitareis em apagar do direito pátrio a única exceção que nele figura, em antagonismo com o espírito cristão e liberal das nossas instituições.”

A princesa Isabel e o poder moderador

João Camilo de Oliveira Torres

1. O poder moderador como expressão do conceito clássico de realeza

1.1 *O ofício do rei no pensamento cristão*

Antônio de Sousa Macedo, diplomata e magistrado, e conselheiro dos primeiros reis da sereníssima Casa de Bragança, escreveu numa de suas sentenças:

“Não tem o rei apenas uma dignidade, mas também um ofício, que verdadeiramente o faz ministro e oficial da República, com infinitos encargos; e em todos estes deve reger para os seus, não para si; de onde o ser antes servo, que dono da República.”⁰⁰¹

E na *Harmonia Política* assim diz o mesmo autor:

“Um Estado não é outra coisa senão uma sociedade de muitos homens debaixo da autoridade (...) esta sociedade está fundada sobre a união, a união sobre a obediência, a obediência sobre as leis; as leis sobre a justiça...”⁰⁰²

A própria conservação do Estado, pois, funda-se na justiça.

Se procurarmos em historiadores ou estudiosos da função régia, vemos reiterada a fórmula – o rei assegura a coesão do corpo político pela justiça – reta e igual.

Bastam uns exemplos:

A. J. Carlyle:

“O primeiro e mais fundamental aspecto do pensamento político da Idade Média foi o princípio de que toda autoridade política era expressão da justiça.”⁰⁰³

Oto de Hasburgo:

“Ele (o rei) não era, precipuamente, legislador ou chefe do poder executivo. Ele era juiz. Suas outras funções eram subordinadas e não entravam em jogo senão quando necessárias ao sucesso da justiça. A razão desta disposição é evidente. O juiz deve compreender a significação do direito e sobretudo deve ser independente. Uma condição essencial é que não seja dependente de ninguém por sua eleição, por sua função.”⁰⁰⁴

Antônio Sardinha:

“A realeza é, assim, uma dignidade destinada a ministrar a justiça.” (...) “O rei governava, a nação administrava. O rei governava, efetuando pela administração da justiça e pela defesa do solo a unidade necessária à segurança de todos.”⁰⁰⁵

Garcia Pelayo:

“Junto com a defesa da Igreja e, de certo modo, como capítulo dela, o poder político terá pois como missão a conservação da paz e da justiça. Assim o testemunho, univocamente os textos dos tratadistas e os juramentos dos reis.” E mais adiante: “O rei era vigário de Deus

para a aplicação de sua justiça”⁰⁰⁶.

Olivier Martin:

“A função judiciária é a função real por excelência.”⁰⁰⁷

Isso nos coloca no cerne da função régia. O rei é um juiz, é essencialmente um magistrado.

É sua função garantir a justiça e a ordem jurídica, criar as condições para que a lei seja obedecida e a paz reine na sociedade. Ainda hoje se usa na Inglaterra a fórmula medieval de condenação “por perturbar a paz da rainha”.

Daí se deduz facilmente que o rei não é legislador nem executor de leis; que o rei não governa no sentido estrito e óbvio da palavra, isto é, de procurar soluções concretas para os problemas. Antônio de Sousa de Macedo, por si e pelos demais define a tese:

“O príncipe não é ministro, mas presidente dos ministros [...] O governo consiste nos ministros.”⁰⁰⁸

Essa idéia do rei como agente da justiça, de óbvias raízes bíblicas, domina o conceito do rei cristão, cuja missão teria como arquétipo a realeza divina, como lembrou Garcia Pelayo em livro de extraordinária beleza e erudição. Doutrinariamente, firmou-se o conceito do rei como juiz, no mais antigo autor de doutrina política cristã, Santo Isidoro de Sevilha⁰⁰⁹, e no alvorecer da Idade Média temos Jonas, bispo de Orleans⁰¹⁰, em opúsculo dirigido a Pepino, o Breve, e depois, milhares de tratadistas diversos, os infinitos autores de obras sobre a educação do príncipe, monges e bispos, obscuros ou famosos, originais uns, repetindo idéias correntes, outros. Mas se considerarmos Santo Tomás de Aquino⁰¹¹, Suárez⁰¹², Mariana⁰¹³, Erasmo de Roterdã⁰¹⁴ (que escreveria a Ciropédia para Carlos V), alguns nossos e excelentes como Sousa de Macedo, Amador de Arrais, Heitor Pinto, assim como teóricos modernos da Monarquia, e mesmo autores liberais, principalmente Benjamin Constant, o romântico inspirador de d. Pedro I, o resultado é sempre o mesmo:

a) o rei cristão é o príncipe, a cabeça do corpo político, isso pela razão de primazia e antiguidade de seu cargo, fundador da pátria que é: daí *monarquia*, o governo do mais antigo e ilustre, segundo a conceituação de Pontes de Miranda⁰¹⁵;

b) é o chefe militar, o defensor perpétuo, já que todas as nações modernas nasceram de conquistadores e guerreiros, mesmo na América (d. Pedro I, Washington, Bolívar, San Martín, foram chefes militares);

c) representando o princípio formador da nacionalidade, a sua causa formal, são os reis os representantes supremos da comunidade, os “vigários da multidão”, já que, por uma espécie de *lex cesarea*, receberam a delegação suprema ao fundarem a nacionalidade, caso óbvio de d. Pedro I;

d) sua missão é ministrar a justiça, em todos os seus aspectos.

Mas que espécie de magistratura era a dos reis cristãos? Não seria apenas o que chamamos, hoje, poder judiciário, é claro. Se nós analisarmos em profundidade a questão, principalmente se considerarmos o que dizem os sábios dispositivos da Constituição do Império do Brasil e a lição dos comentaristas autorizados, notadamente Pimenta Bueno, Brás Florentino, Uruguai, Vasconcelos e Caravelas (Alves Branco), chegaremos a uma definição clara para nós modernos, que Uruguai, com sua clarividência, procurou e não o encontrou por uma razão muito simples – a palavra não existia no uso corrente. Era uma intuição sem o conceito, podemos dizer lembrando Kant. O poder moderador era realmente um poder de controle e, se considerarmos o termo português em suas raízes latinas, vemos que se

aproxima bastante do anglicismo, embora este mais completo ⁰¹⁶.

A respeito das funções de controle nas constituições modernas, assim se expressa Loewenstein:

“O critério de uma boa Constituição não é, portanto, a mera existência de suficientes controles inter-órgãos a impedir que cada detentor do poder adquira preponderância sobre os demais. A Constituição deverá também prever remédios constitucionais para o caso em que se produzam bloqueios mútuos entre os detentores do poder, no decurso do desenvolvimento normal do processo político. No Estado democrático constitucional, a última *ratio* para resolver conflitos entre os detentores do poder instituído é o eleitorado, detentor supremo do poder, a cuja decisão deverão submeter-se os demais detentores do poder.” ⁰¹⁷

Só que, em país subdesenvolvido, como se sabe, o eleitorado é antes um símbolo, uma boa intenção, quando não uma pia fraude, se o considerarmos como representando a maioria e decidindo-se livremente. É uma triste verdade, mas a verdade. Daí ficar a outrem essa missão final...

Essa idéia do rei como juiz, como garantia da ordem, surgiria nos autores liberais, como

Benjamin Constant, em seu formoso estilo:

“O rei, num país livre, é um ser à parte, superior às diversidades de opiniões, não tendo outro interesse senão a manutenção da ordem e a manutenção da liberdade; não podendo jamais ser devolvido à condição comum dos cidadãos, e inacessível, em consequência, a todas as paixões que esta condição faz nascer e a alimenta no coração de todos os agentes investidos de um poder momentâneo. Esta augusta prerrogativa da realeza deve espalhar no espírito do monarca uma calma e na sua alma um sentimento de repouso, que não podem ser compartilhados por nenhum indivíduo em posição inferior. Ele plana, por assim dizer, acima das agitações humanas; é a obra-prima da organização política haver criado, no seio mesmo das dissensões, sem as quais nenhuma liberdade existe, uma esfera inviolável de segurança de majestade, de imparcialidade, que permite a essas dissensões desenvolverem-se sem perigo, enquanto não excederem certos limites e que, ao aproximar-se o perigo, coloque um termo, por meios legais, constitucionais e livres de qualquer arbítrio.” ⁰¹⁸

Mais adiante, volta ao tema:

“Um monarca hereditário pode e deve ser irresponsável; é um ser à parte no ápice do edifício. A sua atribuição, que lhe é particular, e que é permanente não somente nele, mas em sua raça inteira, desde seus antepassados até seus descendentes, separa-o de todos os indivíduos de seu império.” ⁰¹⁹

E se ouvíssemos os modernos teóricos da realeza?

O mais importante, por sua posição dinástica e valor próprio, o conde de Paris dirá tudo numa frase:

“O rei é o juiz da distribuição do poder legislativo.” ⁰²⁰

Bertrand de Jouvenel, definindo a coroa como poder estabilizador e o rei como o que conserva a ordem, dirá:

“Ela (a autoridade estabilizadora) pode reprimir toda mudança por uma vigilância incessante, mas pode também, ocorrendo uma mudança que tende a generalizar-se, consagrá-la [...] Mas de qualquer modo seu papel está sempre na segurança da repetição. Porque dá as certezas que não podem decorrer senão das regularidades.” ⁰²¹

1.2 O poder moderador como órgão supremo de controle

Ora, todas as atribuições do poder moderador nos parágrafos do artigo 101 da Constituição Brasileira revelam a presença de um poder de controle sobre os demais, exercido, porém, por outro poder, de origem diferente, distinto realmente deles, e desligado por sua condição dos interesses seccionais e das paixões da hora. E, com a dignidade de chefe supremo, é primeiro representante da nação, o governo cabia aos ministros, já que eram responsáveis pelos atos do poder executivo. Aos ministros pertencia decidir todas as medidas concretas. Mas ao poder moderador ficava o controle geral da vida política nacional.

Cabiam-lhe, dentro do texto, as seguintes funções de controle:

a) Com relação ao legislativo, o poder de veto, de dissolução, adiamento ou prorrogação do Parlamento, o que além de tornar possível o governo de gabinete, permitia enfrentar ou adiar crises ou contornar situações anormais. Com relação ao veto, praticamente letra morta, convém lembrar que justificar-se-ia como a defesa da ordem jurídica ou dos objetivos nacionais permanentes em fase de pre-domínio no Parlamento de interesses seccionais, paixões de hora ou exploração demagógica de crises, com repercussão na elaboração das leis. É claro que o Senado, por si, já seria uma garantia.

b) Com relação ao poder executivo, o poder moderador, nomeando e demitindo os ministros, escolhendo o presidente do Conselho, e no dia-a-dia dos despachos, fiscalizando a escolha dos candidatos a cargos administrativos, era uma garantia daquilo que desejava Maritain – “que os órgãos do governo [...] embora submetidos ao controle das assembleias nas matérias de interesse maior, sejam subtraídos ao domínio dos partidos.”⁰²²

O visconde de Uruguai fixa, como sempre, com exatidão, a questão:

“A Constituição distingue formalmente no imperador o primeiro representante e chefe supremo da nação, a quem ela delegou privativamente as atribuições que formam o poder moderador; e o chefe do poder executivo.

Esta distinção é importantíssima na nossa Constituição, e é mais uma prova de sua grande sabedoria.

Como chefe do poder executivo, com ministros responsáveis, o imperador acompanha, discutindo, fazendo observações, cedendo até certo ponto, o movimento que as maiorias que dominam nas Câmaras imprimem aos negócios, movimento que não deve contrariar, principalmente quando é conveniente e justo, conforme a opinião nacional, e necessário para que o governo se mantenha, segundo as condições do sistema representativo. Deve então deixar governar os ministros naquilo que lhes compete e pelo que respondem. O imperador como chefe fiscaliza, observa, dirige o Conselho, atendido sempre a que os ministros são responsáveis.

Mas quando vê que o movimento que os ministros ou a maioria da Câmara dos Deputados querem imprimir aos negócios vai além da justa meta; que vai causar sérios males difíceis de remediar depois; que não é conforme à opinião nacional; que há desacordo entre as Câmaras e o ministério; que os ministros responsáveis não têm mais a força necessária para gerir os negócios com vantagem pública, intervém como poder moderador, e restabelece a ordem e a harmonia, põe as coisas no pé em que devem estar pelo exercício das atribuições independentes desse poder.”⁰²³

Como os ministros eram livremente nomeados, não seria infração à Constituição se certos ministros ficassem fora do gabinete e da política, como os das Forças Armadas, como garantia da segurança nacional. Parece que se pensou nisso na composição do gabinete de Ouro Preto, conforme veremos adiante.

c) Com relação ao poder judiciário, havia o clássico direito de anistia e graça, assim como a suspensão dos magistrados indiciados em processo.

Um controle não previsto na Constituição e nascido do “regime paralelo”: o controle prévio da oportunidade e constitucionalidade das leis ao serem debatidos os projetos no Conselho de Estado. Mais eficiente do que o veto *a posteriori* das constituições modernas, era mais econômico e mais prático o veto prévio do imperador em conselho. E, melhor ainda que a discussão da constitucionalidade das leis pela justiça, um remédio depois do mal feito. No caso do veto prévio – impedia-se o mal antes de nascer. Era uma forma de controle de “natalidade das leis”, que estava para as modernas como a “pílula” para o aborto ou infanticídio.

Previa a Constituição formas de controle, exercidas por um poder não comprometido em questões de momento, em interesses setoriais (de classe, partido, regiões, etc.), com capacidade de ação e, agindo, por assim dizer, em mecanismo de *feed-back*. Com um dado muito importante: um poder que, sendo o centro de todas as redes de comunicação, seria, com boa razão, o melhor centro de decisões, como ensinam os tratadistas modernos.

Resumindo, podemos dizer que era um poder neutro, independente e soberano; exercia funções de controle, de inspeção e jurisdição, estas mais pelas atribuições de supremo tribunal administrativo do Conselho de Estado; poder delegado privativamente ao imperador como chefe supremo e primeiro representante da nação brasileira (artigo 98 da Constituição): “O poder moderador é a chave de toda a organização política, e é delegado privativamente ao imperador, como chefe supremo da nação e seu primeiro representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da independência, equilíbrio e harmonia dos mais poderes políticos.”

O imperador não governava por si, mas através dos ministros, sujeitos à sua fiscalização, mas responsáveis jurídica e politicamente. Daí que, se fôssemos levantar a velha questão que tanta tinta fez correr, diríamos: o imperador não governa, controla.

E assim o fez, e bem feito, aquela que por lei era a princesa imperial regente, e no coração do povo, Sua Majestade, a imperatriz d. Isabel I, a Redentora.

1.3 O último poder

Das atribuições do poder moderador uma jamais cairia em desuso ou seria considerada poder adormecido, a ser usado em horas especiais: a escolha real e livre do presidente do Conselho de Ministros, do chefe do governo, missão sobremodo importante em país cujas condições sociais e econômicas impediam verdadeiras eleições. E na verdade era uma grande solução, válida mesmo para uma nação que representasse as condições ideais para o bom funcionamento das instituições democráticas. Assis Brasil⁰²⁴ escreveu e justificou com excelentes argumentos que os governantes devem ser nomeados e os representantes eleitos. Apresenta uma solução que anula seus argumentos, mas isso não vem ao caso. Vale o argumento do pensador *maragato*, governantes nomeados. É o ofício atrás do homem, a política celestial da bela página de Vieira.⁰²⁵ Para ser um governante importa que seja “capaz e idôneo”, como já lembrava o rei d. Pedro III, de esquecida memória, e marido de d. Maria I. Ora, capacidade e idoneidade não se decidem a votos, ainda mais se os votantes não conhecem os candidatos; há razões lembradas por Vieira: deve ser escolhido o homem certo para a ocasião certa. Ademais, como pelo § 6º do artigo 101, o poder moderador escolhia *livremente* os ministros, poder-se-ia admitir a hipótese de ministros fora do gabinete, apolíticos: os da defesa nacional. Parece, como veremos, que isso se insinuou ou se esboçou na

composição do gabinete Ouro Preto, numa primeira tentativa de solução de uma das causas remotas da Questão Militar.

Ora, esse poder de escolha do ministério era, de fato, um poder de controle, que se desdobrava em dois planos. Em primeiro lugar, definia-se qual a política a ser realizada – controle da oportunidade e das prioridades (em 1889, a reforma das instituições dentro do programa federalista do partido liberal, – se a Questão Militar composta, em si de fatos de pouca monta, mas tendo algo grave no *background*, fosse considerada preferencial, Pelotas, por exemplo, e não Ouro Preto seria o escolhido.

Em segundo lugar: maior apuro na escolha dos ministros, já que o *placet* imperial impedia exageros de favoritismo ou partidarismo.

1.4 O declínio do poder imperial

O desenvolvimento do governo de gabinete, principalmente depois da lei Saraiva, que deu autenticidade à Câmara dos Deputados, e mais o estado de semi-regência da segunda metade da década de 80, conduziram a um certo eclipse do poder moderador, cujos resultados justificaram os trágicos presságios de Brás Florentino, anos antes, e que, afinal, Rui Barbosa confirmaria ao começar a agitar a Questão Militar na imprensa. Curiosamente, o teórico do poder moderador sem parlamentarismo e o parlamentarista ultraliberal dizem a mesma coisa...⁰²⁶

Maurras⁰²⁷ dizia que as regências são a chaga das monarquias, mas só acontecem uma vez por século, enquanto que a república é a regência permanente e institucionalizada. Compare-se a observação com a nossa fórmula corrente: a regência como república provisória...

Com o barão de Cotegipe na presidência do Conselho, então, parece que o poder moderador desaparecera de todo – d. Pedro II realizava mesmo a hipótese liberal, que ainda era teoria na maioria dos casos, ao contrário do que se pensava por aqui: *Le roi règne, ne gouverne pas*. Morrera ou dormitava o poder moderador?

De fato, a escolha dos ministros ficara muito reduzida pelo parlamentarismo e as nomeações senatoriais, na maioria dos casos, não comportavam muitos problemas. As outras atribuições não assumiam caráter polêmico, com a ressalva da dissolução pouco usada.

Mas ficava o grande poder, que d. Pedro II pouco exercitou e d. Isabel o fez uma única vez, mas para valer: a escolha real efetiva do presidente do Conselho de Ministros. Esse era um direito soberano que nunca foi considerado excluído. No Brasil, adotada a forma monárquica do governo, caberia ao imperador escolher quem chefiasse o poder executivo. Afinal, era a aplicação expressa de três incisos da Carta Magna: artigos 99, § 6º do 101 e 102.

No “lusco-fusco do Segundo Reinado”, como disse profeticamente Rui Barbosa, o poder moderador entrava em declínio. O estado de saúde de d. Pedro II, envelhecido precocemente, sofrendo várias conseqüências negativas de suas moléstias, principalmente o desinteresse pelas coisas em torno de si, a perda da vivacidade de reações e da memória agravou a evolução natural do governo de gabinete, realizando a trágica profecia de Brás Florentino ao escrever que:

“A doutrina [...], que os ministros de Estado são tão responsáveis pelos atos do poder moderador como pelos do executivo, não é só falsa, porque vai abertamente de encontro à verdadeira e sã teoria do governo constitucional representativo, à letra e ao espírito bem

manifesto de nossa Constituição, senão também subversiva, e no mais alto grau [...] visto como [...] a nada menos se encaminha do que ao total eclipse do elemento monárquico do governo, fazendo-se com ela surgir a oligarquia ministério-parlamentar sobre as ruínas tranquilas do trono brasileiro.”⁰²⁸

Sentia-se o fim do reinado. A princesa preparava-se para assumir sua posição, mas enfrentando a hostilidade das elites urbanas, por sua piedade, das aristocracias rurais, por seu abolicionismo e da classe média que não compreendia a posição do príncipe consorte. E com isso os gabinetes eram tudo, como não escondiam Ângelo Agostini em suas charges impiedosas, nem Rui Barbosa em seus artigos. E Deodoro atribuía a isso os males, que quis atalhar com a revolução contra Ouro Preto, tornando definitivo o que queria evitar: o poder supremo dos políticos partidários. Todas as suas palavras em 1888 e 1889 confirmam essa interpretação.⁰²⁹

Foi numa época em que d. Pedro II era uma “sombra de rei”, aquela em que d. Isabel foi regente pela última vez, já amadurecida, já consciente, sabendo que estava próxima sua hora e a do poder das trevas, podemos dizer, pois o que a aguardava ao cabo não era o trono majestático, não o cetro do poder, mas a palma do martírio, não a coroa imperial mas a coroa de espinhos, do exílio, a perda dos direitos, o banimento do território da pátria que seu avô fundara, do seio do povo que ela tornara livre e igual...

2. O dia mais belo de um regime

Nada como a lei Áurea para mostrar as excelências do regime brasileiro. A solução do grave problema social da América, o da escravidão, se fez dentro dos quadros do regime, sem quebras de legalidade, sem guerra civil. O poder moderador, o governo de gabinete, a centralização do regresso, tudo concorreu para o êxito. Duraria apenas mais 18 meses o Império. D. Isabel poderia dizer que repetiu tantos generais que morreram na batalha que lhes faria a glória. E se ela foi banida e com seus direitos cassados por ter feito a lei, a LEI por excelência, a reconciliação do direito positivo com o direito das gentes, com a lei natural e com a lei divina, honra lhe seja dada por isso, que cumpriu seu dever, e que Deus tenha tido misericórdia dos que a castigaram por isso...

Mas, se vemos hoje os Estados Unidos lutando com o problema racial, quando vemos no Brasil a paz entre as raças, quando vemos, é oportuno e conveniente lembrar aqui, a glória de um Pelé, somos obrigados a reconhecer que a princesa tinha razão. Seu papel foi fazer do Brasil uma democracia racial. Se não é uma democracia coroada, podemos dizer que a culpa é sua? O que Deus e a história lhe deram como tarefa ela o fez, e bem. O resto... é o silêncio, como diz o príncipe da Dinamarca.

E com isso vamos aos fatos.

Começaremos pelas regências anteriores. Como decorreram em calma, não consta a presença visível da princesa, ainda mais que se considere a sua mocidade. Mas, seja como for, se não saiu da posição silenciosa imposta pela Constituição, não impediu, o que lhe era facultado, que importantes leis se fizessem. Foram períodos gloriosos, sempre...

D. Isabel ocupou a regência pela primeira vez exatamente há um século, de 25 de maio de 1871 a 30 de março de 1872. Presidia o Conselho de Ministros o visconde do Rio Branco, no mais longo dos gabinetes do Império, fecundo em realizações, mas tragicamente marcado pela Questão Religiosa. Nesse período, além da lei do Ventre Livre, ou dos nascituros, sancionada a 28 de setembro, objeto destas comemorações (teve o número de 2.040 e foi referendada pelo ministro da Agricultura Teodoro Machado Freire Pereira da Silva),

caracterizou-se o período por muitas medidas ligadas ao desenvolvimento econômico, e principalmente ao 1º recenseamento geral e à adoção do sistema métrico decimal. A segunda regência foi de 26 de março de 1876 a 25 de setembro de 1877. O presidente do Conselho foi duque de Caxias, no 26º gabinete, que se iniciara a 25 de julho de 1875. Este gabinete Caxias, a 17 de setembro de 1875, anistiará os bispos, por influência da princesa.

A terceira regência iria de 30 de julho de 1887 a 21 de agosto de 1888. Foi nessa ocasião em que exerceu o poder moderador em sua plenitude, provocando diretamente a queda do gabinete Cotegipe e escolhendo João Alfredo para fazer a abolição. A glória foi sua – já que (não obstante os protestos indignados de Rui Barbosa) ela podia plenamente chamar o novo premiê, sem restrições. Era a lei. O parlamentarismo à inglesa – que não existia na Inglaterra vitoriana, como ensinam os historiadores modernos – seria inviável no Brasil, não por culpa dos homens, mas pela dispersão da população, pela deficiência de comunicações, pela pequena urbanização, pelas classes médias reduzidas... pelo subdesenvolvimento, em suma.

Palavras suas descrevem a decisão:

“Quanto ao ministério, terão sabido pelos jornais o que houve. Os últimos tumultos muito me entristeceram. Há tempos minhas idéias divergiam das do ministério, sentia que o governo perdia muita força moral, já alguma coisa neste sentido dissera, há bastantes semanas; agora, com mais firmeza e por escrito, censurando ao mesmo tempo a polícia em grande parte do que houve; a polícia, ou antes, a atitude tomada pelas autoridades policiais há já algum tempo. Minha declaração de perda de força moral, e de que insistia pela demissão do chefe de polícia deu em resultado a queda do ministério. Não me arrependo do que fiz. Mais tarde ou mais cedo o teria feito; confesso que uma surda irritação se apoderara de mim, e em conseqüência não devia continuar com um ministério, quando eu, por mim mesma, sentia e estava convencida de que ele não preenchia as aspirações do país nas circunstâncias atuais. Deus me ajude e que a questão da emancipação dê breve o último passo que tanto desejo ver chegar! Há muito a fazer, mas isto antes de tudo.

Quanto à escolha dos novos ministros, fui eu quem indicou João Alfredo. Este foi quem escolheu os outros. Deixei-lhe toda a liberdade para que pudesse organizar o gabinete como fosse necessário, à vista da maioria parlamentar.”

João Alfredo rapidamente fez passar a lei, curta e bela, em meio de grandes festas, não sombreadas pelo *memento mori* de alguns espíritos agourentos, cassandras que o tempo confirmaria.

A glória seria internacional, Leão XIII, que já estava preparando a *Rerum Novarum*, manda-lhe a Rosa de Ouro, que a Igreja e o povo lhe entregam, com formoso discurso de d. Antônio Macedo Costa, trazendo as bênçãos para o III Reinado e o fim dos conflitos...

No ano seguinte, crise militar, doença e senilidade precoce de d. Pedro II, agitações sem fim. Cai o gabinete João Alfredo; depois de algumas dúvidas, o visconde de Ouro Preto, culto e bravo, organiza o ministério. Rompe com Rui, que, convidado a participar do gabinete para reformar o ensino e, não fazer a federação, recusa e cinde o partido liberal. A imprensa agita o povo, a Escola Militar passa a ser dominada pelos positivistas, tudo se diz contra a princesa e o marechal conde d’Eu.

Os jornais atribuem tudo já a d. Isabel. Uma tentativa teoricamente interessante e constitucionalmente correta, de ministros fora do gabinete para a segurança nacional, medida aliás que de nada serviu para neutralizar a Questão Militar, mas o regime a nascer, então oficializaria, também lhe foi atribuída, ou a seu esposo... Rui di-lo sem reboços nos vibrantes e nem sempre equânimes editoriais do *Diário de Notícias*.

Quando começou a crise ministerial que terminaria com a queda do gabinete João Alfredo, Rui Barbosa escreveu, em editorial de 3 de julho de 1889, que d. Pedro II queria que fossem extra-parlamentares os ministros militares. Constava que seria premiê o senador Vieira da Silva (tentava-se ainda uma solução conservadora, tanto que o imperador procurou o senador Manuel Francisco Correia para discutir o assunto). E Rui, indignado, bradava:

“A inovação, que se desenha assim na política da Coroa, rebusca-se sobre o falso pretexto de atender às necessidades técnicas e profissionais inerentes a esses dois ramos da administração. Mas o intuito que se refolha sob essa hipocrisia consiste em inaugurar o domínio direto do rei, mediante instrumentos seus, serventúrios da sua casa, sobre as forças de mar e terra.”⁰³⁰

Os boatos davam a Tamandaré e o visconde da Penha como os ministros prováveis.

Depois de atribuir, indiretamente, ao conde d’Eu a manobra, pois esses ministros seriam, como o indigitado presidente do Conselho, pessoas ligadas à família imperial e de confiança do esposo da herdeira, conclui:

“Destarte se operará, indireta, mas certamente, a abolição do governo parlamentar.”

031

Rui volta ao tema ao ser divulgado o ministério, com três ministros não deputados: o barão de Loreto, Império, o visconde de Maracaju, Guerra, e o barão de Ladário, Marinha. E diz:

“Longo tempo há que a dinastia alimenta a pretensão de colocar fora do Parlamento as Pastas da Guerra e da Marinha.”⁰³²

E afirma, peremptório:

“A Guerra e o Império ficam, pode-se dizer que diretamente, em casa da família imperial.”⁰³³

A alusão à princesa, pelo tom geral, é clara. Mas o confirma com ênfase:

“No sr. barão de Loreto, o que o país inteiro vê é o paço, o paço e o paço, a princesa, a princesa e a princesa. E com razão o vê.”⁰³⁴

Quais os títulos políticos do escritor Franklin Dória?

“... o que entrou no gabinete é o veador da Casa Imperial, o camareiro solícito, assíduo, incansável nas miudezas da domesticidade palaciana.”⁰³⁵

Saiu o artigo a 10 de junho. No mesmo dia, com o título “Pastas técnicas” rebate o discurso de apresentação do presidente do Conselho, no qual Ouro Preto defende sua posição lembrando precedentes e justificando-se, mas que seria contrário ao parlamentarismo se tais ministros, logo apresentados como candidatos, não se reelegessem, continuando nos postos. Rui alega com a Constituição, que em seu artigo 29 permitia a nomeação de senadores e deputados para o ministério, sujeitando os últimos à eleição. Mas não o obrigava, nem mesmo impunha que os não parlamentares se candidatassem. Pimenta Bueno, aliás, justifica a permissão (aplica o verbo “consentir”) com muitas conveniências⁰³⁶. Mas vê-se que nada obrigava. Rui realmente inverteu as coisas, como bom advogado que era. Parece que a Constituição, ao contrário do que diz, admite, mesmo, uma certa incompatibilidade. Na segunda parte do artigo 29 diz “o deputado deixa vago o seu lugar na Câmara e se procede a nova eleição...” Dentro do espírito e da letra da lei maior, poderia haver ministros não parlamentares e assim continuarem. Ainda mais que o poder moderador (art. 101, § 69) podia nomear “livremente” os ministros. Logo, no dia 11, vem o título, em complementação: “Pastas de Sua Alteza”⁰³⁷. Cita a Inglaterra, autores italianos, rebate Ouro Preto e seu jornal *A Tribuna Liberal*, dirigido por Carlos de Laet, e narrando as *demarches* para

a organização do gabinete, afiaria (contra o depoimento de Ouro Preto) que os nomes escolhidos no Rio foram substituídos por outros em Petrópolis. E informa que o presidente do Conselho não tinha em mente escolher militares. “Tanto não tinha, que de tal não falou a nenhum dos seus correligionários, nas conferências onde se elaborou aqui o seu gabinete. A surpresa emergiu desse parêntese, que S. Ex.^a abriu na sua última entrevista com o imperador, para ouvir a *herdeira presuntiva do trono* o arcano de suas intenções soberanas” (grifo meu) ⁰³⁸.

E conclui positivo o artigo:

“Não se trata, pois, de pastas militares, mas de pastas da Casa Imperial” ⁰³⁹. Isto é, de Sua Alteza.

Ora, seja isso puro partidarismo, seja opinião fundada em fatos, parece que haveria influência de d. Isabel na escolha dos ministros não deputados, para as pastas de segurança nacional – Império, Guerra e Marinha. Aliás, Rui, não deputado, foi convidado para ministro do Império – e recusou, menos por não ser deputado, mais pela federação que queria a seu gosto, quando Ouro Preto, anos antes, apresentara idéias muito superiores em um parecer do Senado.

O fato é que se admitia essa influência da herdeira – justa, aliás, pois a situação era de semi-regência. E a solução era constitucional.

No ano seguinte, já estava Rui escrevendo nova Constituição com proibição de deputado ser ministro. É claro que o regime era outro...

3. Conclusão

D. Isabel só usou uma vez os grandes e graves poderes do artigo 101 da Constituição. Não teve oportunidade de dissolver, adiar ou prorrogar o Parlamento. As nomeações de senadores foram rotineiras e o direito de graça foi exercido, por certo, em vulgares crimes comuns, hoje esquecidos totalmente no fundo de cartórios judiciários – ou nem isso... Mas muito condenado à força lhe deve a vida, embora triste e morna no fundo da masmorra. Mas era a vida de qualquer modo...

Mas na ocasião em que agiu como soberana, com a plenitude da consciência de sua responsabilidade perante Deus e a História, justificou a sabedoria dos redatores da Constituição promulgada por seu avô. Dir-se-á: perdeu o trono.

E daí? Antes rainha um dia do que duquesa toda a vida, dissera sua antepassada Luísa de Gusmão, que terminou rainha toda a vida. Antes ser imperatriz um dia, e de um povo livre, do que reinar de nome toda a vida, prisioneira dos gabinetes, e assistindo a escravidão do povo, mesmo dos que não viviam em senzalas, às oligarquias políticas, que logo se instalaram no país contra as quais se levantariam jovens militares que agitariam o Brasil quando ela vivia os últimos clarões do outono, no exílio e na saudade.

Chamaram-na Isabel. Como sua antepassada a rainha santa, que transformou pães para os pobres em rosas, do suave milagre, também transformou algemas em rosas e sacrificou as conveniências e interesses pelo amor dos mais pobres. Isabel, como outra antepassada, a “mãe da América”, ela que seria a primeira senhora a chefiar um Estado americano diretamente: a mais castelhana entre todas as castelhanas, Isabel a Católica, também e por excelência, que vencida mouros, empenhava jóias para financiar Colombo e repartia com seu primo de Portugal, que respeitava como *El Hombre*, o modesto globo terrestre. Mas, grande rainha e santa, a nossa Isabel não conquistou impérios que os homens destróem – “*nous autres, les civilisations, nous sommes mortels*”, disse Valéry. Os impérios fenecem: mas conquistou

uma coroa eterna e um reinado mais nobre.

“Não acumuleis tesouros sobre a terra, onde a traça e a ferrugem corróem e onde os ladrões escavam e roubam, mas ajuntai tesouros no céu, onde a traça nem a ferrugem corrói, e onde ladrões não escavam nem roubam; porque onde está teu tesouro está teu coração.”

Iconografia da princesa Isabel

Gilda Marina de Almeida Lopes

Vamos abordar aqui alguns momentos da vida da princesa Isabel através da iconografia existente no Museu Imperial e no Palácio Grão-Pará.

1. “A Augusta Família Imperial do Brasil”. Litografia de Henrique Fleiuss.

Litografia muito conhecida, apresenta d. Pedro II, em pé, de casaca, d. Teresa Cristina e as duas princesas. O Museu Imperial tem um óleo de François René Moreaux quase idêntico ao trabalho de Fleiuss, apenas diferem as fisionomias dos retratados, muito feias na tela, graças à inábil execução de Moreaux.

Henrique Fleiuss (1823-1882). Nascido em Colônia, chegou ao Brasil em 1858. Foi um incentivador das artes gráficas entre nós. Deve-se a Fleiuss o primeiro cartaz feito no Brasil para anunciar o aparecimento da *Semana Ilustrada*, jornal de caricaturas e de humorismo, fundado e dirigido por ele. Fundou também a *Ilustração Brasileira*.

2. “A senhora d. Isabel princesa imperial do Brasil”. Litografia de Ferreira da Silva, desenho de J. G. Costa. A princesa em corpo inteiro, muito jovem, trazendo na mão uma rosa.

Aos quatorze anos, idade que aparenta nesta litografia, Isabel prestou, perante as Câmaras, o tradicional juramento de herdeira do trono: “Juro manter a religião católica apostólica romana, observar a Constituição política da nação brasileira e ser obediente às leis e ao imperador.”

Tirone fixou, com o pincel, este importante momento da vida da princesa (tela no Museu Histórico Nacional).

3. “Família Imperial”. Litografia colorida. Autor não identificado.

No gabinete de estudo, são vistos, da esquerda para a direita: princesa d. Leopoldina, imperador d. Pedro II, princesa d. Isabel e imperatriz d. Teresa Cristina. Ao fundo, coluna com o busto do imperador d. Pedro I.

Dom Pedro II estabeleceu para as filhas um rígido programa de estudos. O dr. Francisco Crispiniano Valdetaro era o principal, num grupo de mestres categorizados: para o desenho, Marciano José de Almeida; para a música, Isidoro Bevilaqua; para o inglês, padre Marcos Neville; para o alemão, Guilherme Schulze; para a filosofia, frei José de Santa Maria Amaral, e ainda Joaquim Manuel de Macedo, Sapucaí e Jules Toussaint, no ensino da literatura, da história e da dança, respectivamente. Todo este conjunto tinha um “regente” ou “maestro” excepcional para dar-lhe uma direção adequada e preencher-lhe as falhas. A preceptora, que desempenhou este papel relevante, chamava-se d. Luísa Margarida Borges e Barros, condessa de Barral.

4. “Princesa dona Isabel e princesa dona Leopoldina”. Fotografia (daguerreótipo). Autor desconhecido.

Em campo elíptico, retratos das princesas. À esquerda, em pé, a princesa dona Leopoldina; à direita, sentada, a princesa dona Isabel.

Para adoçar os rigores ou a rigidez dos programas de estudos, as pequenas princesas tinham suas horas de recreio. Debaixo das janelas da imperatriz uma área murada foi-lhes concedida para seus trabalhos de jardinagem.

Era o *Jardim da Princesa*. Nele, Isabel embrechava peças de louça.

Bancos, paredes e gruta ornados de conchas e porcelanas imperiais até hoje facultam aos colecionadores a identificação de muitos serviços.

Tinham, também, Petrópolis; ali viveram os mais claros e belos dias de sua infância.

5. “Princesa dona Isabel”. Fotografia (ambrótipo). Autor desconhecido.

Em mais de meio-corpo, trajando vestido branco, com pastilhas escuras; chapéu guarnecido de flores. Segura com a mão direita uma sombrinha, e a esquerda pousa sobre uma mesa.

Data aparente: 1860 ou 1861.

É interessante assinalar que as primeiras demonstrações da deguerrotipia, entre nós, foram executadas pelo abade Combes, chegado ao Rio de Janeiro com a corveta francesa *L'Orientale* em 1840.

6. “Família Imperial”. Litografia de Pedro Barabino, tirada de uma fotografia de Banchieri.

Grupo em corpo inteiro, ao centro, d. Pedro II, sentado; em pé: dona Teresa Cristina, dona Isabel e dona Leopoldina.

Época imprecisa, princesas ainda muito jovens.

7. “Família Imperial”. Litografia. Inscrição quase toda raspada, lendo-se apenas: Armanino, Gênova. Grupo semelhante ao anterior (a princesa Isabel de cabelos curtos).

8. “Princesas Isabel e Leopoldina”. Litografia de Sebastien Auguste Sisson, de fotografia de Victor Frond.

As princesas são vistas no seu passeio a cavalo, prazer que tanto desfrutaram em Petrópolis. Estão na idade das negociações ou combinações de noivado.

Sisson (1824, Alsácia; 1898, Rio de Janeiro). Notável desenhista, litógrafo e caricaturista, publicou a conhecida *Galeria de Brasileiros Ilustres* entre 1859 e 1861 (reeditada em 1948).

9. “Condes d’Eu”. Litografia de Sebastien Auguste Sisson (1864). Retratos de dona Isabel e do conde d’Eu (bustos) na época do casamento.

Na fala do trono de 3 de maio de 1864, dom Pedro II declarou: “Anuncio-vos com prazer que trato do casamento das princesas minhas muito amadas e queridas filhas, o qual espero se efetue no corrente ano”.

A princesa de Joinville foi a hábil e vitoriosa urdidora da trama matrimonial. Dois jovens de agradável presença, ambos seus sobrinhos, empreenderam, então, uma viagem ao Brasil. Eram netos de Luís Filipe, Augusto e Gaston. O primeiro de Saxe Coburgo, o outro, filho do duque de Nemours.

Tudo fora bem ajustado: Augusto, de 19 anos, para Isabel; Gaston, 22 anos, para Leopoldina. Não era de admirar a predileção pelo Saxe Coburgo, a família ideal dos príncipes consortes, cujo modelo fora Alberto, marido da rainha Vitória. Os dois primos haviam brincado juntos nos parques de Claremont, residência dos exilados Orleans, na velha Inglaterra. Gaston de Orleans tinha já “*une petite renomé militaire*” adquirida na África, sob a bandeira da Espanha.

Isabel revelou a mudança dos arranjos diplomáticos, numa página do seu diário. Ela escreveu: “Chegaram o conde d’Eu e o duque de Saxe. Meu pai desejou essa viagem com o fito de nos casar. Pensava-se no conde d’Eu para a minha irmã e no duque de Saxe para mim. Deus e os nossos corações decidiram diferente.”

Vale assinalar, aqui, a verdade dessa afirmativa. Não obstante opiniões políticas contrárias, educação diferente, os condes d’Eu foram perfeitamente felizes no casamento, coisa rara nesses enlances principescos.

10. “Casamento da princesa Isabel”. Óleo (estudo) de Pedro Américo de Figueiredo e Melo.

Cena tomada do altar-mor para a nave da capela imperial, hoje catedral metropolitana. Em primeiro plano, vê-se o casal de noivos ajoelhados e, por trás deles, o duque de Saxe, a condessa de Barral e o mordomo Paulo Barbosa. À esquerda, no mesmo plano, está o arcebispo da Bahia, primaz do Brasil, d. Manuel Joaquim da Silveira, o oficiante. À direita, surgem também ajoelhados os nobres que serviram de testemunhas ao ato. Ainda à direita, em segundo plano, sob dossel, o imperador d. Pedro II, a imperatriz d. Teresa Cristina e a princesa d. Leopoldina. O casamento realizou-se no dia 15 de outubro de 1864.

Coisa curiosa, o quadro tinha a assinatura do lado direito, *P. Américo*. Quando foi retirado o verniz escurecido pela oxidação apareceram o tapete e os coxins sobre os quais os noivos estavam ajoelhados, sumindo a assinatura da direita, enquanto aparecia a verdadeira, do lado esquerdo da tela. Falsificação de uma obra legítima.

Pedro Américo (1843-1905) foi um daqueles talentos polimorfos, raros hoje em dia. Menino prodígio, aos 9 anos era desenhista da missão científica do francês Louis Jacques Brunet. Pintor, escritor, filósofo e cientista despertou a inveja e a maldade dos medíocres, nunca se dando bem no Brasil.

Como todo pintor neoclássico, embora com toques de romantismo, dá a maior importância ao desenho, procurando os mais difíceis esforços. Foi o nosso maior pintor de batalhas.

11. “Casamento da princesa Isabel”. Óleo (estudo) de Vítor Meireles de Lima. (Acervo do Palácio Grão-Pará).

No quadro de Vítor Meireles, os noivos são vistos de pé, dirigindo-se para o celebrante d. Manuel Joaquim da Silveira. À direita, no mesmo plano, o general Dumas e o duque de Saxe.

Vítor Meireles (1832-1903) não possuiu o ecletismo de Pedro Américo. Foi apenas pintor e professor.

Pintor, com a mesma formação acadêmica e os mesmos toques românticos do outro, alcançou, também, o mesmo renome, em sua época.

Não tem os arroubos, nem a combatividade de Pedro Américo. Aos seus quadros de batalha falta, talvez, o fragor da luta, mas sua pintura é revestida de maior sensibilidade e delicadeza. Homem tímido, discreto, exerceu, não obstante, uma profunda influência na geração mais nova, que com ele estudou na Imperial Academia de Belas-Artes. Foi o pintor dos panoramas do Rio de Janeiro. Com a República foi relegado e esquecido, terminando seus dias no abandono e na pobreza.

12. “Condes d’Eu”. Fotografia.

Dona Isabel e o conde d’Eu num *double phaeton*, no Palácio Isabel, sua residência do Rio de Janeiro, hoje Palácio Guanabara.

Além da dotação anual de 150 contos, os condes d’Eu receberam 300 contos para a

compra do prédio em que morariam na corte.

Foi adquirida uma chácara nas Laranjeiras, com lajões de um morro ao fundo. O trecho que aparece na fotografia ainda existe.

Esta chácara foi reformada enquanto o casal d'Eu viajava pela Europa, depois da lua-de-mel em Petrópolis.

A vida no Palácio Isabel foi bem mais interessante para a princesa. Ela recebia, semanalmente, tinha vida social, enfim. Seus convidados só lamentavam o seu excessivo amor pela música.

13. “Princesa Isabel”. Óleo de Ission (acervo do Palácio Grão-Pará).

Isabel, muito jovem, de perfil voltado à esquerda, traje lilás. Parece tratar-se de obra de amator, segundo a abalizada opinião de Edson Mota.

14. “Princesa Isabel”. Óleo de Eduardo Vienot, 1868.

Busto ligeiramente voltado à direita, olhando na mesma direção. Vestido lilás, caindo-lhe dos ombros mantilha de renda negra.

1868: data importante, talvez o início da desagregação monárquica, com o *golpe de estado* do imperador, derrubando o gabinete Zacarias. A nomeação de um gabinete conservador, feita para satisfazer Caxias, encheu de horror o partido liberal. Alguns liberais dissidentes formaram uma ala radical. Esses dissidentes, dois anos mais tarde, fundariam o partido republicano.

Nesse mesmo ano de 1868, o casal d'Eu fez uma viagem ao sul de Minas. Águas virtuosas de Campanha, Caxambu, representavam esperanças de maternidade para a princesa. Logo depois, 1869, Caxias entrou vitorioso em Assunção, retirando-se, em seguida, do Paraguai. Depois de inúmeras tentativas infrutíferas de tomar parte na guerra, o conde d'Eu iria, afinal, ultimá-la na campanha das Cordilheiras. Peribeubú e Campo Grande justificaram sua fama e sua coragem.

Eduardo Vienot: segundo o Benezit, era natural de Fontainebleau, tendo nascido em 1804. Foi discípulo de Guerin e Hersent. Compareceu a vários *salons* de Paris, de 1831 a 1870. Anunciava-se como pintor de “S. M. l'Empereur du Brésil”.

15. “Princesa Isabel”. Miniatura (acervo do Palácio Grão-Pará).

Delicada miniatura, a princesa tem aproximadamente a mesma idade que no óleo de Vienot.

16. “Princesa Isabel”. Fotografia de Carneiro e Gaspar, colorida por J. Courtois (acervo do Palácio Grão-Pará).

Dona Isabel, condessa d'Eu, em trajes de passeio. Este tipo de fotografia colorida foi muito comum naqueles tempos.

17. “Juramento da princesa Isabel”. Óleo de Vítor Meireles de Lima.

O quadro representa o juramento da princesa imperial ao assumir, em 20 de maio de 1871, a regência do Império do Brasil.

Ao centro da tela vê-se a princesa, assistida pelo visconde de Abaeté, presidente do Senado, prestando o juramento, cuja fórmula é lida por Frederico de Almeida e Albuquerque. A cerimônia realizou-se na sala de sessões do Senado, tendo comparecido as figuras eminentes da Corte.

A tela foi feita por encomenda do visconde de Abaeté, presidente do Senado. Evidencia as qualidades extraordinárias do pintor, dentro dos moldes clássicos da composição e do desenho. Iluminação perfeita, colorido sóbrio, tons baixos da indumentária contrastando com brancos vibrantes e, principalmente, inteira veracidade na representação

dos personagens. O exímio retratista estava muito à vontade para fixar, no quadro, os expoentes da política e da nobreza do Império. Sua formação acadêmica deveria valorizar ao máximo uma pintura histórica, obrigando-o a exaustivas pesquisas a bem da verdade absoluta. Vítor Meireles acabou esta tela em 1875.

A primeira regência da princesa Isabel terminou em 30 de março de 1872. Como as outras futuras, sempre com gabinetes conservadores. Este seria o 25º gabinete do Império, o de maior duração e importância, presidido pelo grande estadista visconde de Rio Branco. O programa principal era a questão servil. A incomparável habilidade do visconde levou-a a feliz termo, com a promulgação da lei do Ventre Livre.

A 28 de setembro de 1871, teve a princesa Isabel a glória e o prazer de sancionar a lei Paranhos, que declarava livres os filhos da mulher escrava, nascidos a partir daquela data.

Esta década de 70 foi a década áurea do Império, mas dentro dela também surgiria mais uma semente de desagregação com a questão religiosa.

O famoso atrito entre os bispos e a maçonaria, terminando com a prisão e condenação deles, iria alienar, para sempre, a simpatia do clero e dos católicos para com o regime monárquico. Ainda neste período, João Alfredo Correia de Oliveira, ministro da Pasta do Império, horrorizado com as precárias condições urbanas e higiênicas do Rio de Janeiro, encomendou, a três engenheiros, um projeto de remodelação da cidade. Esses engenheiros chamavam-se: Marcelino Ramos, Morais Jardim e Francisco Pereira Passos.

Os tempos passaram, chegamos ao quadriênio áureo da República, isto é, ao governo Rodrigues Alves. Convidado para prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos deve ter aproveitado alguma coisa daqueles antigos estudos, feitos no vigor da mocidade, para tão rapidamente transformar a velha capital numa cidade civilizada.

18. “Princesa Isabel”. Fotografia (original de Insley Pacheco).

Corpo inteiro, de costas, vestido escuro, cabeça de perfil à esquerda. Apóia-se a uma cadeira. À esquerda, mesa coberta, tendo ao centro uma urna.

Esta fotografia serviu de modelo à efígie da medalha do “Prêmio de Animação” oferecida pela Câmara Municipal de Petrópolis, na I Exposição Hortícola de Petrópolis, em 2 de fevereiro de 1875.

A princesa promoveu outras exposições, em 76, 77, em 84, já no Palácio de Cristal. Este abriu-se ao público em 2 de fevereiro de 1884; viera da França, tendo sido armado pelo engenheiro Bonjean.

19. “Primeira Emancipação Municipal”. Óleo (esboço) de Pedro José Pinto Peres, datado de 1889.

O quadro representa o salão nobre da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, no dia 29 de julho de 1885, aniversário da princesa Isabel.

No primeiro plano, à direita, um grupo de meninas e, à esquerda, um de senhoras. Ao fundo, sentados sob um dossel, vêem-se, da esquerda para a direita, d. Pedro II, d. Teresa Cristina, a princesa Isabel e o conde d’Eu. A princesa entrega a carta de alforria a um negro, ajoelhado a seus pés. Por uma porta à esquerda do trono, entra um grupo de escravos. Neste dia, dona Isabel alforriou 54 negros, cu-ja liberdade foi conseguida com o produto obtido por “Livro de Ouro”, aberto por iniciativa do presidente da Câmara dr. José Ferreira Nobre.

Pedro José Pinto Peres (1841-1923). Substituiu Vítor Meireles, de quem foi aluno predileto, na cadeira de pintura histórica. Estudou, ainda, com Agostinho da Mota e Chaves Pinheiro. Sua famosa tela “Elevação da Cruz” proporcionou-lhe a Imperial Ordem da Rosa, no grau de cavaleiro, em 1879.

20. “Condes d’Eu e filhos”. Fotografia (original de Alberto Henschel).

Da esquerda para a direita: d. Luís, d. Pedro de Alcântara, d. Antônio, princesa Isabel e o conde d’Eu.

Depois de 11 anos de feliz matrimônio, a princesa Isabel conseguiu, afinal, ser mãe no dia 15 de outubro de 1875, em Petrópolis. Os insucessos anteriores foram amplamente compensados com mais duas maternidades, uma em 78 e outra em 81.

Os meninos, na fotografia, estão já em idade escolar. Para eles foi escolhido um preceptor ideal, na pessoa do dr. Ramiz Galvão, erudito diretor da Biblioteca Nacional.

21. “Princesa Isabel”. Óleo de José Ireneu de Sousa, 1886.

Em mais de meio corpo, voltada $\frac{3}{4}$ à direita, trajando vestido negro com rendas nas mangas e gola. Nas mãos, um pequeno livro.

1886, ano do caso do “quilombo do Leblon”.

José de Seixas Magalhães, comerciante português, abrigava em sua chácara do Leblon um punhado de negros fugidos. Nesse Palmares em miniatura, uma trintena de escravos refazia a vida, cuidando das camélias e rosas do benfeitor.

Lá, os abolicionistas se reuniam, às vezes, saboreando o lauto jantar de aniversário do português.

Em 13 de março de 1886, um grupo deles chefiado por Joaquim Nabuco, ao lado de Patrocínio, João Clapp, Brício Filho e outros, voltava num cortejo alegre para tomar o bonde, no Largo das Três Vendas. Clapp subiu ao estribo do veículo, dando vivas imprudentes aos escravos fugidos, que alumiavam o caminho com seus archotes. É possível imaginar o espanto dos vizinhos a espreitarem pela janela, nessa hora avançada.

A polícia foi informada. O desembargador Coelho Bastos, o “rapa-coco”, prometeu agir.

O Seixas, apavorado, atirou-se para o Paço Isabel. A princesa ouviu-o e correu a falar ao imperador. Na realidade, o roseiral do Leblon não foi devassado. O incidente morreu sem conseqüências, mas as mais belas camélias do Seixas foram enviadas para as Laranjeiras. D. Isabel apareceu em público com uma daquelas flores.

José Ireneu de Sousa (1850-1924). Tendo nascido no Ceará, o artista transferiu-se para o Rio de Janeiro em 1872. Cursou o Liceu de Artes e Ofícios, não podendo ingressar na academia por ter passado da idade regulamentar. Tomou aulas particulares com Vítor Meireles, Ângelo Agostini, Poluceno e Sousa Lobo. Em 1882 voltou ao Ceará, onde, em 1883, pintou, em 6 meses, sua principal tela *Fortaleza Liberta*. Este quadro reproduz a sessão solene realizada no salão nobre da Câmara Municipal de Fortaleza, em 24 de maio de 1883, quando foi proclamada a libertação dos escravos dessa cidade, a primeira do Brasil a alforriar seus negros.

Ireneu de Sousa era também grande retratista.

22. “Princesa Isabel”. Desenho de Vasconcelos. 1888, Litografia de Paulo Robin & Cia. Belo retrato da princesa aos 42 anos.

1888: o ano da Abolição, o começo do fim.

Em Petrópolis, no dia 12 de fevereiro de 1888, a primeira batalha de flores do verão seria a primeira manifestação abolicionista de Isabel, tal como anotou Rebouças no seu diário.

23. “Assinatura da Lei Áurea”. Óleo (estudo) de autor não identificado (acervo do Palácio Grão-Pará).

O quadro inacabado apresenta uma peculiaridade interessante. O artista coloca os três

louros príncipes junto à mãe, no momento solene da assinatura da lei Áurea, quando os mesmos se encontravam em Petrópolis.

24. “Princesa Isabel e o Gabinete da Abolição”. Fotografia.

Em campo elíptico, retrato da princesa contornado pelas efigies dos membros do referido gabinete: João Alfredo, presidente do Conselho; Ferreira Viana, ministro da Justiça; Vieira da Silva, ministro da Marinha; Rodrigo Silva, ministro da Agricultura; Tomás Coelho, ministro da Guerra; Costa Pereira, ministro do Império, e Antônio Prado, ministro de Estrangeiros. Na parte inferior listel com a legenda: 13 de maio de 1888.

É interessante verificar que três dos membros do gabinete da abolição haviam votado contra a lei do Ventre Livre, em 1871: Ferreira Viana, Rodrigo Silva e Antônio Prado.

Decidida a fazer a abolição, a princesa Isabel aproveitou-se de um incidente de rua para derrubar Cotegipe. Chamou outro conservador, aquele que ajudara Rio Branco a domar um Parlamento indócil, o conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira.

Na sessão de 7 de maio de 1888, João Alfredo declarou: “Amanhã será apresentada a proposta do poder executivo para que se converta em lei a extinção imediata e incondicional da escravidão no Brasil”.

No dia 8, às 2 horas da tarde, o ministro da Agricultura Rodrigo Silva leu o seguinte: “Augustos e digníssimos srs. representantes da nação. Venho de ordem de S. A. a Princesa Imperial Regente, em nome de S. M. o Imperador, apresentar-vos a seguinte proposta: Art. 1º. É declarada extinta a escravidão no Brasil. Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário. Palácio do Rio de Janeiro, em 8 de maio de 1888. Rodrigo A. da Silva.”

A lei passou rápida pela Câmara, chegando ao Senado no dia 10. Três dias gastou o Senado nas discussões. Cotegipe e Paulino contra Dantas e Correia. Não era possível, entretanto, resistir por muito tempo.

A princesa transportara-se de Petrópolis para o Paço da Cidade, naquele domingo, 13 de maio de 1888.

É conhecida a frase de Paulino, impotente para conter os acontecimentos: “É sabido, Sr. presidente, que S. A. a Sereníssima Princesa Imperial Regente desce de Petrópolis, e está à espera da deputação desta Casa para sancionar e mandar promulgar já a medida ainda há pouco por V. Ex^a. sujeita à deliberação do Senado. Cumpri o meu dever de senador, passo a cumprir o de cavalheiro, não fazendo esperar uma dama de tão alta hierarquia.”

O resto é por demais conhecido.

25. “Condes d’Eu”. Óleo de V. Del Bosco. 1888 (acervo do Palácio Grão-Pará).

O casal d’Eu no camarote de um teatro, que deve ser o Lírico. O aspecto do ambiente é de uma comemoração do 13 de maio. Infelizmente nada apuramos, nem quanto ao autor V. Del Bosco.

26. “Princesa Isabel”. Óleo de Miguel Novarro y Cañizares, 1888.

Feio retrato da princesa. Busto voltado à direita, olhando à frente, Os cabelos penteados em cachos. Um fio de pérolas ao pescoço e no grande decote um broche, cujos pingentes caem sobre a banda do Cruzeiro.

As cédulas de cinquenta cruzeiros antigos reproduzem este retrato.

Miguel Novarro y Cañizares (...-1913).

Natural de Valença, Espanha, porém naturalizado brasileiro.

Chegou ao Brasil em 1876, fixando-se na Bahia, onde lecionou no Liceu de Artes e Ofícios. No ano seguinte, fundou a Escola de Belas-Artes, à qual se dedicou por completo, depois de abandonar o Liceu. Transferiu-se em 1881 para o Rio de Janeiro, aqui falecendo,

depois de contínua atividade artística, em 1913.

27. “Busto da princesa Isabel”. Mármore de Rodolfo Bernardelli (acervo do Palácio Grão-Pará).

Para comemorar suas bodas de prata, a princesa e o conde d’Eu quiseram seus bustos feitos por Bernardelli, que também fez os de d. Pedro II e d. Teresa Cristina. A princesa pediu aos pais que pagassem ao escultor.

Aliás, inúmeros presentes os condes d’Eu receberam no dia 15 de outubro de 1889, suas bodas de prata e aniversário do príncipe d. Pedro de Alcântara, o filho mais velho.

As bodas de prata de Isabel e Gaston e o baile da ilha Fiscal, ao apagar das luzes da Monarquia, seriam os últimos momentos festivos da família imperial em terras do Brasil. Vinha próximo o 15 de novembro.

Rodolfo Bernardelli: 1852-1931. O grande escultor de quase todos os monumentos do Rio é figura sobejamente conhecida.

28. “Família Imperial”. Fotografia.

Na varanda do palácio da princesa, residência dos condes d’Eu em Petrópolis, onde lhes nasceram os dois filhos mais velhos. Vêem-se: sentado no degrau da escada d. Antônio, filho mais novo do casal, e da esquerda para a direita: d. Teresa Cristina, princesa Isabel, d. Pedro II, d. Pedro Augusto, conde d’Eu e à sua frente d. Luís e d. Pedro de Alcântara.

29. “Família Imperial”. Fotografia (original de Jorge Henrique Papf).

No parque do palácio imperial de Petrópolis, hoje Museu Imperial, estão, da esquerda para a direita: em 1^o plano, d. Pedro Augusto, filho da princesa Leopoldina, d. Pedro II e d. Teresa Cristina; em 2^o plano, princesa Isabel, d. Antônio, conde d’Eu e d. Pedro de Alcântara.

Esta fotografia parece ter sido a última antes do exílio, pelo menos o imperador e d. Teresa Cristina parecem mais velhos do que na anterior (palácio da princesa).

30. “Princesa Isabel”. Fotografia. Reprodução do original (transparência) da autoria de Braun Clément et Cie., Paris (acervo do Palácio Grão-Pará).

Bela fotografia de d. Isabel, já mais idosa; ela embelezou com a idade. Sentada, voltada ligeiramente à direita, olhando à frente, sustentando com a mão direita a aba do casaco de peles que lhe cai dos ombros; com a esquerda, segura um apanhado de flores.

31. “Princesa Isabel”. Fotografia (cartão autografado pela princesa e endereçado aos condes de Paranaguá) em 08/10/1915.

Em campo elíptico, a princesa Isabel, de corpo inteiro, ligeiramente voltada $\frac{3}{4}$ à esquerda. Usa sobre o vestido longo casaco preto com gola de pele. Apoiada a uma balaustrada, firma-se com a mão esquerda a uma bengala.

A amizade da princesa Isabel pelos Paranaguá durou toda uma vida. Amandinha Paranaguá, depois baronesa de Loreto, foi a amiga fiel, incomparável, desde a infância, não obstante o lamentável acidente ocorrido no “Jardim da Princesa”.

32. “Princesa Isabel, conde d’Eu, filhos, noras e netos, no castelo d’Eu”. Fotografia.

Grupo tirado no castelo d’Eu. Vêem-se, da esquerda para a direita: em 1^o plano, d. Luís Gastão, d. Maria Pia de Bourbon, esposa de d. Luís, tendo ao colo d. Pia Maria, d. Pedro Henrique, princesa Isabel, tendo ao colo d. Maria Francisca, conde d’Eu, d. Isabel, atual condessa de Paris, e d. Elisabeth, tendo ao colo seu filho d. Pedro Gastão; em 2^o plano, na mesma ordem, d. Luís, d. Antônio e d. Pedro de Alcântara, os três filhos dos condes d’Eu.

A princesa Isabel teria ainda o desgosto de perder dois de seus filhos, d. Antônio, em acidente de avião, e d. Luís, em consequência de moléstia adquirida nas trincheiras, durante a guerra de 1914.

Em 1905, o conde d'Eu conseguiu realizar um velho sonho, isto é, obteve a propriedade do seu nome, o castelo d'Eu, tempos antes danificada por um incêndio. Lá instalou suas coleções, suas relíquias brasileiras, tudo que amava, enfim.

A fotografia acima mencionada foi feita no velho castelo, um dos mais notáveis da França.

Para terminar, lembramos, agora, uma velha lenda de Malba Tahan. O “amor”, um dia, tentou atravessar um caudaloso rio. Procurou diversos barqueiros e todos se recusaram a levá-lo. Chamavam-se eles: ódio, orgulho, despeito, indiferença. Finalmente, já cansado, o pobre “amor” encontrou um velho de longas barbas que o transportou à outra margem.

– “Quem és tu?” perguntou o amor ao passar para o outro lado do rio. – “Eu sou o tempo, meu filho”, respondeu o velho barqueiro. – “Só o tempo faz passar o amor.”

É possível que o tempo faça passar o amor desejo, o amor paixão. O amor pelo ser humano, em geral, o amor do próximo ou o amor cristão, este tipo de amor o tempo nunca apaga.

Estamos reunidos, aqui, provando justamente isto. Celebramos ou exaltamos uma mulher, cujo gesto de amor redimia uma raça. Este amor o tempo jamais fará passar.



Bibliografia

CALMON, Pedro. *A princesa Isabel, a redentora*, S. Paulo, Brasiliana, 1940.

CÂMARA, Gerardo Brito Raposo da. *Pinacoteca do Museu Imperial*.

CRUZ, Mário José da Silva. *Vítor Meireles e Pedro Américo*, Anuário do Museu Imperial, vol. VII.

DAUNT, Ricardo Gumbleton. *Devaneios de uma época imperial*. Rev. do IHG de São Paulo, vol. LXVIII.

LACOMBE, Lourenço Luís. *A educação da princesa e uma cerimônia na Corte em 1864*. Anuário do Museu Imperial, vol. II, p. 131 e vol. VII, p. 239; *O retorno da princesa*, Pub. da Prefeitura e Câmara Municipal de Petrópolis.

SANTOS, Francisco Marques dos. *As duas últimas festas da Monarquia*, Anuário do Museu Imperial, vol. II, p. 49.

RANGEL, Alberto. *Gastão de Orleans*.

Catálogos do Museu Imperial de Petrópolis e do Museu de Belas-Artes do Rio de Janeiro.

**Isabel,
a
católica**

Francisco Leme Lopes, S.J.

1. A maior de todas as brasileiras

Parecia trazer no próprio nome a predestinação para as realidades religiosas: Isabel, “Casa de Deus”, “Consagrada a Deus”.

Herdeira do nome da mãe do precursor, a primeira a proclamar Maria Santíssima Bendita entre as Mulheres, como as duas rainhas elevadas às honras dos altares, a da Hungria, de que a pena de Montalambert nos deixou tão bela evocação, a de Portugal, a rainha santa, cuja figura, semivelada em uma névoa de saudade, parece pairar ainda sobre Coimbra envolta em místico encanto, bem merece *Isabel do Brasil* ser chamada, como a protetora de Colombo, *Isabel, a Católica*.



O Brasil assistiu comovido, a 9 de maio último, a transladação de veneráveis despojos, de santuário a santuário, do majestoso templo da Catedral do Rio de Janeiro, antes capela imperial, em cuja cripta repousaram durante quase um quarto de século à espera do seu condigno monumento definitivo, para a Igreja do Rosário e São Benedito, o templo construído pelas mãos e pelos recursos dos próprios escravos em honra daquela que na sua irmandade gloriosa era venerada como sua padroeira, templo devorado não há muito pelas chamas, mas logo reconstruído pelas chamas mais ardentes ainda do fervor religioso, que anima hoje como sempre as almas generosas.

Espectáculo memorável a que deram o realce da sua presença o ex.^{mo} e rev.^{mo} sr. vigário geral dom José Alberto de Castro Pinto, representante de sua eminência o sr. cardeal-arcebispo, tão entusiasticamente recebido pouco antes pelo seu novo rebanho, o governador do Estado da Guanabara, Suas Altezas Imperiais, dignos continuadores das mais belas tradições cristãs, prestigiosas autoridades civis, militares, eclesiásticas, particularmente o venerável cabido metropolitano, zeloso custódio do precioso tesouro, e numeroso concurso de tão expressivos representantes da família brasileira.

Naquele mesmo templo, ergueu-se um dia a voz autorizada de dom Antônio de Macedo Costa, saudando a agraciada na presença do imperador e da família imperial por ocasião da entrega da Rosa de Ouro, insígnia que o Brasil receberia de novo mais de meio século depois para a Basílica da Virgem da Aparecida.

E de quem eram aqueles venerandos despojos que na fragilidade e humildade das criaturas humanas se chamam restos mortais, expressão que é a síntese final do termo da existência ainda mesmo dos grandes da terra?

E que mais nobre figura do que esta que hoje aqui se recorda, a sereníssima princesa imperial dona Isabel, condessa d'Eu?

E que momento mais asado do que aquele radioso mês de maio das festas de Maria,

às vésperas do dia 13, que por admirável coincidência associa a data da lei Áurea à do aparecimento da Santíssima Virgem ao mundo, baixada em terras de Portugal? E se ainda mister fora buscar novas coincidências de grandes datas memoráveis a aureolar o nome de Isabel, lá estava próximo o dia 25 de maio, centenário da primeira regência da princesa que, como todos sabem, três vezes, na direção suprema do país, empunhou com mão serena e hábil o cetro imperial, durante as viagens de seu pai, curioso do saber e da aproximação internacional do Brasil com os povos do Velho Mundo.

Foi justamente em duas dessas excursões ao estrangeiro que o velho monarca teve notícias das duas grandes leis de reforma social, sancionadas por sua filha. A primeira, centenária a 28 de setembro último, da emancipação dos nascituros: já não nasceriam escravos sob os céus do Brasil. Esta notícia foi por ele recebida com alvoroço bem longe da pátria, em Alexandria, no Egito. A segunda, em circunstâncias extremamente penosas, quando em Milão jazia ele prostrado num leito que a todos se afigurava seu leito de morte a tal ponto que havia já recebido das mãos do arcebispo de Milão todos os sacramentos da Igreja. Foi aí que lhe chegou aos ouvidos a grande nova que o fez vibrar de emoção, traduzida pelas palavras: “Graças a Deus já não há escravos no Brasil!” Eis o telegrama que, de sua redação e do próprio punho, lhe enviara a filha: “Empereur Brésil, Milan. Acabo sancionar a lei da extinção da escravidão. Abraços papai com toda a efusão do meu coração. Muito contentes com suas melhoras. Comungamos hoje por sua intenção. Isabel.”

Esta nova o reanimou subitamente. Eis aí, nestes memoráveis acontecimentos dessa tríplice regência, o quadro em que em raios luminosos principalmente se destaca a excelsa figura da princesa.

Não é este por certo o momento para uma larga dissertação histórica a respeito dessa metamorfose social que interessou não só o Brasil mas toda a civilização universal. Não se pode, entretanto, fugir a uma breve menção de grande alcance que no momento e para o futuro da pátria representa. 13 de maio é em verdade a maior data de nossa história.

O mérito dessa grande conquista cabe-lhe de pleno direito não só pela sanção destes dois notáveis diplomas como ainda pela propaganda aberta feita por ela nas colunas do jornalzinho *Correio Imperial* impresso em Petrópolis por seu filho o príncipe do Grão-Pará e seu irmão, órgão estudantil que teve o condão de alarmar os próprios ministros de Estado e de provocar com festas e exposições a alforria de todos os escravos da cidade de Petrópolis. Nem se pode tampouco esquecer a ação de seu esposo o conde d’Eu, marechal do Exército brasileiro e neto de Luís Filipe, rei dos franceses, fielmente dedicado à sua pátria adotiva e que no final da campanha do Paraguai obteve do governo provisório a abolição da escravatura naquele país. Já agora, ele, o príncipe consorte, encontra com ela o repouso que tanto desejou em nossa terra, cujas fronteiras, corrigidos os excessos de intolerância da primeira hora, lhe foram afinal como a Pedro II e a Teresa Cristina franqueadas pela democracia republicana, graças aos beneméritos decretos firmados por Epiácio Pessoa e marechal Eurico Gaspar Dutra. Ao mencionar ao lado do nome do Magnânimo o da imperatriz, como esquecer que ela foi chamada com razão “a Mãe dos Brasileiros”? Já houve rainhas que não foram mães: jamais houve mãe que não fosse rainha. As duas coroas aureolaram a frente de Teresa Cristina.

2. Esperando a ressurreição gloriosa

Levados processionalmente os despojos, da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito para a cidade de Pedro, aguarda junto aos pais e ao esposo a ressurreição gloriosa

a redentora dos escravos.

Descansa, agora, excelsa princesa, conforme teu desejo, na tua querida Petrópolis, bela cidade das hortênsias, teatro das tuas excelsas virtudes cristãs e do teu nunca desmentido, na boa e na má sorte, acrisolado pensamento patriótico. Com áurea pena expungiste a grande mancha secular que nos oprimia. Doravante, com esta mesma pena é que se escreverá nas páginas de nossa história o nome glorioso da princesa Isabel.

Quando, depois de prolongado exílio, cerraste os olhos, depositada na escuridão de um ataúde, tu que, com um leve traço de pena de tuas mãos delicadas, partiste as duras algemas de centenas de milhares de brasileiros sujeitos à ignomínia do cativo, despedaçaste também tu, na mesma hora, ó Libertadora, as tuas próprias algemas, livres das agruras e vicissitudes do mundo, trocadas pelo áureo bracelete da imortalidade terrena, continuação da eterna que por teus méritos te estava reservada no Céu.

3. O testemunho de um grande príncipe da Igreja

O júbilo do povo brasileiro pelo gesto redentor de Isabel foi expresso de maneira inesquecível pela grande voz de Dom João Esberard, primeiro arcebispo do Rio de Janeiro e, na frase de Laet, “coluna da Igreja, formidável batalhador e dulcíssimo amigo”. Escreveu o prelado um trabalho sobre a Rosa de Ouro, em que explica o significado e a história da condecoração pontifícia, enumerando as pessoas agraciadas. Eis como se expressa no início, explicando a ocasião e o objeto do estudo:

“Sem dúvida, a história nacional inscreverá, com áureos caracteres, em seus dípticos imorredouros, a data gloriosa de 13 de maio de 1888.”

Desse dia em diante, pôde o Brasil sentar-se com frente erguida no convívio das nações civilizadas. O grande Império sul-americano não tinha mais que velar, perante a humanidade, a envergonhada face.

Estava delido o estigma da escravidão!

Em toda a extensão do Império, do Amazonas ao Rio Grande do Sul e do Atlântico aos confins de Goiás e Mato Grosso, quer nas cidades, quer nos campos, já se não ouvem as vozes ameaçadoras dos senhores fulminando anátemas sobre uma raça infeliz, e cessaram para sempre os gemidos contristadores das vítimas.

Está proclamada a liberdade! Doravante o solo sagrado da pátria não será mais profanado pelas lágrimas e sangue do cativo, regando os sulcos forçados. Ao homem livre está reservada a honra de fecundá-lo com o suor laborioso de seu rosto, mas suor espontâneo e por isso enobrecedor.

Está repudiada essa herança de ignomínia que o Brasil, malgrado seu, recolheria dos tempos coloniais na hora de sua emancipação política.

Fora este, o seu único, mas o seu grande pecado de origem. Mercê de Deus, que para destruí-lo não foi mister um copioso batismo de sangue fraterno, qual se derramara, em medonha guerra, na possante Confederação da América do Norte.

Aqui bastou o sinal de uma mulher. Porque, se a nação inteira se moveu, pelo órgão de seus legítimos representantes, moveu-se a um aceno desta mulher.

Bendita seja ela!

A sua mão benéfica, que já estancara em dias idos o manancial horrendo do cativo, cujas águas lodosas contaminavam as gerações nascentes, apôs com firmeza heróica o selo da legalidade ao ato do poder legislativo, abolindo a escravidão.

Oh! Maravilha! À voz de Isabel ruiu com estrépito a nefanda instituição!...

Gentes redemptae, plaudite!

Foi, desde logo, em todo o Império, uma explosão de nobre entusiasmo.

Jamais, em povo algum, sentimento de entranhado júbilo irrompera assim espontâneo, de todos os lados, e com pujança igual! Vimo-lo e admiramo-lo. Tocava as raias da febre, do delírio!

Satisfeitas as mais ardentes aspirações nacionais, comprazia-se o povo brasileiro em inaugurar com um oitavário de estrepitosas festas, cada qual mais significativa, a nova era de paz e de amor, de fraternização e de progresso, de abundância e de prosperidade, que surgia com os prometedores benefícios da liberdade.

Tão fagueiras esperanças eram para ser contadas no afinado alaúde do rei-profeta, cujas inspirações nos acudiam à memória:

“No erguido cume de Sion ressoem
Alegres hinos ao Senhor devidos,
E o povo grato, na cidade santa,
Votos lhe ofereça.

Viceja alegre a rociada várzea,
Vastas leziras, emoinados montes
De tuas bênçãos os influxos sentem,
Fatura ostentam.

Incultas serras, charnecosos campos
Viçoso pasto ao nédio gado oferecem;
Louras espigas na seara ondeiam
Que os vales cobre.

Assim te mostras providente e sábio:
Assim clemente o povo teu te clama.
E, grato e ledto, em teu louvor entoa
Devidos hinos.”⁰⁰¹

E, com efeito, os hinos ressoavam alegres, ardentes, estrepitosos. Era uma nação inteira a cantar: *Clamabunt, etenim hymnum dicent!*

Mas que belo era contemplar esse povo generoso, sem distinção de classes sociais – que são de todas as festas da liberdade! – tripudiando de júbilo, sob o impulso dos mais nobres sentimentos, e, nas suas entusiásticas ovações, aclamando, respeitoso e grato, o nome aureolado de sua querida princesa!

Sim! Fora ela que, em boa hora, promovera a obra grandiosa da libertação. A ela deviam pois subir com mais amor os hinos do reconhecimento.

O brado atroador, que vitoriava o nome de Isabel, transpôs rapidamente o Atlântico e ecoou em todos os continentes até os ângulos do universo.

A seu turno, fremente de entusiasmo, o telégrafo, de parceria com a imprensa, o proclamou aos mundos. Sem tardança, entraram elas também com sua estrofe harmoniosa nesse hino triunfal que se erguia majestoso em todas as províncias do Império em honra da augusta filha do senhor d. Pedro II.

E, sem dúvida, motivo havia para isso, que as glórias que redouravam o diadema da preclaríssima princesa não refulgiam unicamente sobre o povo brasileiro.

Era a causa da humanidade e da civilização que triunfara: a humanidade e a civilização não podiam ficar indiferentes a esse tão esplêndido quão inesperado triunfo.

Um dilúvio de calorosas congratulações, vindas de todos os pontos do orbe, saudava a ínclita princesa regente e seu dedicado governo pela grande lei, que outorgava no Império plena liberdade a uma raça desditosa, oprimida desde séculos sob o jugo ferrenho da escravidão.

Mas tão alegre nova, retumbando além-mar, pela voz do telégrafo e da imprensa, em coração algum achou eco mais simpático, despertou sentimentos mais gratos do que no do pai comum dos fiéis, o amado Leão XIII, que de sua prisão no Vaticano reina sobre o orbe católico.

Oh! como para logo se dilatava de santo júbilo aquele nobre coração! Como vibraria de santas emoções aquela grande alma? Poucos dias antes da promulgação da áurea lei – por que assim a não denominaremos? – Num documento estupendo deixou o imortal pontífice brilhantemente assinalados os sentimentos de consolação e alegria que lhe transbordaram d'alma ao receber do Brasil, em meio das amorosas manifestações com que a piedade filial de todo o orbe católico festejava o aniversário quinquagenário de seu sacerdócio, a gratíssima nova de se haver concedido em honra sua a liberdade legal a um grande número de míseros escravos.

A luminosa encíclica *In Plurimis*, dirigida ao episcopado brasileiro, permanecerá inolvidável nas páginas de nossa história como um glorioso comentário antecipado do texto legal que, em sua eloqüente concisão, extinguiu no Império tão bárbara instituição. Ao lê-la e meditá-la, não sabe o filósofo cristão o que mais há de admirar ali, se a sublimidade do pensamento ou a variedade da erudição; se a beleza da forma ou a opulência do fundo.

Ali deplora o Sumo Pontífice, entre todas as misérias que o pecado original desencadeou sobre a raça humana, a monstruosa perversidade da escravidão com a repugnante seqüela de seus horrores. Apontando para a história, recorda-nos como os povos da antiguidade, ainda os mais cultos, se não pejaram de introduzi-la em seus códigos com aplauso dos mais eminentes filósofos e juristas, até que, raiando sobre o mundo a luz suavíssima do Evangelho, inaugurou o cristianismo uma nova ordem de coisas, e por toda a parte implantou os grandes princípios da igualdade e da fraternidade entre os homens.

Está ali patente a solicitude maternal da Igreja Católica através dos séculos para suavizar a sorte ignominiosa dos cativos. Admiram-se ali não só as providências incessantes com que os Papas, tutores e vândices dos oprimidos, trabalhavam por apressar a hora benéfica de sua completa emancipação, mas também os esforços com que para logo saíram a reprimir uma nova calamidade que surgia – o tráfico da escravatura – e que, sob os impulsos de uma desenfreada cobiça, tomava de dia para dia maiores incrementos.

Com a alma transida de dor, relata-nos ali o compassivo Pontífice as cenas angustiosas que em pleno século XIX se passam no vasto continente africano, onde milhares de homens,

nascidos livres, são reduzidos a uma horrída escravidão e entregues aos mais desumanos tratos.

Ó vós que tendes nas mãos o governo dos povos, ouvi o apelo insistente que vos dirige o Pai comum dos fiéis, e organizar sem demora santas cruzadas para liberar aqueles infelizes!

O que, porém, sobretudo, ali nos comoveu, foi a expressão do alto conceito, formado pelo Santo Padre, da generosidade do povo brasileiro. Sim! amado Pontífice, fizestes justiça a este grande povo, quando afirmastes que ele ansiava por ver totalmente abolida e extirpada a imandade da escravidão!

Mas que prudentes e delicados são os conselhos da Igreja, quando se trata de acudir com o remédio a grandes males inveterados! Admirai aqui esta prudência e delicadeza, ponderando as sábias palavras de Leão XIII ao terminar a sua eloqüente encíclica: “É sobretudo para desejar, diz ele, que a supressão e abolição do cativo, por todos tão invocada, se realize felizmente, sem o menor detrimento do direito divino e humano, sem nenhuma perturbação pública e de modo que fique segura a utilidade estável dos mesmos escravos, de cujos interesses se trata.”

Tal é, em aligeirada análise, a suma da luminosa encíclica.

Que é daqueles que ousavam acusar a Igreja Católica de permanecer indiferente diante desse rude e áspero cativo a que, no correr das eras, tem estado condenada imensa multidão de homens?

Venham ler o memorável documento que acabamos de resumir, e aí, à vista das sobejas provas do acurado zelo e contínuos esforços da Santa Igreja, digam, pondo a mão na consciência, se ela jamais cessou um só dia de trabalhar para prover de remédio a tão grande mal.

“Vós que de contínuo caluniais a Igreja, sabeis-o – dir-lhes-emos com o ilustre bispo de Orleans – se a Igreja reprova a licença e o desvario dos ânimos, sempre cara lhe é a liberdade humana; porque a liberdade, no plano de Deus, que não fez do homem um vil escravo, a liberdade é o ponto de toda a civilização, de todo o progresso; e a Igreja, verdadeiramente mãe da civilização humana, a Igreja que constituiu as sociedades modernas deplora tudo o que degrada e detém em sua marcha a humanidade, filha de Deus, e abençoa tudo o que a liberta, a aperfeiçoa e a soergue.”⁰⁰²

Mas este grande ato pontifício, um dos mais solenes com que sói manifestar-se a Sé Apostólica, contendo os mais graves ensinamentos, pareceu ao chefe supremo da Igreja que, promulgada, como foi, a libertação geral, não bastava já para significar toda a extensão do seu contentamento.

Apreciando condignamente o preponderante papel que nesse drama sublime de redenção desempenhara, com intenso amor, a sereníssima sra. dona Isabel, princesa imperial regente, assentou Leão XIII, em seu magnânimo coração enviar à augusta libertadora de tantos milhares de míseros escravos, como um público testemunho de seu afeto, como um solene penhor de sua admiração, o dom mais elevado que, na qualidade de chefe supremo da Igreja, ele tem para dar a uma senhora.

A Rosa de Ouro, solenemente santificada no corrente ano com as magnificências do culto católico, eis o delicado, o precioso, o raro mimo que Sua Santidade destinou à nossa virtuosíssima princesa para significar-lhe o sentimento de seu alto apreço pela grande obra por ela realizada.

Se este mimo extraordinário não soem os Sumos Pontífices concedê-lo senão a personagens beneméritos que ilustraram o próprio nome por feitos relevantes, por

assinalados serviços à religião ou à humanidade, ninguém mais digno de receber tão honrosa distinção do que sua alteza a princesa imperial regente.

Com efeito, empenhar esforços para destruir essa ominosa instituição que afligia a religião, que afrontava a humanidade, que pesava com mão de ferro sobre a consciência pública, que trazia humilhada a pátria; e não descansar, enquanto não fosse levado a cabo tão levantado intento, não é porventura praticar obra sobremodo sublime, heróica, meritória; ato altamente social, humanitário, cristão?...

Pois assim o entendeu o chefe supremo da Igreja e assim o proclamou à face do universo.

Ouçamo-lo:

“Já que, diz Leão XIII, valendo-se das palavras de São Gregório Magno, um dos seus mais ilustres predecessores, o nosso redentor, autor de toda a criatura, se dignou em sua demência assumir a carne humana, a fim de que, despedaçada pela graça de sua divindade a cadeia da nossa escravidão, nos restituísse a antiga liberdade, cumpre uma obra salutar quem, pelo benefício da manumissão, repõe, na liberdade em que nasceram, os homens que a natureza desde o princípio fez livres, e que o direito das gentes sujeitou ao jugo da escravidão.”

Como se vê, esta é igualmente uma obra sublime de reparação e de justiça.

Ditoso aquele a quem é dado realizá-la! Desçam sobre ele, em copiosa efusão, as graças do tempo e as graças da eternidade, as bênçãos de Deus e as bênçãos dos homens!...

A mais alta personificação do poder de Deus sobre a terra, aquela majestade augusta que tem as magníficas reverberações do céu, significou pela Rosa de Ouro os transportes de sua alma enternecida diante da vitória esplêndida que, em seu maravilhoso pontificado e no ano festivo de seu jubileu sacerdotal, trouxe o dom inapreciável da liberdade a tantos milhares de filhos seus gemendo desconsolados no opróbrio do cativo.

4. A palavra apostólica de Leão XIII

Eis na íntegra as letras apostólicas de Leão XIII por ocasião da outorga da Rosa de Ouro:

“A muito amada em Cristo filha nossa Isabel Princesa Imperial Regente do Império do Brasil.

LEÃO XIII, Papa.

A muito amada em Cristo Filha Nossa, Saúde e Bênção Apostólica.

As preclaras virtudes que adornam tua pessoa e as brilhantes demonstrações de singular dedicação que nos deste a nós e a esta Sé Apostólica, pareceu-nos mereciam sem dúvida um testemunho particular e insigne de nosso apreço e paternal afere para contigo.

Para te apresentarmos porém esse testemunho, nenhuma oportunidade mais favorável podia dar-se, conforme entendemos, do que a atual. Com efeito, novo esplendor acaba de realçar ainda mais os teus louvores por ocasião da lei que aí foi recentemente decretada e por Tua Alteza Imperial sancionada, relativa àqueles que, achando-se nesse Império brasileiro, sujeitos à condição servil, adquiriram em virtude da mesma lei a dignidade e os direitos de homens livres.

Assim, pois, muito amada em Cristo filha nossa, nós te enviamos de mimo a Rosa de Ouro que, ao pé do altar, consagramos com a prece apostólica e os demais ritos sagrados, consoante a usança antiga de nossos predecessores.

Por esta razão investimos do caráter de nosso delegado apostólico ao amado filho Francisco Spolverini, nosso prelado doméstico e protonotário apostólico, que exerce as funções de internúncio e de enviado extraordinário nosso e desta Santa Sé, junto ao muito amado em Cristo filho nosso Pedro II imperador do Brasil, e na ausência dele junto à Tua Alteza Imperial, com o fim de levar-te a referida Rosa e de exercer o honrosíssimo ministério de fazer-te a tradição dela, observando as sagradas cerimônias do estilo.

Nesse mimo, porém, que te ofertamos, é desejo nosso que tua alteza imperial não olhe para o preço do objeto e seu valor, mas atenda aos mais sagrados mistérios por ele significados. Assim é que nessa flor e no esplendor do ouro se manifesta Jesus Cristo e sua suprema majestade. É Ele que se denomina a flor do campo e o lírio dos vales. Na fragrância da mesma flor se exhibe um símbolo do bom odor de Cristo, que ao longe recendem todos os que cuidadosamente imitam as suas virtudes.

Daí é impossível que o aspecto deste mimo não inflame cada vez mais o teu zelo em respeitar a religião e em trilhar a vereda árdua, sim, mas esplêndida da virtude.

No entanto, implorando toda a sorte de prosperidades e venturas para ti, e todo o Império brasileiro, muito afetuosamente no Senhor outorgamos a bênção apostólica a ti, muito amada em Cristo filha nossa, e à tua imperial família.

Dado em Roma, junto a São Pedro, sob o anel do Pescador, no dia 29 de maio do ano de 1888, II do Nosso Pontificado.

Carlos Nocella?

5. Nos resplendores do dogma da assunção

No Ano Santo do começo deste século, reunia-se em Lion um esplêndido Congresso Mariano. Concluída a manifestação de fé, uma petição assuncionista era enviada ao Sumo Pontífice, com o assentimento de 3 cardeais, 82 arcebispos e bispos, 5 abades mitrados. Datada de 8 de setembro de 1900 encerrava este trecho de ouro:

“Já se disse que bastava para a glória do século XIX, que agora termina, poder ser denominado na história o século da Imaculada Conceição, talvez seja permitido entrever que o século XX se chamará o século da Assunção de Maria.”⁰⁰⁴

Volvidos cinco decênios, em um novo Ano Santo, o anelo passou a ser realidade. Dia 1º de novembro de 1950: um dos dias mais belos que nossos contemporâneos possam ter vivido.

O documento de 1900 prosseguia:

“Os cardeais, arcebispos e bispos, reunidos em Lion sob o olhar de Nossa Senhora de Fourvières, prostrados aos pés de Vossa Santidade, vêm suplicar humildemente receba seu desejo, que é o de todos os membros do Congresso Mariano, de que o soberano magistério de sua autoria de infalível faça passar essa crença universal para o domínio dos dogmas de nossa fé.”⁰⁰⁵

Entre as personalidades ilustres que, em união com o Congresso Mariano de Lion, fizeram chegar ao trono de Pedro sua prece filial pela definição do dogma assuncionista, uma se faz credora particular de nossa atenção. É justamente a de nossa princesa Isabel que, por intermédio do cardeal-arcebispo de Lion e primaz das Gálias, Pedro Covillié, assim se dirigia a Leão XIII, o Papa do Rosário:

“Santíssimo Padre,

No fim de um século que recebeu tantos benefícios da Santíssima Virgem e que lhe

tributou tantas honras, no momento do Congresso Mariano que vai celebrar com tanto brilho a glória da Rainha do Céu, venho unir minha voz à de milhares de católicos para suplicar a Vossa Santidade pôr um complemento a essa glória de Maria pela definição dogmática de sua Assunção.

Esse dogma, para o qual duzentos padres do Concílio do Vaticano apresentaram um *Postulatum*, é caro ao coração de Vossa Santidade que deu, durante o seu glorioso pontificado, tantas provas de singular amor para com Nossa Senhora. A proclamação da Assunção acrescentará em particular um novo lustre ao Santo Rosário, imprimindo aos dois mistérios que o terminam o caráter de uma verdade infalível.

Santíssimo Padre, impetrando para os meus e para mim a bênção paterna de Vossa Santidade, peço a Vossa Santidade crer em minha imutável e muito filial e respeitosa afeiçoada dedicação.

Lion, 7 de setembro de 1900.

Isabel condessa d'Eu." 006

Não contente com sua súplica pessoal no sentido da definição pontifícia, Isabel a Redentora pediu ao episcopado brasileiro fizesse chegar à Cátedra da Verdade a mesma súplica filial. Era, na verdade, herdeira autêntica "daqueles reis que foram dilatando a Fé".

A Sua Alteza Imperial, o então primaz do Brasil, assim se dirigia com data de 13 de maio de 1901 (nem esqueçamos a delicadeza da escolha do dia: 13 de maio):

"Arcebispo na Bahia.

Bahia, 13 de maio de 1901.

Senhora,

Tenho a honra de enviar a Vossa Alteza a súplica que o episcopado brasileiro dirige ao Santo Padre sobre a definição dogmática da Assunção de Nossa Senhora.

Houve demora, porque foi necessário esperar a resposta de cada um dos meus venerandos colegas.

Pode agora Vossa Alteza entregar a súplica à seção que aí se acha encarregada, para fazê-la chegar às mãos do Santo Padre.

Permita Deus que vejamos em breve definida mais esta glória de Maria Santíssima, Nossa Mãe.

Espero que Vossa Alteza em suas orações não se esquecerá deste

servo atencioso

Jerônimo, arcebispo da Bahia." 007

Recordemos reverentes a nova súplica da insigne brasileira:

"Santíssimo Padre,

Há um ano tive a doce alegria de dirigir a Vossa Santidade uma súplica em favor da definição do dogma da Assunção da Santíssima Virgem.

Hoje peço a Sua Eminência o sr. cardeal Macchi coloque aos pés de Vossa Santidade com esta carta a que o episcopado do Brasil dirige a Vossa Santidade, Santíssimo Padre. Longe de minha pátria, sinto-me feliz ao menos por trabalhar pelo que nela pode fortificar a fé. Sei que nossa Santa Religião prospera por lá, mas a separação da Igreja e do Estado acarreta dificuldades com que não contávamos outrora. Que Nosso Senhor supra a isto e que as preces de Vossa Santidade, Santíssimo Padre, assim o obtenham.

Pedindo para todos nós a santa bênção de Vossa Santidade e colocando-nos aos pés de Vossa Santidade, peço creia-me sempre bem respeitosa e afeiçoada filha

em Nosso Senhor Jesus Cristo,

Boulogne-sur-Seine, 6 de junho de 1901.

Isabel, condessa d'Eu." 008

Isabel, a Redentora e o episcopado nacional, em suas súplicas à Santa Sé, tinham correspondido plenamente à devoção mariana de nosso povo, herdeiro, também neste particular, das gloriosas tradições portuguesas.

6. Pela canonização de Anchieta

De outra feita unira ela sua voz à do episcopado para pedir à Cátedra da Verdade a glorificação do apóstolo do Brasil, nosso primeiro cantor de Maria. Recolhamos reverentes o eco de sua voz:

“Santíssimo Padre.

À presença de Vossa Santidade levam os bispos deste Império uma súplica que, posso dizer, não é exclusivamente sua, pedem a canonização do padre José de Anchieta: e eu a eles me uno para obtê-la de Vossa Santidade. A vida desse missionário, tão cheia de atos de caridade heróica e de milagres, não é conhecida somente no Brasil; mas aqui onde ele derramou os benefícios da sua palavra e do seu exemplo, é mais viva do que em qualquer outra parte a memória de suas virtudes, e daí vem a esperança que todos nutrem de ver atendida pelo chefe da Igreja a rogativa daqueles prelados. Queira pois Vossa Santidade resolver que é lícito aos católicos brasileiros venerarem em seus altares a imagem de tão santo varão.

Queira também Vossa Santidade lançar sua apostólica bênção sobre mim e sobre minha família e sobre a nação brasileira.

De Vossa Santidade muito obediente filha,

Isabel, princesa imperial regente.

Palácio, em 11 de julho de 1877.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.”

(no Itamarati 277/3/10)

É o mais belo e antecipado comentário da frase de Afrânio:

“Enquanto não está nos altares, deve estar Anchieta no coração de todos os brasileiros.”

Vamos recolher a resposta de Pio IX, para mais uma vez correspondermos ao princípio tão bem formulado pela voz oracular de dom Macedo Costa: “A história não se faz com frases sonoras, nem com reticências calculadas, nem com argumentos e hipóteses no ar. A história faz-se com documentos” (d. Antônio de Macedo Costa, *A Questão Religiosa do Brasil Perante a Santa Sé*, p. 19).

Do Papa Pio IX à princesa Isabel

“À nossa filha em Cristo diletíssima

ISABEL

Princesa Imperial, Regente do Império do Brasil

PIO IX, PAPA

Diletíssima filha nossa em Cristo, saudação e bênção apostólica.

Com toda a razão, filha nossa em Cristo diletíssima, aos votos do episcopado brasileiro,

juntais também os vossos, no intuito de apressar a sentença de beatificação do *venerável José de Anchieta*, desde há muito suspensa, pela adversidade dos tempos.

Com efeito, faz já trezentos anos, aos habitantes do Brasil, assentados à sombra da morte levou ele, abrasado de zelo apostólico, a luz do Evangelho; juntamente com o benefício da religião introduziu também entre eles os hábitos da vida social e arrancou do seio da barbárie, para a civilização, as suas almas seduzidas pelo esplendor de heróicas virtudes, sensibilizadas pelo atrativo da caridade cristã, abaladas pelos milagres e convertidas através de inauditos esforços.

Aquilo a que vós aspirais, nós também com igual ardor o desejamos, não só para a glória de Deus e de seu servo, mas até para a verdadeira utilidade do Brasil. Isto é que, concedidas lhe sejam as honras do culto público e despertada no povo mais viva confiança na sua intercessão, possa esse Império experimentar com maior eficácia, contra os erros causadores de todos os males, o patrocínio daquele que outrora aí se consagrou inteiramente a espancar suas trevas.

No entanto, como os processos e discussão destas causas se regulam por especial disciplina entregue à nossa Sagrada Congregação dos Ritos, a ela transmitimos a carta de Vossa Alteza, confiando que, se Deus quis fossem já proclamadas as virtudes heróicas de seu servo por um decreto desta Santa Sé, haverá também de confirmar com o esplendor dos milagres esta mesma sentença, chamando-o a si para as honras dos altares.

Enquanto rogamos a Deus ouça propício os vossos desejos, suplicamos-lhe juntamente que vos ampare todos os auxílios celestes e com os dons de sua graça e, no entanto, como augúrio de tudo isso e penhor de nossa particular e paternal benevolência, a vós diletíssima filha nossa em Cristo, e ao sereníssimo imperador vosso pai, e a todo esse Império que governais, concedemos de coração a bênção apostólica.

Dado em Roma, junto ao túmulo de São Pedro, 27 de agosto de 1867, ano trigésimo segundo de nosso pontificado.

Pio IX, Papa.”⁰⁰⁹

7. *De Maria nunquam satis*

Celebrou-se com grande entusiasmo em todos os países católicos no ano de 1908 o cinqüentenário das aparições de Lourdes. Organizou-se em São Paulo uma *Poliantéia Mariana*. Esta, em três páginas distintas, traz em fotocópia uma colaboração particularmente digna de memória: a da princesa Isabel. Aquela que tantas provas já dera de sua dedicação ao culto mariano quer associar-se agora às homenagens de sua pátria distante à Imaculada Virgem de Lourdes. Documento de alta valia, que nos abre o coração da cristã fervorosa, tão devota de Maria Santíssima, da insigne brasileira, saudosa de nossos santuários marianos da exemplar mãe de família. Releiamos estas linhas de tanta beleza:

“Ao pedido que distintas e queridas patricias me dirigem, de escrever algumas linhas para o Álbum Mariano, não me é lícito deixar de aquiescer. Meu amor e devoção à Santíssima Virgem torna-me grato escrever. Justamente em 1908 festejar-se-á o jubileu de Nossa Senhora de Lourdes, que para mim representa a graça obtida do nascimento de nossa filhinha

que Deus quis levar a Si, e para meu consolo foi logo seguido dos nossos três filhos, Nossa Senhora de Lourdes cujo santuário inúmeras vezes visitei com a maior emoção.

Que Nossa Senhora de Lourdes, Nossa Senhora das Vitórias, Nossa Senhora de Pellevoisin, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Glória, cujos dois últimos santuários me é vedado por ora tornar a visitar, proteja nossa cara pátria, meu esposo e filhos, todos aqueles que para sua glória trabalham, e de todo o coração a venera e lhe é dedicado.

Isabel, condessa d'Eu

Eu, 8 de dezembro de 1907.”

Expressões de tanto fervor mariano fazem lembrar-nos o título com que à *Corredentora da Humanidade* se dirigiu a 13 de maio de 1953, no triunfo da Peregrina do Mundo no estádio do Maracanã, uma descendente da raça libertada em outro 13 de maio pelo gesto áureo da *Redentora dos Escravos*:

Princesa Isabel lá do céu!

Invocação digna de figurar na ladainha da devoção brasileira.

O trecho citado faz alusão ao Santuário de Nossa Senhora da Glória, última visita de Isabel antes de partir para o exílio. Relicário de brasilidade e fé. Jóia da paisagem e da arte religiosa. Receptáculo das confidências de seu coração magnânimo.

Novo testemunho do fervor mariano da princesa encontramos-lo no fato referido pelo P. Jerônimo Pedreira de Castro, C.M., em seu belo e piedoso livro *Santa Catarina Labouré e a Medalha Milagrosa* (Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1951, p. 241 – nota) ao tratar do túmulo da santa em Reuilly: “Muitas pessoas iam rezar junto ao túmulo pedindo graças ou agradecendo os favores recebidos. Desde 1877 até a exumação, havia nas paredes dessa pequena casa 58 ex-votos, em ações de graças. Em cima do sepulcro, um ex-voto muito maior e artístico tinha sido colocado pela *condessa d'Eu*, nossa muito amada princesa filha de dom Pedro II, em memória de uma graça insigne que lhe tinha sido concedida pela intercessão da mensageira da Medalha Milagrosa.”

8. Outros rasgos do espírito religioso

À gentileza do dr. Lourenço Lacombe, diretor do Museu Imperial de Petrópolis, devemos uma série de documentos que falam alto do espírito religioso da maior das brasileiras:

“Hoje fiz uma verdadeira penitência: como me não deram senão peixe de lata, que não gostei nada, não comi senão arroz de manteiga e batatas.”

“Esta tarde o tempo nos deu uma estiada e fomos adorar o Santíssimo. Agora está chovendo miudinho” (carta de 02/04/1858).

Da Semana Santa desse ano, é o seu pedido: “Meus caros pais. Mil perdões lhes peço de lhes ter ofendido tantas vezes. Hoje a minha confissão durou uma hora.”

Da Semana Santa, deu a notícia: “Temos ido todos estes dias de manhã e de noite aos ofícios da Semana Santa. Com o internúncio tivemos 6 padres” (carta de 11/04/1868).

Carta de 7 de novembro de 1874: “Hoje, foi dia de limpeza da igreja e deixamo-la muito bem arranjadinha para amanhã.”

Uma outra ocupação da princesa era, com um grupo de amigas, cantar nas solenidades religiosas da matriz, como escreveu ao pai, fazendo galhofa, em 30 de novembro: “Lhe direi, entretanto, que seus cabelos se teriam arrepiado hoje, ao ouvir as vésperas que cantamos na igreja, às 3 horas.”

“Acabamos, há pouco, com a festa da igreja. Perdoei 6 réus e comutei duas penas de morte. É uma das únicas atribuições de que gosto no tal poder!!!”

“Pelo mesmo vapor vai o mapa do terreno da igreja de Petrópolis.”

A preocupação da princesa era, no momento, a construção da nova igreja, como podemos ler na carta de 11 de dezembro de 1882: “Hoje tive minha lição de piano, e ficou combinado que nos domingos teríamos musicata das 7 às 9h, enquanto não se arranjassem baile.”

“O *Flamengo*⁰¹⁰ cede o que for necessário para a igreja, que creio será pouco, menos do que primeiro pensava. Vão se abrir uns cortes nas pequenas elevações de terra, por detrás do terreno da igreja, para melhor se ajuizar.”

Seis dias mais tarde, assinando na carta “Isabel, condessa d’Eu, procuradora da matriz de Petrópolis por nomeação de Sua Majestade o Imperador”, voltou ao assunto: “A idéia da chácara do Flamengo pelos vinte contos é tentadora! Creia que fez com que não adormecesse com a costumada brevidade. Como pagar os vinte contos? Há talvez meio pela província ou por subscrição. Mas o mais simples seria que papai os desse. Por que não executaria essa obra meritória? Lá vai a pidona, me dirá; mas não peço só para mim, e digo só porque também meus olhos gozarão do bonito golpe de vista, e portanto também uma partezinha é para mim.”

13/05/1888: “Assim o fizemos, entramos no paço, para abraçarmos os meninos e continuamos até a igreja do mesmo feitio que viemos da estação. Um bando de ex-escravos fazia parte do préstimo armado de artoches. Chuviscava e mesmo choveu, mas nessas ocasiões não se faz caso de nada.

Na igreja tivemos nosso mês de Maria sempre precedido do terço, dito em intenção de papai e de mamãe. Não são as orações que têm faltado; por toda a parte se reza e se manda rezar, e esta manhã nas irmãs, tivemos uma comunhão por intenção de papai. Comungamos nós dois e umas quarenta senhoras.

Boas noites, queridos, queridíssimos!!!

Saudades e mais saudades!!!”

Quase, como um complemento do júbilo de 13 de maio, duas semanas depois realizou-se a solenidade religiosa, relatada na carta de 1º de junho: “No dia 27 teve lugar a primeira comunhão do Pedro⁰¹¹, na matriz de Petrópolis. Como bem pensarão, foi ainda um ato cheio de emoção para nós. Nosso bom Pedrinho estava muito bem preparado e o ato da comunhão, como o da renovação dos votos de batismo e da consagração a Maria às duas horas da tarde, foram muito tocantes.

“Grandes e pequenos, todos ardentemente rogamos a *Deus* e à *Virgem Maria*, por meus pais! *Deus* tem ouvido as preces fervorosas de coração que todos lhe temos dirigido pelo bem de papai: missas todos os dias, comunhão e durante quatro dias o Santíssimo exposto todo o dia e guardado por senhoras e irmãos; como irmãos, por esta ocasião entraram muitos senhores que também desejaram fazer o que pudessem.”

9. Assim escreveu Laet

Não nos podemos furtar ao prazer de evocar uma página antológica do conde Carlos de Laet, príncipe das letras católicas do Brasil, escrita em 1907: “*Ela*. Nasceu junto de um trono, e para ele estava destinada. Seu pai, primeiro cidadão de um continente livre, amava a liberdade. Bruxuleante a encontrara, vacilante entre os assomas da anarquia, e plácida e resplendente a manteve em meio século de reinado.

No seio materno aprendeu a crer e a orar. Era sua mãe uma santa. Só lhe faltava na lista dos méritos a do martírio, e a revolução lho deu, fazendo-lhe de pura mágoa estalar o coração afetuoso. Com os ensinamentos desses pais, ela não poderia ser senão o que foi: uma cristã fervorosa e uma batalhadora contra a opressão, que no Brasil tomara a forma de cativo.

A exploração do homem pelo homem tinha contra si o direito: mas fortemente se apoiava no costume. E ela, intrépida, tomou o partido do fraco contra o poderoso, do oprimido contra o opressor, da razão e do cristianismo contra as abusões e conveniências. Ameaçaram-na com a perda do trono: ela sorriu e continuou.

Na República modelo persiste o preconceito de raça. Ali o homem de pele negra ou tostada não tem lugar ao lado do homem branco. Uma usança feroz, a denominada lei de Lynch, só se executa contra gente de cor. Ela, a descendente das mais nobres e antigas famílias soberanas, não distinguia entre brasileiros de qualquer procedência. Em um baile da Corte notou que de Antônio Rebouças, o bondoso e inteligente mestiço, com desdenhosa altivez se afastavam as damas. Rebouças não achava com quem tomar parte nas danças, que animadas torvelinhavam nos salões... Mas ela lhe fez significar que o convidava para a primeira quadrilha, e assim cedeu às orgulhosas aquela lição da fraternidade que não distingue raças.

Quando se fez uma lei proclamando que da árvore escrava nasceria o fruto livre e estancando nas origens da vida o nefário legado do cativo, o velho pai, principal protetor da reforma, prudente se retirou, e deixou à filha a glória de referendar a bendita providência. Destarte pela primeira vez apareceu ela no mundo como a Redentora dos Cativos.

Mais tarde urgia completar a campanha. E com que coragem ela a soube adiantar e concluir! Que entusiasmo também, e que prementes aplausos os conquistados nesse dia!

Foi um delírio quando pelos fios do telégrafo correu a portentosa notícia. Todos saíram às ruas, onde mal se podia andar. Em todos os olhos havia lágrimas, em todos os corações um comovido júbilo. “Posso dizer que já vi o povo” – escreveu no dia imediato um cronista. E ele dizia a verdade. Era o povo, o povo em que não mais havia escravos, e que nos seus “vivas” justamente aclamava a vencedora do grande feito.

Um ano mais tarde ainda perdurava a impressão. Foi uma bela festa a do primeiro aniversário da lei Áurea. Um orador da raça dos redimidos, José do Patrocínio, falando no Lírico (então Teatro Dom Pedro II), teve frases do mais levantado estilo, parecendo-lhe ver nela, na heroína ali cercada de crianças, uma semelhança da genial concepção de Murilo quando representou a Virgem, com os pés sobre nuvens, cercada de anjos.

Esquecidos aí pelas bibliotecas ainda estão os jornais e livros que descreveram a brilhante festa comemorativa. E das muitas poesias que aos pés da Libertadora então explorou o patriotismo, uma agora me apraz transcrever, porque a firmou conhecido escritor e prócere das letras.

“A Princesa

*Arcanjo da liberdade,
Da Pátria loura esperança,
Mimosa flor de Bragança,
Celéstia núncia de autor;
Tens visto que a sociedade*

*Até hoje distinguiu
A cor do preto, sombria
Da branca, do seu Senhor...
Princesa toda bondade,
Exemplo de soberanos,
Vê que os corações humanos,
Têm todos a mesmo cor!*

Esta mimosa contribuição estava firmada por Artur Azevedo.

Olavo Bilac e Pardal Mallet em outra ocasião foram vistos com braçadas de flores, para atirá-las à princesa. Em cartão prometia a Guarda Nacional desta cidade todo o seu apoio às instituições monárquicas. Antes que nela tocassem, na Redentora (exclamava Serzedelo, capitão do Exército), preciso seria que lhe pisassem a ela, no dessangrado cadáver.

Tudo isto entre 13 de maio de 1888 e o 15 de novembro de 1889. Datas significativas como nenhuma outra e cuja aproximação vale um extenso curso de filosofia política!

Depois foi o que se sabe: a traição, o abandono, o exílio, a morte dos pais, o esquecimento, a ingratidão.

Passou-se há dias o aniversário dela, e dos antigos entusiasmos só esta ou aquela referência em algumas folhas...

Estranho destino, realmente, o dela!

Colaborar na redenção de seiscentos mil cativos, e não ter em prol da sua causa um só dos braços que desagrilhoara.

Ouvir em unânime epinício as aclamações de uma nação inteira, e dois anos depois, sem que houvera praticado um só ato que a fizesse desmerecer, ver-se desamparada, perseguida, expatriada!

E ela, que na prole da escrava interrompia a iniquidade do cativo, tem nos seus filhos a continuidade da pena, e a indefinida perduração da sentença que lhe arrancou o direito de ter pátria.

Parece que por mais lhe aumentar as agruras permitiu Deus que também esquecidos se mostrassem os ministros da religião.

Não se fala da Monarquia sem que logo se recorde o deplorável incidente da luta entre o episcopado e o maçonismo – erro, crime do Segundo Reinado, e que talvez muito pesou na balança da eterna justiça. Mas por que também não recordar o benéfico influxo que ela, a sincera católica, piedosamente exerceu para anistia dos prelados? Por que deslembrar o fervoroso auxílio que jamais negou à causa da religião? No dia da desgraça um só membro do clero, o padre Herculano Brito, tinha palavras do céu para confortar as vítimas da espantosa tragédia... E ainda hoje (com mágoa o repito) não vejo condigno apreço dos muitos, dos inestimáveis serviços que ela prestou ao catolicismo.

Poucos dias depois da sedição triunfante, um telegrama do primaz da Igreja no Brasil abençoava os soldados rebeldes. Esta mácula, que pesava sobre a memória do ilustre arcebispo, quem a deliu foi o escritor dessas linhas, mediante o incontestável testemunho de um notável membro do clero. Provada ficou a falsidade da bênção e a desprezível intriga que para isso se arquitetou. Esta República, em suas relações com a Igreja, principiou por uma falsificação sacrílega. O terror fez o resto e impediu o desmentido... Mas desde então, segundo parece, o açodamento no agradecer aos ímpios, de quem tudo se teme, impõe silêncio à gratidão para com aquela de quem tanto se obteve.

Mas não importa. Austeramente fiel ao ensinamento paterno, ela continua a orar, a benfazer, a perdoar. No seu exílio não permite recriminações nem queixumes. Certa da justiça que lhe há de fazer a história, contempla serena as misérias do presente... e quando se lembra das horas de infortúnio, só lamenta que da tremenda catástrofe não saísse uma pátria mais honrada, mais próspera, mais livre, mais digna, mais feliz...

Até onde lhe é lícito estender a mão dadivosa ela a dirige ao encontro do brasileiro inditoso. Quando em águas desta baía esteve o filho dela, banido também e, por maior segurança da consolidada República, impedido de rever a terra natal, entre os brasileiros que a bordo foram visitá-lo notavam-se dois com vestes eclesiásticas. Um era conceituado vigário cujo nome não declino por lhe não embarçar a subida a maiores dignidades⁰¹², e o outro um diácono, talentoso moço, que milagrosamente escapou ao naufrágio do Sirius.

– Não estou aqui (disse-me ele) trazido pela política a que sou estranho, mas porque do meu dever entendo que é saudar o filho de quem me socorreu ... náufrago e sem recursos desembarcava em Gênova, quando alguém se me endereçou da parte dela, oferecendo-me um cheque de quantia mais que suficiente para as primeiras despesas. Hoje que ao filho da benfeitora se recusa o direito do desembarque, eu me não julgara bem – com a minha consciência deixando-me ficar entre os hostis e entre os indiferentes.

É assim que ela ainda exerce a caridade às ocultas e pondo em esconder-se o mesmo zelo que outros empregam para exhibir-se.

Assim continua a imitar o pai magnânimo, para quem os pobres não somente era o supérfluo mas ainda o necessário para o esplendor da sua casa, para a manutenção do régio aparato tão mais esplêndido depois que isto é república e que pelo trono do gigante têm passado as caricaturas da realeza.

Pode ser que ela morra no exílio. Quem o sabe? Deus tem os seus segredos, e temerário quem tente desvendá-los.

Espectador desta revolução, que já dura há dezoito anos, eu tenho visto a traição coberta de louros, a ferocidade prestes a erigir-se em bronze, o latrocínio digerindo em sossego os despojos do erário, a corrupção trajando galas, com despudor passeando em apoteoses... Porém tudo isto mais me confiaria na crença de um enumerador.

Assistimos a um primeiro ato, e para muitos dos atores – ai deles! – já começou o epílogo de além-túmulo.

Nada, pois, me é lícito antever; mas nunca tendo sido cortesão nos tempos prósperos, quando dela se acercavam, genuflexos, muitos dos que ora a renegam, estou no meu direito e, desassombrado o exerço, beijando-lhe a mão de que tantos bens promanaram!”

10. O sentido profundo de uma vida

Não poderíamos deixar de assinalar a expressão de sua vontade suprema, contida nesta fórmula de seu testamento: “Quero morrer na Religião Católica, Apostólica, Romana, no amor de Deus e no dos meus e de minha pátria.”

Difícilmente uma cláusula testamentária traduz melhor o significado profundo de uma existência.

A princesa Isabel e a sociedade brasileira de seu tempo

Odilon Nogueira de Matos

Ao ensejo de uma dupla comemoração diretamente associada à excelsa figura da princesa Isabel, e que o Museu Imperial em boa hora resolveu evocar, o estudioso do passado sente-se um tanto em dificuldades para retirar de todo um conjunto de fatos e de idéias aquelas que lhe pareçam suficientes para, sem cair exageradamente no vício das repetições e dos lugares comuns, fornecer-lhe os elementos necessários para situar o personagem no tempo em que atuou. Aos aspectos pessoais, particulares e, por assim dizer, “históricos”, que emolduram o cenário em que a indita princesa viveu, e que, certamente, outros, com mais propriedade, já trataram, preferiremos rememorar aqueles aspectos da vida social e cultural de seu tempo, procurando, assim, dar àquele cenário um caráter um pouco diferente, mas igualmente importante para que possamos compreendê-lo e senti-lo. Se a finalidade da história é, principalmente, conhecer o *espírito do tempo* – aquele *Zeitgeist*, a que se referem os alemães – por que não valorizar os elementos que, talvez mais do que os fatos puramente políticos ou administrativos, possam servir para refletir a época que pretendemos estudar?

O assunto – bem o sabemos – não é fácil de ser abordado, especialmente quando se considera a carência das fontes, a ausência, entre nós, dos arquivos de família, ou, mais que tudo, a indiferença com que se põe a perder documentários preciosos ou testemunhos materiais que, afinal, não são tão antigos, mas que, não raro, acabam vítimas implacáveis da destruição provocada pela incúria de muitos. Lamentávamos, há pouco, que uma cidade como Campinas, que numa certa época foi a capital agrícola de São Paulo, não houvesse procurado conservar sequer uma de suas antigas fazendas da época áurea do café, que pudesse servir assim como uma espécie de fazenda-museu. E a região de Campinas – sabemos todos os que a conhecem – oferece esplêndidos exemplos que poderiam servir magnificamente ao fim a que nos referimos. O mesmo que se reclama de Campinas, poderia ser reclamado, e com muito mais razão, da nossa terra fluminense, particularmente da nossa região de Vassouras. Quando se pensa no destino lamentável que tiveram algumas propriedades rurais do município de Vassouras, logo após a abolição, não temos senão que nos conformar com a perda irremediável de testemunhos que, hoje, atestariam um passado que, afinal, não é tão remoto. Quando nos empolgamos com aquela “aristocracia do café”, a que se referem Taunay, Oliveira Viana, Clodomiro Vasconcelos, José Matoso Maia Forte, Alberto Ribeiro Lamego, Viana de Castro, Elói de Andrade e outros que estudaram o passado fluminense, bem que gostaríamos que esse passado não se restringisse às páginas dos livros em que ele foi evocado. Ainda bem que existem instituições como o Patrimônio Histórico ou o Museu Imperial, para, dentro de suas limitações, possibilidades e não raro exigüidade de verbas, impedir que se perca o pouco que resta de uma era que nossos pais

ainda viram.

No que diz respeito à vida social urbana, as fontes são mais ricas e variadas: a literatura, os depoimentos dos viajantes estrangeiros, a caricatura, a crônica social e política, a arte. Tudo aquilo, enfim, que permitiu a Vanderlei Pinho escrever seu admirável livro *Salões e Damas do Segundo Reinado*, documento quase único na bibliografia histórica brasileira. Todavia, era o próprio autor baiano quem lembrava que “recordar a vida social e elegante da corte de 1840 a 1889 não é fácil, dada a escassez de elementos de informação, tais como memórias, que pouquíssimas existem – políticas, mundanas, literárias. E se o testemunho dos contemporâneos muitas vezes vacila acerca de pequeninos fatos ocorridos há muito, não se conta, outrossim, com a correspondência feminina. Aos cronistas de bailes, festas e reuniões, nos primeiros tempos do reinado, parecia ousado e de mau gosto destacar uma dama para qualquer referência, ainda elogiosa e lisonjeira”⁰⁰¹. O autor lembra um deles – o do *Álbum Semanal* de 18 de julho de 1852, que dizia: “Nós não levaremos a liberdade do escritor ao ponto de declarar os nomes das muitas beldades que se tornaram mais salientes”⁰⁰². Disfarçavam-se as alusões em acrósticos, em palavras enigmáticas, em iniciais nem sempre decifráveis. Mais para o fim – remata o autor – “é que as descrições se fazem mais minudentes e precisas, sem abandonar, contudo, o hábito das iniciais embaraçantes. E que dizer-se do anedotário, das réplicas do espírito, das segundas intenções irônicas nos jogos de palavras e na palestra fina dessas lantejoulas de salão que o narrador de hoje procurará em vão para fazê-las cintilar nas páginas de um livro?”⁰⁰³

Tobias Barreto, que em tudo quanto disse ou escreveu usou o exagero do panfletário, distorcia a realidade ao afirmar terem, no Brasil, os salões uma influência mais entorpecedora do que favorável à expressão das idéias, sendo homens e mulheres de salão grandes banalidades, com o único interesse do risível e do cômico. “O canto, a dança, o jogo, a maledicência – dizia ele – são ainda, por ora, as únicas ou pelo menos as preocupações preponderantes do salonismo brasileiro. O que entre nós se conversa é somente por amor da própria conversação que, deste modo, como alvo de si mesma, não meio de um fim superior, torna-se puro ruído e fumaça inútil.” E, mais adiante, escrevia ainda o autor do *Discurso em mangas de camisa*: “Em parte nenhuma o homem se parece tanto com o animal que se nutre de palhas, como entre nós nos focos aristocráticos de nossa sociedade, onde o homem se nutre de bagatelas.”⁰⁰⁴ Em Tobias Barreto essas opiniões críticas não provinham de nenhuma observação, pois não foi ele, nunca, um homem de frequentar salões. Vinham de sua própria má vontade e duma certa rebelião ao formalismo, que era muito dele, mas que também não levou a nada. Ficamos a pensar se a filosofia da chamada “Escola do Recife” não teria sido tão bizantina e, conseqüentemente, tão inútil como as bagatelas dos salões, que o autor sergipano criticava de maneira tão contundente. Vanderlei Pinho toma a defesa daquilo que Tobias Barreto censurava: “A palestra com objetivos, como a queria, seria fátua, enfática, retórica, discursiva, quando justamente ela vale como expressão de estética, ao servir-se, espontânea, intuitiva e sem alvo, das boas letras, das boas maneiras, do saber dizer e replicar, ouvir e silenciar, sem nada visar: a arte pela arte. Nela tempera-se o vigor de sustentar uma tese em fugas oportunas à argumentação, misturando-se à firmeza convincente a graça faceta; por ela, no instantâneo das sínteses, filtra-se o pensamento de escórias eruditas, e a palavra ganha asas e volúvel leveza, variando os assuntos à lei das sugestões do interlocutor. As frases dirigidas às mulheres douram-se de lisonja; amenizam-se de transigências as que os homens devem escutar; evita-se a discussão inimiga da conversação. Tudo é uma ginástica do espírito em que se conferem opiniões e as inteligências mais se

entretêm do que demonstram; colhem e não impõem; menos afirmam do que levam outras a confessar; mais aprendem do que ensinam. Não há desprezá-la como excitante intelectual. Aqueles inegáveis clarões que a mulher ilumina no espírito dos homens é na conversa dos salões, e nos salões, que se acendem. Entes há que pela sua só presença parecem chispar magnetismo e comunicar vivacidade e clarividência. Junto de certos *causeurs* quantas vezes nos surpreendemos de agudezas que nos surgem inexplicavelmente! Aproximar os que têm este dom, dos saturados de estudo, dos fatigados de isolamento silencioso ou das lutas a que a vida obriga, é talvez clarear veredas onde eles antes tateavam. Quanto pensamento, poesia, romance, ensaio não nasceu dessas centelhas que a meditação profunda não desperta às vezes nos mais brilhantes talentos?”⁰⁰⁵

O historiador baiano, com a argúcia de um repórter moderno, procurou reconstituir a vida da Corte através de alguns salões: os da marquesa de Abrantes, da viscondessa de Silva, de Nabuco, de Cotegipe, da condessa de Barral, dos Haritoff, da baronesa de Bela Vista, da viscondessa de Cavalcanti, entre outros. Através de todos eles – e ainda nos dos paços de São Cristóvão e de Petrópolis – perpassam certas características próprias de uma sociedade urbana em processo de ascensão, embora não desvinculada – e nem o poderia ser – das atividades agrícolas, preponderantes especialmente pela cultura do café, esteio econômico desse período de nossa história. Se é verdade que a cultura cafeeira não propiciou, no sul, aquela mesma sociedade de fundo patriarcal tão característica do nordeste açucareiro, e que Gilberto Freire estudou em sua obra capital de análise e interpretação da sociedade brasileira, não é menos verdade que, no sul, as atividades da cultura cafeeira, mais vinculadas à vida citadina do que as do açúcar, propiciou o surgimento de uma sociedade urbana, que não conhecemos, salvo raras exceções, para outras áreas do Brasil. Além do mais, o espírito de corte, que começa a tomar-se sensível desde que uma corte veio para o Brasil, vai fazer do Rio de Janeiro – na realidade a única grande cidade que o país possui em todo o século XIX – um elemento polarizador e ao mesmo tempo aglutinador de excelente vida social, capaz de absorver o que de melhor havia na Europa, e ditar as normas de uma etiqueta que, sem ser severa ou rígida demais, traduzia, contudo, o prestígio, o requinte e a elegância de grupos sociais, econômicos e políticos que tinham a responsabilidade do poder.

Não sabemos até que ponto a fama de triste da Corte brasileira corresponde efetivamente a uma realidade. É certo que não cabem comparações. Seria ridículo pretender que São Cristóvão ou Petrópolis reproduzissem Viena ou Versailles, Esterhazy ou Sans-Souci. Tudo deve ser considerado dentro de uma relatividade muito nossa. Realmente, São Cristóvão não era uma corte festiva. Parecia até estranha à vida elegante da capital do país e essa vida elegante, com efeito, perpassa mais pelos salões particulares do que pelo paço. O lápis dos caricaturistas e a maledicência dos cronistas não poupavam essa insuficiência da corte de Pedro II. Quando, em 1883, passou pelo Rio de Janeiro o príncipe Henrique da Prússia, a *Gazeta de Notícias* comentou: “Temos príncipe e príncipe alemão na terra. O Paço foi varrido depois de não sei quantos anos e o jantar imperial juntou à clássica canja mais alguns pratos de ocasião.”⁰⁰⁶ Isto pode ser atribuído à mordacidade de algum cronista de circunstância. Mas é ainda um freqüentador do paço, o visconde de Taunay, quem depõe: “São Cristóvão foi sempre um paço triste e severo, e a morada não da alegria, mas do dever sereno e vigilante.”⁰⁰⁷ Todos os que observavam a corte de Pedro II afinavam por esse diapasão as suas impressões. Vanderlei Pinho transcreve o depoimento de conde Robiano, que assinala com estas palavras os hábitos patriarcais dos habitantes de São Cristóvão: *Le train de la maison de la famille impériale ne répond certe pas à sa haute position*. Chocavam-no umas

tantas velharias e anacronismos, como, por exemplo, a carruagem de gala, velha e inestética, que lembrava ao diplomata as *carrosses du siècle dernier*.⁰⁰⁸

É inegável, entretanto, que a severidade a que Taunay e outros se referem era derivada mais daquela simplicidade, que era muito da casa real brasileira e que foi observada, sempre com simpatia, pelos viajantes estrangeiros que nos visitaram, simplicidade que nem o contato, pelo casamento, com outras cortes européias, foi capaz de alterar. Antes, o que vemos é uma adaptação desses nobres europeus aos costumes simples da Corte brasileira.

Está fazendo falta na bibliografia histórica nacional uma obra como aquelas da coleção *La vie quotidienne...*, editada por Hachette, em Paris, e divulgada em nosso idioma pela Editora Livros do Brasil, de Lisboa. Sabemos que João Camilo de Oliveira Torres tem anunciado um volume semelhante para o tempo de d. João VI, e que o professor Georges Raeders está preparando exatamente o volume que reclamamos: “A vida cotidiana no Brasil de dom Pedro II”. Temos sob os olhos um dos últimos volumes da importante coleção francesa, o de Jacques Chastenet, *A vida cotidiana na Inglaterra no começo da era vitoriana*, no qual o brilhante período da história inglesa é o cenário de um quadro preciso, completo e impressionante da vida daquele país, no ambiente requintado da Corte, nas mansões senhoriais, nos interiores burgueses, nas cidades, mas também nas fábricas e nos campos, onde, enfim, o cidadão inglês pode aparecer retratado com toda a fidelidade.

Pensamos que, para o Brasil, o livro seria mais fiel se se chamasse “A vida cotidiana no Brasil no tempo de Isabel”. Um toque feminino ajuda bem mais a compreender a vida social. Eis por que o eminente conde de Afonso Celso, apreciando a trilogia de reis do Brasil que Pedro Calmon escrevera, reclamou que faltava à sua galeria um retrato de mulher. Isto animou o autor de *O rei do Brasil, O rei cavaleiro e O rei filósofo* a completar sua obra escrevendo a biografia de Isabel, três vezes regente do Império e, por conseguinte, a única mulher que, na América, teve um dia, “em mãos tão femininas, o destino de um povo e as rédeas de um governo e cujo nome se ligou para sempre ao do Brasil com a redenção dos escravos.”⁰⁰⁹ Porque, afinal de contas, o Brasil de Isabel foi o Brasil da segunda metade do século, o que significa o Brasil das grandes transformações materiais, sociais, culturais e até políticas, estas num sentido que acabou pondo em jogo a própria sorte da Monarquia. Tal como a Inglaterra da rainha Vitória, cujo reinado se estende coincidentemente por quase toda a vida de nossa princesa, o Brasil de Isabel assistiu aos maiores momentos de sua história, bem como de toda a história do grande século. Todo aquele complexo de mudanças, que Gilberto Freire estudou em *Sobrados e mucambos*, escudado numa ascensão de classes urbanas que após a extinção do tráfico de escravos cada vez mais se solidifica e se traduz na série de iniciativas capazes de dar ao Brasil lugar de proeminência entre as nações modernas.

A tudo isso, junte-se o lado pessoal da princesa, jovem, elegante, festiva, culta, capaz de conversar tanto com os políticos acerca dos problemas mais sérios do país (e alguns desses problemas mais sérios foram resolvidos ao tempo em que governou...), como com as damas da Corte e da alta sociedade, sobre todas aquelas banalidades que Tobias Barreto criticava: a vida nos salões, as partidas, as festas, os bailes, a moda, os espetáculos de teatro, a ópera, as novidades literárias, os acontecimentos do dia, a passagem pelo Rio de Janeiro de algum figurão ou de algum artista renomado, que tanto podia ser cantor, pianista, dançarino, ator de teatro ou prestidigitador ou até de circo de cavalinhos, e também – por que não? não era mulher? – sobre os mexericos da sociedade, as intrigas, as *fofocas* (diríamos hoje), os modelos de vestidos elegantes ou as receitas de quitutes deliciosos... Seria demais exigir que a jovem princesa apenas se interessasse pelas novidades da Guerra do Paraguai, pela Guerra da

Criméia, pela abertura do canal de Suez, pelos jogos da bolsa, pelos micróbios de Pasteur, pelas experiências de Charcot ou de Pinel, pela guerra franco-prussiana, pela arrogância de Bismark, pela comuna de Paris, pelas elucubrações filosóficas de Comte, pelas iniciativas de Mauá, pela guerra da secessão, pelo assassinato de Lincoln, pela descoberta do petróleo, pelas explorações de Livingstone, pela abertura do Amazonas, pela unificação italiana, pelo telefone de Graham Bell, pelo fonógrafo de Edison... Não constituiria, por certo, tudo isso, temas para as conversas dos salões, como assuntos do dia, que inegavelmente eram? Não seria tudo isso mais expressivo do que simples bagatelas, comentado nas rodas masculinas, ao lado dos últimos discursos da Câmara ou do Senado, ou das crônicas políticas de Alencar ou de Machado de Assis?

É provável que, para a sensibilidade feminina de Isabel e de suas amigas, os temas literários ou os assuntos teatrais e musicais fossem os preferidos, pois, a este propósito, a corte de São Cristóvão, especialmente no que se refere à música, tinha uma excelente tradição, que vinha já do primeiro imperador, ele próprio dado à música, como é sabido. Vinha de antes, até, pois já ao tempo de d. João VI eram grandes as atividades musicais da corte do Rio de Janeiro, e neste ponto d. João VI não desmereceu a tradição dos Braganças, todos interessados em música, a começar pelo fundador da dinastia, d. João IV, autor de numerosas composições sacras, e passando por d. João V, que procurou tornar Lisboa um dos grandes centros musicais da Europa, solicitando para tanto a colaboração de uma das maiores figuras da música clássica italiana do século XVIII – o mestre da sonata Domenico Scarlatti – que em Lisboa viveu algum tempo, e quando a infanta portuguesa consorciou-se com um príncipe espanhol, acompanhou-a a Madri, onde viveu praticamente até o fim de sua vida. Foi o mestre Scarlatti o responsável pelo surgimento da magnífica escola cravista ibérica (portuguesa e espanhola), que apresenta uma plêiade de autores, que modernamente estão sendo altamente valorizados pelos musicólogos de todos os países. Compreende-se, então, que d. João VI, querendo dotar a nova capital de seu reino de uma academia de belas-artes, pensasse também em música, e trouxesse para o nosso meio a figura simpática de Segismundo Neukomm, discípulo do grande Josef Haydn. Assim, com tal linhagem, a música encontra no Rio imperial um ambiente expressamente propício, seja na forma lírica, com as companhias de óperas que freqüentemente nos visitavam, seja como música de concerto, em que o piano predominava, especialmente graças à influência dos românticos, que tiveram nesse instrumento o seu grande confidente.

Ninguém, ao estudar a história da música no Brasil no século XIX, ou melhor dizendo, ninguém ao estudar a história da sociedade brasileira naquele período, deixaria de dedicar um capítulo especial ao piano, complemento necessário à educação das nossas jovens, e que acabou influenciando de tal maneira a nossa formação musical, levando Mário de Andrade a falar na existência de verdadeira pianolatria a marcar acentuadamente a vida musical brasileira até época muito recente. Especialmente depois que Gottschalk, com a sua pirotecnia pianística, começou a arrebatá-las as platéias, como, antes, Liszt e Thalberg haviam feito na Europa. Não concordamos com o sr. Guilherme de Figueiredo quando se refere ao compositor norte-americano tão prematuramente falecido, vitimado pela febre amarela no Rio de Janeiro, como sendo um amável cavalheiro que parafraseou o nosso hino nacional... Ele foi realmente isso, não há dúvida, mas não concordamos em que tenha sido apenas isso. A sua influência na implantação dum certo gosto musical no Rio de Janeiro foi grande demais, e já tem sido reconhecida pelos estudiosos de nossa música⁰¹⁰. Em seus recitais foram divulgados os grandes compositores românticos – Schubert, Schumann, Chopin,

Mendelssohn, Liszt – e muitas jovens fluminenses ou cariocas aprenderam com o famoso pianista, o “Liszt americano” (como era chamado), os *Improvisos*, as *Novelettes*, os *Noturnos*, as *Canções sem palavras*, tudo dentro de um esquema romântico que o século não conseguiu acabar. Quanto à ópera, estava ela no gosto e nos hábitos da Corte imperial, talvez por influência de d. Teresa Cristina, que, como boa napolitana, tinha pelo gênero um interesse especial. Ela própria gostava de cantar, como o testemunha o diplomata André Vitor Itier, que, um dia, surpreendeu-a em plena janela do palácio, a cantar uma ária do *Barbeiro de Sevilha*. Vejamos seu depoimento: escreveu ele que “ao aproximar-se das janelas de certa ala do palácio, estacou surpreso. Havia alguém que cantava de modo delicioso e com a mais notável expressividade a famosa ária *Una voce poco fã*. Um bom piano acompanhava a cantora. Tão entusiasmado ficou o viajante, lembra Taunay ao resumir as impressões do diplomata, que, instintivamente, quase prorrompeu em aplausos calorosos. Conteve-se a tempo e finalmente apareceu a cantora à janela, apanhando-o em flagrante delito de curiosidade. Era nada menos que a imperatriz do Brasil.”⁰¹¹

A recente publicação, por parte do Instituto Nacional do Livro, dos folhetins de Martins Pena, crítico de ópera, relativos à temporada lírica de 1846 e 1847, veio mostrar um inusitado e surpreendente interesse pela ópera naqueles meados do século XIX, alimentado, de um lado, pelo gosto da Corte, conforme já lembramos, e de outro pelo desenvolvimento de uma grande cidade, atraindo a atenção dos renomados artistas da Europa e quando o próprio povo participava de uma excepcional afeição aos cantores de sua preferência, dividindo-se não raro na apreciação dos dotes vocais de seus ídolos, formando-se partidos a que davam os estudantes e os homens de imprensa o máximo de seu entusiasmo⁰¹². Mais recentemente ainda, o livro de Aires de Andrade sobre o autor do hino nacional veio nos trazer excelente apanhado das temporadas líricas ao tempo do Segundo Reinado⁰¹³. Pela variedade de óperas apresentadas, óperas italianas e francesas principalmente, contrastando com a monotonia das temporadas de hoje, numa cansativa repetição sempre das mesmas obras, tais crônicas não podem deixar de fazer inveja aos melômanos dos nossos dias. A afeição do imperador por Carlos Gomes, permitindo ao compositor campineiro ir para a Itália e triunfar entre os grandes compositores da escola operística italiana da segunda metade do século, constitui mais um exemplo do prestígio que o lírico desfrutava na corte de d. Pedro II. Mesmo interesse que vai fazer, ainda, o nosso imperador oferecer a Wagner o teatro do Rio de Janeiro para a estréia mundial de uma de suas maiores obras. O episódio é conhecido: Wagner tivera certas dificuldades com os teatros alemães para a montagem de *Tristão e Isolda*, obra terminada em 1859, mas só estreada em 1865. Sabedor do fato, d. Pedro endereçou convite ao compositor. Todavia, tais dificuldades acabaram se aplainando, e entre levar à cena sua ópera no Brasil e em qualquer teatro alemão, era natural que o compositor preferisse os teatros alemães, os quais poderiam, muito mais do que o nosso, oferecer condições técnicas e artísticas para a realização da obra imortal. Mas o convite foi feito e a ele Wagner se refere carinhosamente num dos seus escritos⁰¹⁴. Assim, por um triz deixou o Rio de Janeiro de Pedro II de ter a honra da *première* mundial do *Tristão e Isolda*, uma das maiores obras da música universal. Mas não era só o lírico e nem o piano. A música de concerto tem igualmente lugar de destaque, com a fundação de clubes e associações musicais, com a obra de Henrique Oswald e especialmente as de Alberto Nepomuceno e Alexandre Levy, os quais, nascidos em 1864, recebendo de início sólida formação européia, voltam ao Brasil e tornam-se precursores do nosso nacionalismo musical, numa época em que, na Boêmia, na Polônia, na Escandinávia, na Rússia, na Espanha, escolas nacionalistas estavam

surgindo, abrindo novas e mais amplas perspectivas para a música, dentro, ainda, do espírito do romantismo.

O ambiente petropolitano passou a constituir, mais para o fim do reinado, o pólo de atração de uma vida social que, embora sem a etiqueta da Corte, tornou-se mais expressiva pelo à vontade com que se desenvolveu: os encontros diários na estação para a chegada do trem; os passeios por estradas e ruas entre chácaras; as festividades religiosas; as exposições e os bailes do Palácio de Cristal, eram ocasiões de convivência do imperador e dos príncipes com a sociedade aristocrática que na linda cidade serrana buscava fugir ao calor do Rio de Janeiro e procurava “aquecer-se naquela espécie de familiaridade com a casa reinante”, para usar a expressão do autor, já tantas vezes citado, de *Salões e Damas* ⁰¹⁵. Os viajantes estrangeiros não se cansavam de admirar não só a beleza de Petrópolis, como essa oportunidade de convívio com a casa imperial. De vários desses viajantes, deu-nos conta o professor Lourenço L. Lacombe, em trabalho que publicou na coleção *Centenário de Petrópolis*, respigando neste e naquele autor as impressões que lhe pareceram mais significativas ⁰¹⁶. Relendo, há pouco, com outro objetivo, as *Imagens do Brasil*, do alemão Kozeritz ⁰¹⁷, ali encontramos alguns traços da cidade imperial, que o jornalista teuto visitou em 1883: a maior distinção européia; um certo gosto exibidor de luxo e opulência; uma nota aristocrática predominante casando-se com a encantadora singeleza bucólica; a intimidade da família imperial com os membros do corpo diplomático e da alta sociedade.

Nesse ambiente petropolitano, ou no Rio de Janeiro, depois de adquirido o Palácio Isabel, que veio a ser, na República, o Palácio Guanabara, a princesa e seu esposo reagiram contra a tão censurada frieza da corte de d. Pedro II: eram freqüentes as “partidas da princesa”, com música e dança, conversa e muita distinção, algo diferente daquela tristonha atmosfera que Gastão de Orleans notava nos seus primeiros tempos de Brasil: “Janta-se em família às 5 horas, com uma rapidez prodigiosa; depois, se faz bom tempo, passeia-se na chácara, espécie de jardim quase inculto, composto sobretudo de aléias de mangueiras e bambus gigantescos; depois se regressa à casa para tomar chá; as princesas fazem música; olham-se fotografias, ou jogam-se as prendas, e às 9h30 está tudo acabado.” ⁰¹⁸

Era natural que ambos ansiassem por coisas melhores, ambientes mais festivos, situações mais condizentes com suas idades, oportunidades mais de acordo com o papel que, na Corte brasileira, ambos deveriam desempenhar. E isto sem artifícios, sem sofisticação. “A simplicidade é uma lei nos salões da sereníssima condessa d’Eu”, expressava-se um conviva de 1882. “Nas fisionomias francas do senhor conde d’Eu e da sua augusta esposa, no trajar modesto e despretensioso, brilha jovem a mais cordial democracia. Está-se ali a gosto, como se estaria nos salões de um burguês fino e bem educado.” ⁰¹⁹ Não era fácil, entretanto, mudar hábitos rotineiros. A roda palaciana estranhava as novidades. É o próprio príncipe quem confessa: “Por mais que se faça para animar um pouco a vida social, ela continua forçosamente monótona e muito penosa em entreter”. Aos poucos as resistências foram sendo vencidas e, mais tarde, aí por 1887, a queixa do príncipe era exatamente oposta: sentia-se fatigado, o tempo todo absorvido em concertos, espetáculos, saraus de todo o gênero, e nem sempre dos mais agradáveis, mas que, em todo o caso, faziam ferver a vida social do Rio de Janeiro ⁰²⁰. Nas recepções do Paço Isabel, já foi mencionado por mais de um observador, dominava a música, o que, evidentemente, não agradava a todos, pois de nem todo o mundo se podia exigir fosse melômano. Muitos dos que freqüentavam tais saraus podiam repetir o que escreveu um dos Goncourt, quando dizia que o que mais admirava na música eram as mulheres que a executavam... Mas os príncipes gostavam, e isto bastava. O

interesse da princesa pela música fê-la alvo da maledicência, de cochichos e de mexericos, os mesmos, naturalmente, que exploravam também a sua religiosidade e que, no caso do príncipe, não poupavam nem a sua deficiência de audição. Tanto têm que aturar os homens públicos...

Mesmo um homem da cultura de Ramalho Ortigão, que sangrava em má vontade para com o imperador, e que, com evidente exagero, escrevera que a convivência com o espírito e o gênio de d. Pedro II “vacinara o Rio de Janeiro para resistir vitoriosamente a tudo quanto ofende a beleza estética de uma sociedade”, não foi capaz de sentir o esforço dos príncipes para dar à sociedade do Rio de Janeiro e de Petrópolis aquele toque de elegância que o imperador, pelo seu feitio, talvez não soubesse mesmo dar. O escritor português continuava escrevendo que o imperante não soubera dirigir na sociedade que governava “a organização dos costumes, no culto da arte, na formação do gosto, na moda, na *toilette*, nas maneiras, nesse conjunto de regras, de convenções, de hábitos nobres e delicados que escapam, pela fina natureza, à ação propriamente governativa, e de cuja formação resulta, para cada sociedade, o seu nível de atração, de graça, de dignidade, de bem-estar, a sua civilização, enfim. Pelo seu exemplo, estragou quanto pôde a arte de conversar, a de vestir, a de receber, a de jantar, a de ditar um menu, a de conduzir um *cotillon*, a de governar um cavalo, a de mobiliar um salão, a de edificar uma casa, a de escrever um livro”. Pôde, entretanto, Ramalho apreciar no Rio de Janeiro “homens capazes de competir com os primeiros de qualquer parte”, e demais encantadoras, das mais inteligentes que viu, “belíssimas quando lhes dá para isso, com uma força de carinho terno, à primeira vista superficial, mas no fundo avassalador, terrivelmente dominativo”⁰²¹. Mas a essa nata faltavam, segundo o observador português, certos hábitos que só se alimentam numa distinta e amiudada convivência, e para ele, a lastimável revista de mostra quotidiana na Rua do Ouvidor não podia suprir os pontos de elegante encontro, as recepções e bailes freqüentes. Daí imaginar como seria bom se o Rio de Janeiro possuísse duas ou três ditadoras de elegância para conduzir a alta sociedade por esses novos rumos... Comentando os exageros do escritor português, lembrava Vanderlei Pinho que “a sociedade do Rio de Janeiro continuava a ter centros de reunião onde aquelas artes finas e imprecisas da conversação e da crítica leve, temperada de ditos agudos e do travo agridoce dos *potins*, se misturavam às artes disciplinadas da música, da poesia, da declamação, no ambiente discretamente luxuoso de uns tantos salões, um dos quais – rematava o historiador – foi o Paço Isabel”⁰²².

Vale a pena, para contraste e contraposição, lembrar o depoimento do inglês William Hadfield, que, comentando o grande baile de 20 de julho de 1870 – baile que, segundo o autor de *Salões e Damas*, inicia nova fase de vida na sociedade brasileira, que se reanimou após o término da Guerra do Paraguai, de cuja última fase – não nos esqueçamos – fora o conde d’Eu o comandante supremo e da qual voltara triunfantemente vitorioso – elogia sem restrições esse baile a que compareceram 1.500 pessoas, e nota os progressos que a sociedade brasileira acusava de vinte anos para aquela data. Admirava-se das moças lindamente vestidas que figurariam com graça nos bailes de qualquer capital da Europa. As modas de Londres e Paris não fariam sombra às daquelas damas brasileiras, rebrilhantes de jóias. E o viajante inglês rendia-se comovido ao espetáculo da simplicidade dos imperadores, dirigindo-se, de sala em sala, a todos os conhecidos, de uma maneira que causaria inveja ao presidente dos Estados Unidos, “a melange of *Royalty and Democracy probably not be found in any other country in the world*”⁰²³. Hadfield escrevia em 1877, menos de dez anos antes de Ramalho Ortigão. São depoimentos diferentes, e se diferenças de fato existem não de ser, evidentemente, no sentido

de um maior desenvolvimento da vida social no período que separa os dois escritos.

O assunto nos levaria longe. Muito teríamos a respigar os depoimentos dos viajantes, nos jornais, nas crônicas, na literatura da época sobre o que teria sido a vida social, que o imaginário autor de uma “vida cotidiana no tempo de Isabel” não poderia deixar de registrar. O que esperamos ter deixado claro é a participação da princesa e seu digno consorte na evolução dessa vida social. A época em que vivem, no Brasil, é de profundas transformações, senão tanto políticas, pelo menos materiais e culturais, e a elas a herdeira do trono, que por três vezes exerceu a regência, não poderia ficar alheia. Integrou-se na vida brasileira, não tanto pelo seu dever de futura rainha ou imperatriz, mas pelo interesse que sempre votou às coisas de seu país, interesse que soube transmitir ao nobre francês com quem se consorciou. A participação do príncipe na vida brasileira foi sempre a mais discreta possível, mas quando chamado a alguma função, soube desempenhá-la com tanto ardor e entusiasmo, com tanto patriotismo, como não o faria melhor o mais legítimo brasileiro. Achava-se em viagem de núpcias pela Europa quando eclodiu a Guerra do Paraguai. Gastão de Orleans julgou que devia voltar imediatamente ao Brasil a fim de pôr-se à disposição do sogro para o de que eventualmente necessitasse. Chegando ao Rio de Janeiro, já o imperador havia partido para o Rio Grande do Sul. O príncipe foi-lhe ao encalço, juntando-se a d. Pedro em Uruguaiana. Ali teve oportunidade de assistir à rendição de Estigarribia, e a página que escreveu sobre este episódio, em sua *Viagem Militar ao Rio Grande do Sul*, ainda é o que de melhor existe sobre o importante acontecimento, valorizado, sobretudo, como depoimento de testemunha visual ⁰²⁴. Posteriormente, foi o comandante dos exércitos aliados na última fase da guerra, quando teve como auxiliar imediato o futuro visconde de Taunay, então oficial de engenharia. O *Diário do Exército*, de Taunay, em seus dois volumes intitulados *A campanha das Cordilheiras* e *De Campo Grande a Aquidabã*, constitui, como é sabido, o melhor documentário sobre esse período final da guerra ⁰²⁵. Bastaria esta participação – e participação brilhante – para credenciar o nobre Orleans ao nosso respeito e à nossa estima. A biografia que traçou-lhe Alberto Rangel representa o melhor tributo que a historiografia brasileira poderia oferecer ao genro de nosso segundo imperador ⁰²⁶.

Um passeio pela história do Brasil – sem querer plagiar o título de um livro de Américo Jacobina Lacombe – nos mostraria, nos últimos vinte anos do Segundo Reinado, um rol de grandes acontecimentos, verdadeiros marcos militares na linha evolutiva de nosso processo histórico:

– a cultura do café, que já dominara toda a terra fluminense, desde a primeira metade do século, expande-se, agora, pelo oeste paulista, fazendo deslocar de vez, do norte para o sul, o eixo econômico do país;

– a questão servil, encaminhando-se para o fim, provocando, como é natural, as mais contraditórias reações, especialmente por parte dos que tinham na vil instituição o embasamento de sua economia;

– o trabalho livre, impondo-se com as experiências de Blumenau no Vale do Itajaí, de Koeler em Petrópolis, de Vergueiro em Limeira, do visconde de Indaiatuba em Campinas, de Teófilo Otoni no Vale do Mucuri;

– a era ferroviária em plena expansão, com os trilhos acompanhando a marcha do café;

– os melhoramentos materiais revelando pioneiros do tipo de Mauá, dos Cockranes, de Mariano Procópio, de Bernardo de Mascarenhas, dos irmãos Lidgerwood, do major Diogo, de Monlevade, desdobrando-se em toda a sorte de atividades: estradas, transportes urbanos, iluminação elétrica, saneamento, indústria têxtil, mineração, siderurgia;

– a questão religiosa, criando problemas perfeitamente estáveis, mas que refletiam uma situação que vinha de longe, praticamente dos tempos coloniais, conflitando muitas vezes o trono e o altar, e sempre propiciando aos inimigos de ambos excelentes oportunidades para pescar em águas turvas;

– o liberalismo político do Império – a “democracia coroada”, para usar o título de um livro conhecido – permitindo, inclusive, que a propaganda republicana, destinada a solapá-lo, se realizasse com todas as garantias, exemplo admirável de tendências acentuadamente liberais que cercavam, no Brasil, a instituição monárquica, a ponto de despertar a atenção – e por que não o dizer, a inveja? – de tantos outros países;

– o ensino e a pesquisa científica, embora ainda sem o caráter universitário, mas na forma de institutos isolados, contribuindo cada vez mais para uma certa emancipação cultural do país e permitindo experiências notáveis, como as de Gorceix, fundando a Escola de Minas de Ouro Preto; Derby e Hartt, lançando as bases da pesquisa geológica e mineralógica; Daffert, fundando o Instituto Agrônomo de Campinas; Goeldi, estabelecendo o Museu do Pará; von Ihering, fundando o de São Paulo; Ehrenreich, Koch Gruenberg e von den Steinen prosseguindo a trilha brilhantemente iniciada tantos anos antes pelo grande Martius; Wallace, pesquisando na Amazônia e descobrindo, ao mesmo tempo em que Darwin, o princípio da seleção natural das espécies;

– o ensino médio, beneficiando-se da contribuição valiosa de experimentadas ordens e congregações religiosas, francesas ou italianas, ou, ainda, de missões protestantes norte-americanas, que, em seus colégios, lançaram as bases de uma verdadeira renovação do ensino em nosso país. Lembraríamos, particularmente para o caso de São Paulo, a função em Campinas, em 1869, do Colégio Internacional, a mais antiga casa de ensino fundada no Brasil pelas missões protestantes, e que em Campinas existiu até fins do século, quando, assolada a cidade por terrível epidemia de febre amarela, foi transferida para a cidade de Lavras, no sul de Minas; ou a antiga Escola Americana, de São Paulo, origem do atual Mackenzie, a maior organização de ensino particular de toda a América Latina. Ao tempo, ainda, da Escola Americana, recebeu a visita de d. Pedro II, que muito se interessou pelos métodos de ensino que ali se empregavam. Tudo isto, enfim, que veio preparar, ainda em São Paulo, o ambiente para as reformas de ensino levadas a efeito, posteriormente, pela educadora americana Miss Brown e pelo grande fluminense que se chamou Caetano de Campos, cujo nome é relembado hoje na mais importante instituição de ensino normal do Estado de São Paulo;

– o romantismo, continuando com Alencar e Machado, dois grandes retratistas da sociedade imperial, ao lado de Macedo e de Manuel Antônio de Almeida, e mais para o fim do século – tendência natural da época – cedendo o passo a correntes mais modernas do pensamento, como o realismo, o simbolismo, o impressionismo; enquanto que, na música, o país acompanhava os sucessos que Carlos Gomes – tão vinculado à casa imperial – obtinha nos teatros italianos: *Guarani*, *Fosca*, *Maria Tudor*, *Salvador Rosa...*, enquanto que, no país, uma plêiade vigorosa de compositores buscava novos rumos para a nossa música, dentro das tendências nacionalistas que caracterizaram a história da música na segunda metade do século passado, em quase todos os países.

... E tantos outros marcos, no campo das ciências, das artes, da economia, das finanças, do direito, da política, que esta viagem imaginária nos poderia oferecer... De tudo isto, direta ou indiretamente, participava Isabel, cônica de sua responsabilidade de herdeira do trono. Este, enfim, o cenário em que viveu e atuou a ínclita princesa, dando a tudo o seu toque bem feminino de graça, de elegância e distinção. Eis por que preferiríamos que o livro

que desde o começo da palestra imaginamos se chamasse a “Vida cotidiana no Brasil no tempo de Isabel”. Tudo isto, e de maneira muito melhor, e muitas outras coisas mais, ele nos contaria.

O conde d’Eu e o Exército brasileiro

Everaldo de Oliveira Reis

1. Introdução

Atendendo a gentil e honroso convite do Museu Imperial, aqui me encontro para, no âmbito do “Curso Princesa Isabel”, associar-me às homenagens ao casal Isabel e Gastão, casal que é por todos os títulos merecedor do reconhecimento da nação brasileira.

Coube-me analisar a figura do conde d’Eu dentro da sua atuação no Exército brasileiro. Vamos realizar o nosso estudo, obedecendo a seguinte seqüência:

Estudaremos inicialmente as origens do príncipe e sua formação militar, no tópico que aparece no nosso Sumário, sob o título: “O Alferes de Segóvia”.

Em seguida, dentro da nossa disponibilidade de tempo, estudaremos o comando do conde, durante a Guerra do Paraguai. É o título do nosso Sumário: “O comandante-em-chefe”.

Finalmente, faremos a referência possível à atuação do conde, como comandante-geral da artilharia brasileira.

2. O alferes de Segóvia

Quem foi Luís Filipe Maria Fernando Gastão de Orleans? Qual a formação deste príncipe, que aqui chegou em 15 de outubro de 1864 e consorciando-se com a herdeira imperial, entre nós permaneceu por vinte e cinco anos?

Gastão de Orleans, príncipe da Casa de Orleans, era bisneto do controvertido Filipe Egalité, neto do rei Luís Filipe (1830-1848), a quem acompanhou ao exílio, quando tinha apenas seis anos de idade. Seu pai, segundo filho do rei Luís Filipe, era o duque de Nemours, a quem a Coroa belga em determinado instante fora oferecida, mas rejeitada por razões políticas. Mesmo depois de exilado, o duque de Nemours volta à França em 1871, para servi-la como general-de-divisão. Era um príncipe e um soldado. Gastão, seu filho mais velho, teria que, forçosamente, ser também um soldado. E como alferes do Exército espanhol é matriculado na Escola de Segóvia. Mas isto não bastava para forjá-lo como um bom soldado. Em Marrocos, há uma guerra e para lá vai o jovem príncipe. Na Batalha de Tetuam se comporta de maneira a fazer jus à medalha da Ordem Militar de São Fernando. Volta depois a Segóvia para completar, e completa, o curso regular.

Em 1864, viaja para o Brasil. Tem vinte e dois anos e é capitão, título conquistado na Escola de Segóvia, mas também nos campos de batalha de Marrocos. Pelo casamento, é feito marechal do Exército brasileiro, mas é bom que se lembre... “sem prejuízo do quadro”.

Como marechal é nomeado comandante-geral de Artilharia, cargo que exerceu durante todo o tempo de sua permanência entre nós, cumulativamente, após a Guerra do Paraguai, com a presidência da comissão de melhoramentos do material de guerra.

Casando em outubro, embarca o casal para a Europa, em viagem de núpcias, durante a qual o Paraguai invade a província de Mato Grosso. Vivia-se dezembro de 1864.

Em 11 de julho de 1865, o imperador Pedro II resolve ir pessoalmente ao campo de batalha, que era então a província do Rio Grande do Sul.

A 17 de julho o conde chega ao Rio e a primeiro de agosto embarca para o Rio Grande, onde se vai juntar ao imperador. Será o seu primeiro e real contato com o Brasil e as suas Forças Armadas. Da experiência nos deixará um interessante documentário: *Viagem Militar ao Rio Grande do Sul*. São três meses de observação e adaptação às coisas e aos homens de sua nova pátria, ao longo dos quais vai estabelecer contatos com pessoas e em particular chefes militares, com muitos dos quais vai dividir graves responsabilidades ainda naquela guerra.

A 9 de novembro de 1865 está novamente no Rio, para exercer o cargo de comandante-geral da artilharia, cargo que no dizer do próprio conde, “a ser exercido no Rio de Janeiro, seria sem eficácia, enquanto durasse a guerra”.

Não era isto o que o conde desejava. O que desejava era conquistar, no campo de batalha, o respeito e o amor de sua nova pátria. E assim se passaram os anos de 66, 67 e 68, durante os quais não se cansa o conde de demonstrar o seu desejo: voltar à guerra, em qualquer situação. E assim escrevia ao imperador: “A posição que prefiro, mas não exijo, é a de comandante de Artilharia do exército em operações, sob as ordens do marquês de Caxias (ou outro general-em-chefe).

Se eu não puder nessas condições ou em outras reunir-me àquele Exército, não tenciono conservar o comando-geral da Arma de Artilharia, cargo que, exercido aqui, *me parece sem eficácia, enquanto durar o estado de guerra*”.

3. O comandante-em-chefe

A 22 de março de 1869, Sua Alteza Real o sr. marechal-de-Exército conde d’Eu é nomeado comandante-em-chefe de todas as forças brasileiras em operações contra o governo do Paraguai.

A 16 de abril, em Luque, assume o comando, recebendo-o das mãos, já cansadas de muitos serviços de guerra, mas cansadas do marechal-de-campo Guilherme Xavier de Souza.

O que se passava na guerra então?

As forças aliadas, após quatro anos de terríveis lutas, haviam ocupado Assunção. Caxias, já em idade avançada, após as brilhantes vitórias de “dezembro de 1868”, se via obrigado, por motivos de saúde, a abandonar o campo de luta e recolher-se ao Rio de Janeiro.

O estado disciplinador da tropa brasileira começava a deixar a desejar. Pairava no ar, na Corte e até mesmo em Assunção, um desejo de paz a qualquer preço.

É Taunay, em suas *Memórias*, que nos conta que, ao chegar a Assunção o visconde de Rio Branco para reabrir a legação brasileira, é homenageado com um grande banquete, tendo pronunciado, na hora dos brindes, magnífico discurso, no qual expõe e justifica a diretriz política imperial, de levar a guerra adiante até a prisão ou ao desaparecimento de Solano Lopes. “Acabado o estrondo das palmas que acolheram a peroração do ministro Paranhos, levantou-se o major Anfrísio Fialho e, embora em frase difícil e gaguejada, pôs-se a bater e contrariar as razões aduzidas e a pregar, abertamente, as vantagens de pronta paz, que pusesse termo à enorme lassidão dos oficiais e praças e às colossais despesas da nação.”

Em termos de efetivos, somavam os aliados 25 mil homens, dos quais 18 mil compondo os dois corpos de Exército, estacionados na região Luque-Juqueri. Neste grande total, incluíam-se 4 mil argentinos, seiscentos uruguaios e, já, quinhentos paraguaios.

E do lado paraguaio? Solano Lopes, tendo estendido a convocação militar a velhos e crianças, mantinha ainda em armas um efetivo que, sem atingir 15 mil combatentes, ultrapassava os dez mil.

Internara-se na Cordilheira de Altos, onde instalara em Peribebeuí uma nova capital. Tudo indicava que continuaria conduzindo a luta até as últimas conseqüências, tentando até, se necessário fosse, internar-se na Bolívia e até mesmo em Mato Grosso, na esperança de alcançar uma decisão política.

Se o moral da tropa paraguaia já não era mais excepcional ainda era muito bom, e na cordilheira com Lopes, ainda restavam alguns chefes militares de valor, como o general Caballero.

Fora da cordilheira mantinham os paraguaios destacamentos de valor variável, com a finalidade principal de carrear recursos para a cordilheira, gado principalmente. Dentre estes destacavam-se o do coronel Romero, que atuava no distrito de Vila Rica, e o do major Galdeano, que operava ao norte do Jejuí.

Esta era a moldura, dentro da qual o príncipe consorte vai aparecer diante da nação brasileira como o comandante-em-chefe das suas forças.

Ia ter início aquela fase da guerra que passou à história como a Campanha da Cordilheira.

E o que foi a Campanha da Cordilheira?

Capítulo mais ou menos olvidado da épica Guerra do Paraguai tem sido a Campanha da Cordilheira. Um ano foi a sua duração. Incontáveis, os mortos. Ilustres os chefes. Mas sobretudo e, particularmente, sobre alguns, durante muito tempo, se lançou pesado silêncio.

Uma outra característica terminou por marear o comando do conde d'Eu. É que o aproveitamento ao máximo do terreno pelo inimigo, um terreno de características peculiares e mais do que isto, desconhecido, terminou por impedir o emprego de grandes forças e, conseqüentemente, terminou por converter a campanha numa guerra de pequenas frações.

E quanto mais Lopes se interiorizava, mais o problema se apresentava para o comando aliado. A partir de um certo instante deixou de ser aquela guerra das grandes decisões táticas, – para se converter na caçada a uma fera enjaulada. escondida num terreno desconhecido e de difícil acesso. Adquiriu assim, a campanha, em seus últimos meses, nítidas características de guerra irregular. Vencê-la, demandaria, a par da paciência do caçador, a acuidade do político, a capacidade de improvisação do bom administrador e a perspicácia do jogador de xadrez, capaz de deslocar pequenas colunas, com capacidade de adaptação ao terreno.

3.1. O assalto à cordilheira

O comando do príncipe, de um ano de duração, apresentou três fases bem distintas. A primeira, que se caracterizaria pelo assalto à cordilheira, pode ser contada desde Assunção do comando em Luque até o momento (18 de agosto) em que o 2º Corpo de Exército, ao comando do general Vitorino Carneiro Monteiro, marchando em três direções sobre Caraguataí, destrói na picada de Caaguajuru a retaguarda do ditador em fuga.

Esta primeira fase foi, nitidamente, marcada por manobras e decisões táticas, que muito bem recomendavam o jovem comandante-em-chefe de vinte e sete anos de idade. Recorde-se, de passagem, que a primeira vitória do príncipe foi o retorno ao teatro de operações de Manuel Luís Osório – o Mané Luís dos pracinhas – e de Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão, que voltaram a comandar, respectivamente, os 1º e 2º Corpos de Exército.

A preocupação inicial do conde foi confiar Solano Lopes à cordilheira, de forma a impedir-lhe qualquer ligação com o restante do país, de onde poderia receber reforços em pessoal e material e até, quem sabe, apoio político.

Ativam-se os reconhecimentos: à esquadra, determina-se um novo reconhecimento ao Manduvirá, com o objetivo de destruir os últimos navios de que Lopes ainda pudesse dispor. E uma esquadilha ao comando do capitão-de-fragata Jerônimo Francisco Gonçalves chega à vista da Vila de Caraguataí.

Reitera-se ao general Portinho a determinação de transpor o Paraná e, por Encarnación, atingir Vila Rica.

Na direção de Sudeste são mandadas forças de exploração, das quais a mais importante ao comando do major uruguaio Coronado, marcha sobre Ibicuí, para destruir a fundição de ferro lá existente.

Ao 2º Corpo é determinado que por via fluvial o brigadeiro Correia da Câmara atinja Vila de São Pedro, para de lá atuar contra a força de Galdeano ao norte do Jejuí, e ao governador de Mato Grosso que desloque para o sul as forças lá estacionadas, deixando apenas guarnecido Fecho dos Morros.

A 18 de maio reorganizam-se os corpos de exército e são determinadas novas zonas de reunião. A 25 de maio, o 1º Corpo e o comandante-em-chefe estão em Piraiú e o 2º Corpo em Taquaral. A 26 de maio, o 1º Corpo cobre-se com uma vanguarda ao comando do brigadeiro Vasco Alves Pereira. Para melhor completar o isolamento da cordilheira, ainda em maio, o general João Manuel Mena Barreto é lançado na direção Ibitimi-Vila Rica.

A 7 de julho, após estudar uma proposta que lhe fora encaminhada pelo general Mitre e sobre a qual Osório já se pronunciara, reúne o conde d'Eu em Piraiú um conselho de guerra para fixar o plano de campanha. Desta histórica reunião, cuja ata foi publicada, vamos procurar apresentar, dentro da linguagem militar de hoje, duas das decisões tomadas. A primeira, que seria a “decisão” propriamente dita, seria assim traduzida:

Atuar na direção Paraguari, Picada de Sapucaí, Valenzuela, para conquistar Peribebuí e Ascurra, de modo a cortar a retirada do inimigo para o norte. Fixar o inimigo nas posições que ocupa nos diversos acessos da cordilheira, mantendo assim a ferrovia Assunção-Paraguai.

Da reunião do conselho extraímos ainda o que hoje chamaríamos “missões aos subordinados”.

O 1º Corpo de Exército deslocar-se-á em 1º escalão e o 2º Corpo em 2º escalão. Ao destacamento Mitre, incluindo o brasileiro José Auto, caberá fixar o inimigo, mantendo a ferrovia em funcionamento, ficando também em condições de cooperar com a ação principal. O destacamento João Manuel Mena Barreto realizará uma cobertura de flanco, na direção Piraiú-Ibitimi, para impedir que o destacamento Romero, se junte ao grosso paraguaio.

Instruções também foram dadas ao comando-geral da Artilharia, Emílio Luís Mallet, e ao chefe da comissão de engenheiros, coronel Rufino Enéas Galvão.

A 28 de julho, João Manuel iniciou sua ação de cobertura. A 1º de agosto, o 1º Corpo iniciou seu deslocamento, seguido vinte e quatro horas depois pelo 2º Corpo. A 5 de agosto era atingida a picada de Sapucaí e reduzida as resistências lá encontradas. A 7 iniciava-se a subida de Valenzuela e em fim de jornada a localidade, deserta, era ocupada.

No início de 8, reiniciou-se o movimento sobre Peribebuí. A 9, a 1ª D. C. foi lançada como cobertura sobre Barrero Grande. A 10, os aliados defrontam-se com a posição de

Peribebuí: uma trincheira artilhada com dezoito canhões e guarnecida por 1800 homens ao comando do tenente-coronel Pablo Caballero.

Às 6h30m de 12 de agosto, desencadeou-se o bombardeio aliado, que duraria duas horas. Às 8h30m, os cornetas tocaram avançar e três colunas progrediram sobre o objetivo, com engenheiros e infantes em perfeita coordenação. Em 15 minutos de progressão, os primeiros combatentes aliados entravam na trincheira paraguaia.

As perdas paraguaias foram totais: 700 mortos e 1100 prisioneiros; toda a artilharia capturada bem como doze bandeiras.

As baixas aliadas somaram apenas 498 homens, mas dentro delas estava o bravo João Manuel Mena Barreto, cuja memória a pátria imortalizou, ao denominar de João Manuel o atual 2º R. C. de parada na cidade de São Borja, cidade na qual, a 10 de julho de 1865, o então tenente-coronel Mena Barreto enfrentou pela primeira vez os paraguaios da coluna de Estigarribia.

É oportuna agora uma rápida análise da manobra de Peribebuí: foi uma bem delineada manobra de flanco, procurando-se por um desbordamento destruir na cordilheira o que ainda restava do Exército paraguaio.

Combinaram-se, inicialmente, a atitude de dois grupamentos: um fixando o inimigo e o outro buscando-lhe o flanco. Posteriormente passou-se a uma combinação de atuações, com o destacamento Mitre galgando a cordilheira.

Explorou-se, habilmente, o terreno, de vez que as vias de acesso mais curtas foram abandonadas, para utilizar-se a mais comprida, mas que apresentava melhores condições para a progressão e, ainda, por uma falha do sistema defensivo, estava desguarnecida.

Conquistada Peribebuí, ao meio-dia de 13 de agosto, prossegue o príncipe com os dois corpos para a região Caacupé-Ascurra.

No dia 15, soube o comandante-em-chefe que Lopes desde o dia anterior abandonara Ascurra.

Determina então o príncipe que o 2º Corpo retroaja sobre Peribebuí e atinja Barrero Grande, buscando interceptar Solano Lopes antes que ele atingisse Caraguataí.

Prossegue o príncipe com o 1º Corpo sobre Caacupé, que alcança ainda nesta jornada de quinze, estabelecendo ligação através da subida de Ascurra, com os elementos que guarneciam a ferrovia, abrindo uma nova estrada de suprimento.

Às 6 horas do dia 16 de agosto, o 1º Corpo inicia seu movimento sobre Caraguataí. Está no comando do corpo outro Mena Barreto: João Luís, pois Osório, com seu ferimento agravado, se retirara para Assunção.

Recapitulemos bem a situação, para entendermos melhor a Batalha de Campo Grande, que vamos passar a estudar:

Os dois corpos de Exército convergiam sobre Caraguataí. O 2º Corpo, desde 15, iniciara seu movimento na direção de Peribebuí, Barrero Grande e Caraguataí. O 1º Corpo, 24 horas depois, se deslocara na direção Caacupé-Caraguataí.

As duas direções de movimento vão convergir na chamada Picada de Caaguijuru, passagem obrigatória para se alcançar pelo sul a localidade de Caraguataí.

Assim verifica-se a idéia do conde de interceptar e destruir o Exército de Lopes antes de Caraguataí.

Às 7 horas da manhã do dia 16 de agosto, antes da picada de Caaguijuru, num local denominado Pindoti, a vanguarda do 2º Corpo se choca contra uma retaguarda paraguaia. Às 8 horas sente o brigadeiro Câmara que no seu flanco esquerdo também se combate. É

que a vanguarda do 1º corpo também acabava de estabelecer contato. A vanguarda do 1º Corpo, ao comando do brigadeiro Vasco Alves, ao desembocar num campo limpo Ñu-Guazu – Campo Grande, se chocara também contra a retaguarda paraguaia, comandada pelo general Caballero, que se via assim entre dois fogos e que em face ao 1º Corpo procura se organizar defensivamente, no corte do arroio Iuquiri, afluente do Peribebuí.

O príncipe, ao ouvir o ruído do combate, se colocara à testa da vanguarda do 1º Corpo, que em marche-marche cerrava sobre o inimigo. Neste dia e neste combate conquistou definitivamente Gastão de Orleans o galhardão de soldado valente, do que dá testemunho a tela de Pedro Américo, “A Batalha de Campo Grande”.

Às 15h30m, a brigada de cavalaria Hipólito Ribeiro do 1º Corpo e o destacamento Chananeço do 2º Corpo estabelecem o contato na ponte sobre o Peribebuí. Às 16h, o comandante-em-chefe já está à testa do 2º Corpo.

Assim se conta de maneira muito resumida o que foi a Batalha de Campo Grande, Ñu-Guazu ou Acosta-Ñu como os paraguaios gostam de chamá-la. Em honra à juventude ali ingloriamente sacrificada, denominam o seu Colégio Militar de Liceu Acosta-Ñu e ergueram, na cidade de Eusébio Aiala, nas proximidades de Barrero Grande, um monumento aos meninos mártires de Acosta-Ñu.

Caballero, para não ser aprisionado, fugiu, como lhe recomendara Lopes, pelo mato e a pé. Perdeu 2.000 homens, deixou 1.300 prisioneiros e em nossas linhas se apresentaram 1.000 extraviados. Com os prisioneiros estavam 23 canhões e 6 bandeiras. Nós lamentamos 62 mortos e 389 feridos.

Lopes, mais uma vez, fugira, internando-se ainda mais para o norte, levando 6.000 combatentes.

A 17 de agosto o destacamento Mitre, que investira a cordilheira frontalmente, junta-se ao 1º Corpo.

A 18, o comandante-em-chefe prossegue sobre Caraguataí, agora em três direções, tendo a cavaleiro delas os corpos de exército e o destacamento Mitre. Ao 2º Corpo vai caber a ação principal, na boca da picada de Caaguajuru. Defende-a o tenente-coronel Vernal com 2.000 homens. Sua resistência custa-lhe a própria vida e de mais duzentos e cinqüenta e nove camaradas; perde ainda 530 homens como prisioneiros, 12 canhões e uma bandeira.

Em desespero os paraguaios incendeiam os últimos navios que se refugiavam no Manduvirá-Ihu.

No fim da jornada de 18 de agosto o 2º Corpo e o destacamento argentino estacionavam em Caraguataí e o 1º Corpo em Alfonso, ainda aquém de Caraguataí. Ao destacamento será determinado ainda tentar uma perseguição, que termina porém no dia 21, às margens do Hondo.

Findava assim a primeira fase do comando do príncipe e ninguém melhor do que o próprio para apreciá-la:

“Nossos esforços não conseguiram tudo quanto de nós esperava a nação, e ainda desta vez o astuto ditador burlou nossa atividade e alcançou nova guarida.”

“Mas todos que marcharam e pelejaram sobre a bandeira brasileira em agosto de 1869 cumpriram seu dever como era de esperar; todos sem olhar sacrifícios, fadigas e privações me ajudaram com incedível dedicação na tarefa que nos estava imposta.

Não posso deixar de recomendá-los por tão importantes serviços à consideração do governo imperial e à gratidão nacional.

Se erro houve, o erro foi só meu. Diz-me, porém, a consciência que fiz quanto pude e

que a Providência visivelmente me protegeu, permitindo-nos alcançar os resultados que tivemos.

Ela permitiu que, junto à trincheira de Sapucaí, a abertura de uma picada nos poupasse o sangue que naturalmente nos deveria custar uma estreita senda enfiada por artilharia. Permitiu que nos apoderássemos da larga e íngreme picada de Valenzuela, antes que o exército inimigo chegasse a nela tomar posição, e ainda que a valentia de nossa infantaria vencesse a trincheira da Praça de Peribeubú antes que aparecesse o reforço esperado de Ascurra.

Marchando daí para Caacupé, já não achamos lá, é verdade, o inimigo que procurávamos. Foi isso uma desgraça?

Hesito em afirmá-lo.

Caacupé, posição situada no centro de matos e à qual só davam acessos picadas sumamente estreitas, era essencialmente defensável. Enquanto lutássemos, vertendo sangue para nela penetrar, o ditador nem por isso teria pessoalmente esperado, sacrificando como de costume à segurança própria a maior parte do seu Exército e, aproveitando um país de nós mal conhecido, do mesmo modo ter-se-ia posto fora do nosso alcance.

Ainda mais uma vez, porém, a dedicação e energia com que os ex.^{mos} srs. comandantes dos Corpos de Exército executaram o que determinei fizeram com que o grosso daquele exército tivesse sido alcançado por nossas forças em Campo Grande e em Caaguajuru e aí inevitavelmente esmagado, perdendo o ditador a maior parte de seus elementos de guerra.

A perseguição levada até o rio Hondo completou, tanto quanto possível, estes resultados.

As operações do mês de agosto fizeram perder ao Exército do ditador não menos de 8.000 homens, como se vê na nota anexa sobre a letra L. No mesmo período as armas aliadas conquistaram 61 bocas de fogo já em serviço e mais 22 que se achavam em estado mais ou menos adiantado de construção, no arsenal de Caacupé.”...

“Tivemos a imensa alegria de fazer por fim brilhar o sol da liberdade para mais de 260 brasileiros que jaziam em poder do nosso cruel inimigo, quase todos desde o primeiro ano de guerra.”

3.2. A manobra de São Joaquim

Com o mês de agosto foram-se também as esperanças do conde d’Eu, de capturar ou de fazer desaparecer do cenário político o ditador Solano Lopes e assim pôr termo a tão sangrenta luta.

Vai ter início agora a fase da campanha que chamaremos de Manobra de São Joaquim e cujo início vamos contar, como a data da ordem (3 de setembro de 1869) dada pelo comandante-em-chefe do 2º Corpo, marechal Vitorino José Carneiro Monteiro, e cujo término vamos considerar, um mês e meio depois, quando a 13 de outubro o 1º Corpo de Exército, tendo à testa o próprio comandante-em-chefe, ocupa a localidade de Santo Estanislau.

Destas ordens transmitidas em 3 de setembro ao comandante do 2º Corpo, depreende-se a idéia de manobra do conde para esta fase da guerra. Vejamos, inicialmente, a tarefa das peças de manobra consideradas:

Destacamento Correia da Câmara, utilizando o rio Paraguai como via de acesso, atingir a localidade de Concepción, de modo a eliminar os elementos lá existentes e ainda fiéis ao ditador, bem como capturar gado e encaminhar ao Exército aliado.

O 1º Corpo de exército – utilizando o rio Paraguai como via de acesso, atingir a

localidade de Rosário, posterior e simultaneamente com o 2º Corpo, atuar na direção Rosário-Santo Estanislau.

O 2º Corpo de Exército – simultaneamente com o 1º Corpo, atuar na direção Caraguataí-São Joaquim, devendo antes assegurar a abertura de uma via de suprimento, passando por Vila Rica-Encarnación.

Façamos algumas considerações sobre a manobra projetada: os dois corpos de exército executariam uma manobra, que hoje consideramos clássica no combate à guerra irregular: a manobra do “malho e da bigorna”, cabendo evidentemente ao 1º Corpo o papel de malho e, ao 2º Corpo, o de bigorna.

Outro aspecto a estudar na manobra de São Joaquim é a missão prevista para o destacamento Câmara. Não seria a primeira vez que iríamos atuar usando o rio Paraguai como via de acesso. Já havíamos anteriormente atingido Rosário e Vila de São Pedro.

Agora, porém, não seria uma simples incursão. Seria uma força de 2.000 homens, uma brigada de infantaria e duas de cavalaria. A missão não seria apenas arrebanhar gado. Seria bem mais complexa, pois tinha como finalidade básica evitar que o inimigo batido nos distritos de Caraguataí e Ibitimi procurasse abrigo no distrito de Concepción, ou até, quem sabe, procurasse refúgio num país fronteiriço. Tinha assim a missão atribuída pelo comandante-em-chefe ao brigadeiro Câmara as características nítidas de um “envolvimento”, já que:

- buscava conquistar uma zona vital, situada profundamente à retaguarda do inimigo, com a finalidade de evitar-lhe a retirada e impedir que recebesse apoio;

- a força que executava a missão ia ficar além da distância de apoio admitida, em relação a qualquer outra força terrestre atacante.

Em 19 de setembro, estabelece o príncipe Gastão mais um comando subordinado: o comando das forças do sul do Manduvirá.

O que vinha a ser tal comando?

Recebia o general Polidoro o comando de todas as forças estacionadas ao sul do Manduvirá ou que lá viessem a estacionar e com autoridade para: demitir de emprego qualquer oficial que estivesse debaixo de sua esfera de comando; autorizar oficiais e praças a se recolherem ao Brasil; assegurar o abastecimento em víveres e forragens das tropas que estivessem operando ao norte do Paraguai; remover forças; soltar presos; recolher material ao Brasil.

Assim, em 1869, estabelecia o conde d'Eu um comando com as características básicas do que denominamos hoje zona de administração.

A zona de administração, como hoje a aceitamos, é a parte do teatro de operações, compreendida entre o limite posterior da Z. C. e o limite posterior do próprio T. O.

Nela funcionam os órgãos de suprimento, evacuação, transporte, serviços e outros de natureza administrativa indispensáveis ao apoio da zona de combate. O comando da Z.A. existe para aliviar das tarefas administrativas os comandos existentes na zona de combate.

É inegável que o comando das forças ao sul do Manduvirá trazia em cerne as finalidades que hoje caracterizam o comando de zona administrativa.

Vejamos como se passaram os acontecimentos: o 2º Corpo deveria ocupar São Joaquim, simultaneamente, com a ocupação pelo 1º Corpo de Santo Estanislau, a qual estava prevista para 27 ou 28 de setembro, de modo a capturar ou destruir o inimigo que vinha sendo tocado pelo 1º Corpo.

A 20 de setembro, com o 1º Corpo de Exército, o conde d'Eu está em Rosário. E então, lamentavelmente, as dificuldades logísticas se avolumavam. Impunha-se a formação de um depósito, onde se mantivesse um razoável nível de suprimento indispensável ao apoio à operação. Mas além das dificuldades da obtenção dos suprimentos, os problemas de transporte se tornavam cruciais. E assim, em vez do 1º Corpo atingir Santo Estanislau a 28 de setembro, só a 8 de outubro ele inicia o movimento previsto. Em seis dias, o 1º Corpo percorre treze léguas e meia, numa média diária de 15 quilômetros. A temperatura, no dizer de Taunay, o historiador da campanha da cordilheira, era uma “temperatura de fogo”.

A tropa, assim, diariamente, iniciava o movimento após às cinco da manhã e, antes das onze, já não era mais possível prosseguir o movimento, sempre penoso, pois era realizado por trilhas e picadas.

Santo Estanislau, a 8 de outubro, já fora abandonada pelos paraguaios. Lopes, aproveitando-se da demora do deslocamento, fugira para Curugauti, onde se instalou uma nova capital, a terceira, por sinal.

Falhou assim, por razões de apoio logístico, a manobra montada pelo comandante-em-chefe.

Segue-se para o exército em operações um grave período durante o qual a fome se tornou companheira incômoda do soldado. Para resolver a crise o conde se desdobrava.

“Vi-o, conta-nos Taunay, por vezes, dar bolachas e pão aos soldados que montavam a guarda nos quatro cantos de sua grande barraca da campanha.”

O sofrimento da fome por pouco não conduziu a tropa à loucura coletiva. Para que não se pense que é exagero, vou contar um outro episódio, recolhido mais uma vez das *Memórias* de Taunay:

“Perto do nosso abarracamento ocorreu outra cena de latrocínio, mas esta terminada em sanguinolenta tragédia. Um dos ajudantes-de-campo do general Osório, tenente da Guarda Nacional do Rio Grande, Tito de tal, moço de máscula beleza, com ondeante e bastas barbas negras, possuía soberbo cavalo de que cuidava com estremecimento de verdadeiro amigo.

Assustado com a matança que os soldados argentinos faziam alta noite nos animais, para lhes cortarem a cabeça, que comiam com avidez, quase que não dormia mais, passando largas horas em assídua vigília.

Certa madrugada, rompendo já o dia, supôs poder com segurança ir tomar algum repouso. Mal porém dormira uns quartos de hora foi despertado por grande alarido junto à barraca. Cercado de gente jazia prostrado no chão o tão zelado cavalo, e sem cabeça.

Ficou o pobre Tito como doido, e não descansou enquanto o general Osório não foi ao acampamento argentino exigir castigo de exemplar severidade para os criminosos. Averiguada rapidamente as coisas, o chefe argentino mandou formar um dos seus batalhões e declarou que o ia quintar, caso não fossem denunciados os culpados. O primeiro número cinco sobre quem caiu a sorte, vendo iminente a morte, deu-se pressa em apontá-los. Eram dois pobres coitados, incontinentemente fuzilados sem mais processo.

Parecia em regra vingado o tenente Tito, mas não parou aí o tremendo holocausto a tão chorado quadrúpede. Nessa mesma noite suicidou-se o inconsolável dono, fazendo saltar os miolos com um tiro de revólver.”

Em ofício ao ministro da Guerra, relatando-lhe os sucessos, o príncipe assim se expressa:

“A presente crise é mais uma prova da necessidade da organização de um comissariado,

que permita à administração militar prover por si mesma o fornecimento das forças em operações, para que os movimentos do Exército não estejam dependentes de uma poderosa casa comercial, cujos interesses, por maior lealdade que se suponha em seus representantes, nunca podem ser identificados com os interesses da nação brasileira."

3.3. O fim de Lopes

O 3º período de comando do conde assume nítidos aspectos de combate a elementos irregulares. Solano Lopes não tinha mais condições de oferecer resistência organizada, mas não demonstrava desejo de entregar-se e sim de procurar ocultar-se num país vizinho ou numa região difícil no seu próprio país, da qual pudesse continuar a dificultar a concretização da paz, que colocaria fim aos descabidos sofrimentos aos quais vinha sujeitando seu bravo povo.

Este período poderemos admitir como tendo início a 25 de novembro de 1869, com a reorganização do exército em operações. Buscava-se dar ao Exército condições de enfrentar a guerra que agora ia se travar. Guerra que duraria três meses e que terminaria em Cerro-Corá, com a morte do ditador.

Vale a pena relemos as ordens do comandante-em-chefe para verificarmos mais uma vez as razões judiciosas que provocaram a reorganização.

"Atendendo a disseminação das forças que resulta da atual fase de operações fica extinta a denominação de *corpos de exércitos*. Atendendo a que a natureza das operações não permite reunir mais cavalaria senão em massas pequenas em cada ponto, ficam extintas as divisões de cavalaria."

Daí por diante a missão de perseguição ao ditador Solano Lopes está entregue ao destacamento Câmara e vai terminar com a morte de Solano Lopes em Cerro-Corá, às margens do Aquidabanigui.

Terminava assim a Guerra do Paraguai e com ela o comando do conde d'Eu.

Teria o príncipe obtido o que tanto desejava, ou seja a estima e o reconhecimento dos seus patrícios de adoção?

Não temos dúvida de que ele o mereceu e alcançou, como demonstrou a participação popular e a presença do governo na trasladação dos seus restos mortais para esta cidade, à qual foi tão ligado.

É oportuno, porém, recordarmos o julgamento de um dos nossos mais autênticos e equilibrados historiadores: Paula Cidade.

"Hoje, passados tantos anos, cessadas as lutas ingratas que se travaram contra a família imperial, vê-se que o jovem conde d'Eu conseguiu vencer em tão dura prova, dadas as suas invejáveis qualidades de caráter e o seu inegável bom senso". E mais adiante:

"Homem valente (e essa seria a qualidade mais apreciada ali), hábil no conservar as amizades daqueles que o cercavam, trabalhador infatigável (no que a pouca idade o ajudava), ganhou a partida por uma simples questão de bom senso e, mais tarde, ao deixar os campos de batalha, teria adquirido a experiência que antes lhe faltava e conquistado a admiração das massas populares."

Este julgamento é mais uma inquestionável demonstração de que o príncipe obteve o que tanto desejava.

4. O comandante-geral da Artilharia e presidente da Comissão de Melhoramentos do Material de Guerra

Foi o príncipe, durante duas dezenas de anos, anos de paz, presidente da comissão de melhoramentos concomitantemente com o comando-geral da Artilharia. O trabalho, que então desenvolveu, está à espera de paciente pesquisador para receber o indispensável estudo.

Ao aceitar o honroso convite deste centro de estudos, procurei enveredar pela análise do comando do príncipe em tempo de guerra, já que este, indiscutivelmente, traduzia mais legitimamente o soldado a ser analisado. Entretanto, durante as pesquisas, localizei interessante documento, que me permito aqui referir. Trata-se do aviso de 16 de maio de 1872, no qual o governo determina que cada um dos generais a quem coube a missão de comandar o Exército imperial na Campanha do Paraguai, informasse com seu parecer sobre os seguintes quesitos que lhe eram apresentados:

1º. Que inconveniente se notaram no pessoal e organização dos corpos das Armas e nos especiais de engenheiro e estado-maior de 1ª e 2ª classes?

2º. Quais os defeitos notados nos armamentos e equipamentos das praças de pré?

3º. Convém criar e por que modo um comissariado para os fornecimentos das forças em operações?

4º. As instruções que regulam as manobras e evoluções militares das três armas devem ser alteradas?

5º. Que aperfeiçoamento convém introduzir no nosso material de guerra, compreendendo os meios de condução?

6º. Que reformas reclamam o serviço médico e o eclesiástico, com relação às necessidades de um Exército de campanha?

As respostas do príncipe estão arquivadas no arquivo do Exército e exigirão uma conferência do tamanho desta e possivelmente muito mais bem feita, para que delas pudéssemos extrair, de corpo inteiro, a figura do administrador militar, que foi o príncipe.

Não posso contudo deixar de apresentar um conceito que ali encontrei e que nos proporciona uma visão da pessoa do conde d'Eu, como soldado, conceito ainda hoje válido, que merece ser repetido e, mais do que repetido, praticado:

“Instituição (referia-se o conde a organizações militares) que não funciona senão em tempo de paz, não são instituições militares, mas superfluidades que cumpre suprimir.”

Em 17 de novembro de 1889, solicitava Luís Filipe Maria Gastão de Orleans exoneração de comandante-geral de Artilharia, em ofício que transcrevo abaixo:

“Rogo a V. Ex.^a (dirigia-se a Benjamin Constant, então ministro da Guerra) me conceda exoneração do cargo de comandante-geral de Artilharia, que exerço desde o dia 19 de novembro de 1865, e licença para retirar-me do país. Diz-me a consciência que sempre servi à nação brasileira na medida das minhas forças e inteligência e procurei guardar justiça com os meus comandados. Dela me despeço saudosamente, assim como de todos os meus camaradas do Exército brasileiro.

Se não fossem as circunstâncias que bem contra a minha vontade me obrigam a sair do país e que não são desconhecidas de V. Ex.^a, estaria pronto a continuar a servir debaixo de qualquer forma de governo à nação brasileira, nação que por tantos anos me acolheu no seu seio, cumulando-me de honras e enchendo-me de imorredouras saudades e cuja prosperidade e glória serão sempre meus mais ardentes anelos.”

5. Conclusões

Aqui chegamos para estudar com os senhores o tema: “O conde d'Eu e o Exército brasileiro” e, após esta caminhada, na qual procuramos focalizar a formação profissional do

jovem príncipe, as ações do comandante-em-chefe da Campanha da Cordilheira e demos uma breve notícia da ação do comandante-geral da Artilharia brasileira, só nos resta encerrar esta conferência com as palavras do marquês de Herval:

“Brindo o senhor conde d’Eu, meu companheiro de armas, pelo seu valor, pela sua coragem e pela justiça com que administrou o Exército.

Brindo-o, porque no Paraguai deu sempre provas de amar o Brasil e se dedicar d’alma ao seu serviço, como os brasileiros que lá serviram.”

Meus senhores, o carinho com que o governo e o povo brasileiros cercaram recentemente os restos mortais de Isabel e Gastão foram uma inequívoca demonstração que o Estado brasileiro ouviu as palavras do marquês de Herval.

O exílio e a morte

Lourenço Luís Lacombe

A mensagem do governo provisório ao envelhecido e alquebrado imperador, pedindo-lhe que abandonasse o país em 24 horas – foi cumprida como uma ordem:

“Cedendo ao império das circunstâncias, [respondeu ele] resolvo partir com toda a minha família para a Europa amanhã” – e acrescentava, numa expressão sobranceira, tão própria, aliás, do seu patriotismo: “[...] deixando esta pátria de nós estremecida, à qual me esforcei por dar constantes testemunhos de entranhado amor e dedicação, durante quase meio século em que desempenhei o cargo de chefe de Estado.”

Não há, nesse documento, da maior transcendência para a história e para a biografia de d. Pedro II, a menor expressão que possa, de leve sequer, sugerir a mágoa que, certamente, lhe ia à alma. E considerando a República como um fato consumado – ele que a encarara, em várias oportunidades, com grande bonomia – não emprega, uma vez sequer, qualquer expressão que pudesse sugerir (que fosse) os seus direitos ou sua dinastia!

Retira-se “cedendo ao *império das circunstâncias*”, não se referindo mais (nem aí) à função majestática que acabava de exercer mas ao cargo de *chefe de Estado*; e encerrando a resposta, escreve ainda d. Pedro II: “Ausentando-me, pois eu, com todas as pessoas de minha família, conservarei do Brasil a mais saudosa lembrança, fazendo ardentes votos por sua grandeza e prosperidade.” O velho monarca, superior aos regimes e rotinas de governo, data o documento de Rio de Janeiro (e não mais de Corte) e assina-se: *D. Pedro de Alcântara*, seu nome de batismo.

A princesa, igualmente, escreveu, como que respondendo – ela também, à intimação; mas dando à sua resposta o tom emocional tão próprio, de resto, de sua personalidade:

“É com o coração partido de dor que me afasto de meus amigos, de todos os brasileiros e do país que tanto amei e amo, para cuja felicidade esforcei-me por contribuir e pela qual continuarei a fazer os mais ardentes votos. – Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1889 – *Isabel condessa d’Eu*”⁰⁰¹. Aliás, procurou sempre a princesa – segundo suas próprias declarações – “não fazemos um papel que mais tarde tornasse menos fácil nossa posição”⁰⁰². E explicava, já a bordo, a caminho do exílio, que “Uma vez que a *força armada toda* [sic] estava do lado dos insurgentes, [...] ninguém podia fazer senão o que fizemos.”

Mas, mesmo assim, prosseguiu ela: “A idéia de deixar os amigos, o país e tanta coisa que amo, e que me lembra mil felicidades de que gozei, fez-me romper em soluços! Nem por um momento, porém, desejei uma menor felicidade para a minha pátria, mas o golpe foi duro!”⁰⁰³

Do Paço da Cidade, são os príncipes encaminhados ao cruzador Parnaíba, que os levaria à ilha Grande, onde os aguardava o vapor *Alagoas*.

Ainda a bordo do *Parnaíba* recebe d. Pedro II “um grande papel”, informa o conde d’Eu ⁰⁰⁴. – “Era um decreto [prosegue] assinado por todos os membros do governo provisório concedendo à família imperial, a título de decência de sua subsistência e despesas iniciais de instalação no estrangeiro, uma quantia de 5.000 contos [...] sem prejuízo, dizia seu artigo 2º, da garantia prometida pelo governo provisório em favor dos direitos resultantes dos tratados e outros atos em vigor.” Ao tocar o navio em S. Vicente apressou-se a princesa em redigir um telegrama ao visconde de Nogueira da Gama, assinado pelo imperador, declarando: “Não receberei, bem como minha família, senão as dotações e mais vantagens, a que temos direito pelas leis, tratados e compromissos existentes.” Em diante da opinião – que se devia receber aquela quantia – opôs-se energicamente d. Isabel, apoiada, no caso, pelos barões de Loreto e de Muritiba – conhecedores da opinião do imperador contrária ao recebimento ⁰⁰⁵.

Da concessão daquela soma não tinham tido conhecimento nem o imperador nem a princesa que, ainda no Paço da Cidade, ao ter notícia da assinatura do decreto, asperamente respondeu: “Nós não fazemos questão de dinheiro. O que me custa é deixar a pátria; onde fui criada e tenho minhas afeições. É isto o que mais lamento perder; não o trono, nem ambições, que não as tenho” ⁰⁰⁶. Ainda a bordo do *Parnaíba*, anota a princesa um diálogo mantido “com um oficialzinho da fazenda”, quando ainda estavam parados na baía:

Dizia-lhe o funcionário: “V. Alteza compreende que esta transformação era necessária”, ao que responde d. Isabel: “Pensava que se daria, mas por outro modo: a nação iria elegendo, cada vez, maior número de deputados republicanos e estes, tendo a maioria, nos retiráramos.” Retruca-lhe o outro: “Assim nunca podia ser feita [a mudança] porque o poder é o poder.”

A princesa, disposta a provar a que a maioria seria pelo imperador, explica-lhe: “Estou convencida de que se cada um votasse livremente, a maioria por meu pai seria incontestável.” E prossegue: “Agora tudo foi feito pelo Exército, Armada – e, por conseguinte, feito pela força. Pode-se mesmo dizer: tudo foi feito por alguns oficiais.”

O funcionário da alfândega, entretanto, não se deu por vencido: “Mas ver-se-á isto por meio da Constituinte, proximamente.” A princesa, porém, encerrou o assunto: “Não disse o senhor que o poder é o poder?” ⁰⁰⁷



A 23 de novembro, vendo afastar-se o *Alagoas* da costa brasileira, escreve d. Isabel: [é uma nota solta, nos cit. apontamentos da princesa] “Não se pode ser completamente feliz neste mundo! Meu verdadeiro bom tempo já passou! Conserve-me Deus, ao menos, aqueles que amo! A pátria de minhas melhores afeições afasta-se cada vez mais! Que Deus a proteja! A lembrança das horas felizes me sustenta e me abate!”



A 2 de dezembro, aniversário de d. Pedro, “combinou-se, para festejar essa data [escreveu o conde d’Eu], preparar cada um por seu lado algumas linhas para entregar ao imperador”. E ele próprio informa que “a princesa redigiu um pequeno escrito para nós dois e outro para as crianças” ⁰⁰⁸.

O “pequeno escrito” da princesa dizia: “Depois de tanta angústia, o dia de seus anos, nosso querido papai, afigura-se-nos como o raiar da aurora de dias menos tristes. Possa esta esperança, que desperta o dia 2 de dezembro, se realizar; possamos nós todos, pelo menos ainda por muitos e muitos anos, passar este dia tão caro para nós ao lado do nosso querido papai a quem tanto de coração amam seus filhos.”

À noite, apresentou o comandante Pessoa, do *Alagoas*, um jantar escolhido, fazendo abrir champanha, e bebendo todos à saúde do imperial aniversariante. Rebouças, exilado espontâneo pela gratidão, escreveu em seu diário: “Jantar festivo: A Redentora brinda a papai... O imperador diz: *Menina. Ouça o meu brinde – À prosperidade do Brasil!*”⁰⁰⁹



À atitude estóica do imperador – Rebouças escreveu que lembrava Sócrates – somava-se a sobranceira majestade da princesa: “A Redentora excede a toda a imaginação em coragem e amor ao Brasil, não me permitindo expansão alguma contra os monstros de traição e ingratidão, autores de todos esses atentados”⁰¹⁰.

A chegada dos exilados em Lisboa coincidia com as festas da sagração do novo rei d. Carlos, que se mostrou visivelmente contrafeito com a presença dos parentes brasileiros. Isso foi logo percebido pelo imperador e sua família que resolveram deixar imediatamente a capital com suas festas da aclamação. D. Pedro retirou-se para o Porto enquanto a princesa e os seus viajaram até a Espanha, hospedando-se com os tios Montpensier.

Em Madri, porém, chega-lhe um telegrama trágico: a notícia da morte da imperatriz... Precipitou-se com o marido e os filhos para o Porto. Aí os viu o jornal a *Província*: “SS. Altezas os condes d’Eu chegaram às 12 ¼ sendo esperados na gare pelas personalidades mais em evidência que se achavam no Porto. À porta do hotel eram recebidos pelos condes de Aljezur e Mota Maia, a quem SS. Altezas abraçaram banhados em lágrimas. O encontro do imperador com sua filha e genro foi uma cena deveras lancinante e comovedora... À visita à sala mortuária teve a princesa Isabel uma síncope, ao lado do esquife. O imperador está abatidíssimo apesar da sua aparente serenidade de ânimo”⁰¹¹.

Depois do golpe que o despojara do *trono e da majestade quando a dois passos só estava da morte*, morre-lhe a *doce companheira da fortuna e do exílio* durante quase cinquenta anos, qual *corda que estala em barpa mal tangida*.



Depositado o esquife em S. Vicente de Fora, no Panteon dos Braganças, apressaram a viagem já programada para Canes, onde deveriam permanecer, com os poucos recursos fornecidos pelo visconde Alves Machado, que prontamente adiantou a soma necessária, o que muito afligia o espírito metódico do conde d’Eu. “O sogro [comenta Calmon], nunca, deveras, se importara com dinheiro. Educara-se, fizera-se homem, envelhecera indiferente a essa ordem de problemas. Dizia-se que jamais tivera consigo uma moeda, pois se acompanhava de um camarista que lhe levava a bolsa. No exílio continuou insensível à sua penúria, lembrando-se dela apenas quando lhe falavam que era necessário moderar os gastos e recorrer a algum empréstimo. Então se abatia num pesar comovido”⁰¹².

Aguardava-se com ansiedade o término do inventário da imperatriz, por cujo motivo fez o governo brasileiro proceder a um leilão nos antigos paços imperiais. “Os rendimentos dos poucos bens que possuo no Brasil são muito inferiores aos juros de minha considerável dívida, e nada posso, portanto, deles distrair”, informava o conde d’Eu em carta ao antigo preceptor dos filhos, o barão de Ramiz – e prosseguia: “Para a Europa nunca mandei senão o que foi consumido pelas despesas das nossas viagens, e tive mesmo de sacrificar, em grande parte, para ocorrer às despesas inerentes à nossa posição no Brasil, a pequena herança que me coubera por sucessão de minha mãe.

“Aqui vivemos parcamente com o que meu pai pode dar-nos; e somos forçados, bem a pesar nosso, a tomar morada separada da do imperador para não continuar a aumentar as despesas que ele faz no hotel e, portanto, seus compromissos para com seus credores, único

recurso de que ele presentemente vive”⁰¹³.

Como as dificuldades para um novo empréstimo ao visconde Alves Machado aumentassem pensou-se na possibilidade de recorrer à firma Rotschild, que exigiu, porém, os bons ofícios da representação diplomática do Brasil. Mas a princesa, ao tomar conhecimento de que a transação se fazia nessa base – “repelira a idéia de recorrer para assunto dessa ordem à pessoa que representa em Paris o atual governo provisório do Brasil, porque entende que há certas normas de conduta inerentes à própria dignidade que não se infringe impunemente”⁰¹⁴. Era, mesmo na pobreza, digna filha de Pedro II...



O tempo corria e a educação dos filhos preocupava os condes d’Eu, que resolveram partir para Paris, instalando-se em Versalhes. Para lá seguiu depois o velho imperador. E ali recomeçou ele a roda viva das conferências, dos concertos, dos sábios, das academias, das exposições. Nada lhe adiantavam as recomendações de Mota Maia: que se poupasse, que tivesse cuidado consigo. – Para que, afinal?

Por fim, no rigoroso inverno de 1891, enquanto no Brasil aprofundava-se o fosso entre Deodoro e o Congresso – d. Pedro II, alquebrado e enfraquecido, teimando em permanecer em Paris naquela estação fria, é vitimado por uma pneumonia... A 5 de dezembro, poucos dias depois de completar 66 anos, num quarto simples do Hotel Bedford, onde se hospedara, finava-se o imperador.

Deu o governo francês aos funerais as honras de chefe de Estado. O esquife, envolto na bandeira auriverde criada por d. Pedro I, seguiu para Portugal, para repousar, em S. Vicente de Fora, ao lado da imperatriz.



Enquanto agonizava e morria no exílio o velho imperador, transmitindo à princesa, não apenas o peso de sua herança simbólica, mas, também, a chefia de sua casa – e os ósculos depositados na destra de d. Isabel, naquela hora, pelos brasileiros ali presentes, representavam o virtual reconhecimento da nova situação – debatia-se a jovem República brasileira na grave crise que ensombrou os derradeiros dias do governo de Deodoro e marcou tão fundamentalmente o período de Floriano.

No meio do atropelo em que lhe corriam os dias – entre os funerais do imperador e as trágicas notícias do Brasil – pareciam brilhar, de vez em quando, como focos intermitentes de esperança, a paradoxal possibilidade da restauração: era a Revolta da Armada, era Canudos, eram notícias desencontradas que chegavam, vagas e incompletas, de um próximo apelo: que voltasse! Mas agora, morto d. Pedro II, valeria a pena atender sequer, para aquele chamado? – Pois o ponto de vista do monarca, que passava a constituir, então, um dogma político, era que deveriam voltar, *se fossem chamados!* E o alvoroço da alma da princesa ficava logo contido pelas notícias pessimistas – no caso, a consolidação paulatina da República.

Era, aliás, contrária às revoluções. Ainda se fosse para repor no trono o velho pai... Lembrava-se, e agora com maior intensidade, que este reprovava sempre os movimentos armados; chegara mesmo a submeter-se àquele humilhante embarque na madrugada de 17 de novembro de 1889 (como um *negro fugido*) para que não houvesse derramamento de sangue.

Restauração, sim! Pela vontade popular; pelas armas, não! E apressou-se a desautorar,

em carta ao *seu* ministro, João Alfredo, que a punha a par dos acontecimentos, os planos revolucionários ⁰¹⁵: “4 de dezembro de 1892. Boulogne-sur-mer. Senhor João Alfredo [dirigia-se ela ao conselheiro]. De maneira coletiva respondo à mensagem coletiva que o senhor e seus companheiros me enviaram por intermédio do barão de Muritiba.

Não quero, porém, deixar de também, confidencialmente, responder à sua carta confidencial que pelo mesmo canal chegou-me às mãos. Tanto mais facilmente o faço que suas idéias quadram em tudo com as minhas. Quanto preferível seria que a persuasão moral só para lá nos fizesse voltar! Quanto mais firme tudo ficaria!

Lamento sempre as circunstâncias que armam irmãos contra irmãos. De forma alguma desejo animar semelhante guerra, e tanto mais que não vejo nela base segura, nem êxito muito provável. Dói-me o coração pensar que talvez só leve a fazer ainda maior número de infelizes.

Além disso, pelo que me constou são empregados subterfúgios para obter dos vizinhos garantias que repugnam a lealdade. Quando a política deixará de empregar meios que diminuem a grandeza moral dos povos e das pessoas! É assim que tudo se perde e que nós nos perdemos. O senhor conhece meus sentimentos de católica e brasileira. Não duvidará pois que uma vez que a nação se pronunciar, por convicção geral, pela Monarquia, para lá voltaremos. Não posso, porém, deixar de dizer que os meios atualmente empregados me parecem dolorosos, sem êxito certo e, por conseguinte, tornando mais difícil qualquer tentativa mais tarde, quando os espíritos mais amadurecidos e convencidos estiverem, e assim mais aptos a conservar o que tivessem feito.” Era a esperança da restauração ainda viva em sua alma!

Mais adiante, acrescentava, para terminar:

“Deixe-me abrir-lhe, assim, meu coração, confidencialmente, ao senhor, que, em circunstâncias gloriosas e dolorosas, foi sempre o mesmo para nós.”

E ela, que não dispensava nunca, desde 1864, nem nas cartas íntimas ao pai, nem nos bilhetes da regente aos ministros, o título que adquirira pelo casamento, assina-se, agora, como imperatriz: *Isabel*, tão-somente.



Desaprovada a revolta, e também a conspiração, encerrou-se o ciclo restaurador que se diluía, aliás, com o paulatino desaparecimento dos últimos *monarquistas*. Terminara com o lamentável incidente de que fora vítima o velho conselheiro Andrade Figueira – que preso como conspirador e processado, enfrenta o júri com um discurso insolente: “Srs. jurados: Não venho defender-me, venho acusar. Conspirei, conspiro e hei de conspirar – e quem não conspirará vendo a sua pátria em frangalhos, como vejo a minha?” E foi absolvido! ⁰¹⁶



Os condes d’Eu, terminados os inventários dos imperadores – que se arrastavam na justiça brasileira – e, depois, o do duque de Nemours, puderam, enfim, adquirir a casa onde residiam em Boulogne-sur-Seine, e logo depois o castelo d’Eu, ao norte da França, decorando-os e transformando-os em verdadeiros lares brasileiros. Aí recolheram eles a saudade da pátria distante, no meio dos quadros e móveis que lhes vieram dos paços de S. Cristóvão e da Cidade, entre os quais a mesa redonda, estilo império, com as iniciais em bronze de Pedro I, e em cujo tampo de mármore fizera a princesa inscrever a data de *13 de maio de 1888*, em lembrança da lei que ali assinara.



Em 1901, perto de seu palacete de Boulogne, arremessava-se o patricio Santos Dumont, em acidente, numa experiência do seu dirigível. É o próprio Santos Dumont quem

depõe, quando descreve os preparativos para conquistar o Prêmio Henry Deutsch, narrando o episódio de um pé de vento enquanto o motor do balão entrava em pane: “A aeronave entrou a declinar e foi-se arriar sobre o mais alto dos castanheiros do parque do sr. Edmond de Rotschild.” E prossegue, adiante: “Bem perto do local do acidente ficava o palácio da princesa Isabel, condessa d’Eu. Assim que soube onde eu me achava e que ia ser preciso algum tempo para desprender a aeronave, mandou-me um almoço à árvore, convidando-me para ir depois lhe narrar a aventura.

Fui, e quando acabei a minha história, a filha de d. Pedro me disse: suas evoluções aéreas fazem-me recordar o vôo dos nossos grandes pássaros do Brasil. Oxalá possa o senhor tirar do seu propulsor o partido que aqueles tiram das próprias asas e triunfar, para glória de nossa querida pátria.

Alguns dias depois enviou-lhe uma medalha de S. Benedito – única condecoração que lhe cabia, agora, distribuir – para protegê-lo de novos acidentes, acompanhada da singela carta: “Sr. Santos Dumont – Envio-lhe uma medalha de S. Benedito, que protege contra acidentes. Aceite-a e use-a na corrente do seu relógio, na sua carteira ou no seu pescoço. Ofereço-lhe pensando na sua boa mãe e pedindo a Deus que lhe socorra sempre e lhe ajude a trabalhar para a glória de nossa pátria. – *Isabel, condessa d’Eu.*”

O Pai da Aviação, a propósito, escreveu: “Como os jornais falaram com freqüência da minha pulseira, direi que a leve corrente de ouro que a constitui não é senão o meio escolhido por mim para usar essa medalha de tão grande estimação”⁰¹⁷.

Ainda sobre o assunto há um depoimento da princesa em postal à baronesa de Loreto: “O Santos Dumont foi também muito festejado, como merecia, em Inglaterra. Irá passar o inverno em Monte Carlo para continuar suas experiências. Que rapaz de valor!”⁰¹⁸

Educando os filhos em escolas militares – preparando-os, portanto, para a nova vida que deveriam viver na Europa – preocupava-se ainda a princesa com o futuro da sua causa, entregue no Brasil a um diretório monárquico que a representava. Anos depois, transmitindo a chefia da sua causa a seu filho dom Luís, escrevia a João Alfredo: “Meu prezado conselheiro sr. João Alfredo – A baronesa de S. Joaquim é de toda minha confiança. Ela lhe falará. Desejaria muito e muito que viesse ver-me logo que lhe for possível, a menos que objeto de maior importância ainda o retenha lá. Desejaria também que estivesse convencido de que não faço absolutamente questão da minha pessoa. Outro mais moço poderá estar mais no caso de ser útil, e se não soltei as rédeas já é porque a mocidade pode ser temerária. Lá verão o que devam fazer, convencidos de que ninguém de minha família porá obstáculo ao que for para o bem do país”⁰¹⁹.

Como mudam, com o tempo, as opiniões e também os pontos de vista. O “outro mais moço” a quem ela não queria soltar as rédeas “porque a mocidade pode ser temerária” tinha precisamente a sua idade quando assumira a regência pela primeira vez...

A propósito, há um postal à baronesa de Loreto⁰²⁰, no qual depõe a princesa sobre esse assunto: “Muito e muito lhe agradecemos suas felicitações pelo casamento dos filhos⁰²¹. Cada um escolheu seu rumo, e penso que serão muito felizes. Graças a Deus os irmãos são muito unidos e tudo fizeram de comum acordo.” E depois de dar sua opinião pessoal sobre as noras, escreve: “Não é exato que o príncipe tivesse, como disse o *Jornal do Brasil*, falado na renúncia de Pedro por ocasião do almoço no dia do casamento. Mas ela foi, com efeito, assinada dias antes do casamento do Luís.”

Transmitindo ao irmão a herança do trono do Brasil, conservou, porém, o príncipe d. Pedro de Alcântara a chefia da casa imperial, situação ratificada expressamente no testamento

do conde d'Eu.

Mas a correspondência com o conselheiro João Alfredo, que fora seu ministro, prosseguia:

“Meu prezado conselheiro senhor João Alfredo – A condessa Monteiro de Barros lhe dirá toda a vontade que tenho de vê-lo e de conversar com o senhor. Venha o mais breve possível. Sinto muito que sua viagem tivesse sido adiada. Terei tanto prazer em torná-lo a ver! Creia em toda a minha amizade”⁰²².

Em 1906, pensou-se na trasladação dos despojos dos imperadores para o Brasil – movimento a que vivamente se opôs a princesa, pois só compreendia o repatriamento dos pais com a abolição do banimento, e uma lei nesse sentido, explicava, “não poderia ser aproveitada por mim pessoalmente nas circunstâncias atuais” – ao Brasil não mais voltaria... E acrescentava: “Não me poderia resignar a deixar ir para longe de mim os restos daqueles que tanto amei e amo e perto dos quais ainda posso ir rezar”.

Mas, tempos depois, com a trágica proclamação da República portuguesa, é ela quem vai apelar para o mesmo confidente:

“A triste revolução de Portugal nos fez reviver novembro de 89, e ao mesmo tempo dá-me a pensar, ansiosa, sobre os queridos restos mortais de meus queridos pais. Ficam eles em Lisboa à mercê de quem?!” – pergunta, aflita; e prossegue, confessando ter mais confiança na República do Brasil que na de Portugal. Eis por que vinha pedir-lhe um conselho – que se entendesse reservadamente com as autoridades... “O senhor avaliará bem minhas preocupações. Peço-lhe que, como sempre, me ajude a tomar a decisão mais ajuizada”...

A *decisão mais ajuizada* viria em 1920, quando o presidente Epitácio Pessoa propôs ao Congresso Nacional, juntamente com a proposta de repatriação dos sagrados despojos, a abolição da lei do banimento.



E voltaram. O conde d'Eu, fazendo-se de esquecido dos agravos que lhe amarguraram os últimos anos do Brasil – tendo-os mesmo perdoado – prepara-se para rever a pátria que adotara. Com ele, o seu primogênito, d. Pedro de Alcântara, a quem a Constituição do Império outorgara o título de príncipe do Grão-Pará, que vinha rever, e mostrar à esposa e aos filhos, a terra em que nascera. Guardaria ele lembranças do país que deixara ainda tão jovem? Da sua Petrópolis aonde viera ao mundo? Morrera, porém, d. Luís – o impetuoso pretendente – a quem a República negara o direito de entrada, quando aqui estivera em 1907. Não havia, pois, mais perigo. “Na nossa terra” [...] dissera ele em carta a Martim Francisco, “continuamos a ser considerados como lobisomens”⁰²³. Mas veio sua viúva, vieram os filhos, conhecer a pátria que admiravam pela primeira vez. Só não veio a princesa Isabel... “Desejava ardentemente rever a pátria e reviver durante algumas semanas de doces e longínquas lembranças” – asseveraria, mais tarde, o bispo de Ruão⁰²⁴. Voltariam à lembrança as doces recordações “de Petrópolis, de minha casa, do meu jardim, de minhas amigas”... como lhe ouvira, certa vez, André Rebouças⁰²⁵. A saúde abalada pela morte de dois filhos e a idade avançada foram o pretexto. Mas seu sentimento feminino não esquecera – nem poderia! – que a República fora feita contra o Terceiro Reinado! E não veio.



E de Petrópolis – desta cidade imperial, que apesar de, oficialmente, não ter recebido o enobrecedor predicado, sempre foi, e continua sendo a mais imperial das cidades brasileiras – e de Petrópolis – como ela mesma dissera – de sua casa, do seu jardim, que lembranças guardaria a princesa Isabel? Entre várias outras, há uma nota de singular destaque para a

cidade e para este palácio e seu parque em particular.

Procurava a prefeitura municipal (já nessa época preocupada com a escassez do seu erário) remediar os males de sua penúria com o indefectível aumento de impostos. E o prefeito Oscar Weinschenck, tão zeloso pelo patrimônio que lhe fora confiado, promulga a deliberação nº 66, de 20 de dezembro de 1919, criando e regulando o imposto de testada. Assim, de acordo com o novo dispositivo legal seria o parque do palácio, com sua imensa frente para a avenida 7 de Setembro, taxado na importância de perto de 30 contos anuais, o que, para a época, constituía uma soma respeitável.

E o superintendente da Fazenda Imperial, o advogado Otávio da Silva Costa, procurando defender e acautelar os interesses dos príncipes, de quem era, aliás, procurador, iniciou gestões para a venda do parque, recebendo uma proposta que lhe pareceu merecedora de consideração, e que oferecia pela propriedade a quantia de 5.000 contos.

Para se ter idéia do valor da oferta, basta considerar-se que, em 1938, para efeito de compra pelo governo federal do trecho principal e maior da propriedade – compreendendo o antigo palácio imperial e o respectivo parque – foi a mesma avaliada em 2.000 contos ⁰²⁶.

Comunicada à princesa a notícia da deliberação municipal e a tentadora oferta que obtivera, recebe Silva Costa a seguinte comovedora carta:

“Muito lhe agradeço, meu nobre e leal amigo, as suas notícias. Quanto ao imposto que me cabe pagar, pagá-lo-ei muito gratamente, desde que ele resulta em benefício da formosa cidade de Petrópolis, a que amo e a que estou ligada por tantas recordações imorredouras.

A oferta de cinco mil contos pelo meu parque, esse lindo recanto da risonha cidadezinha, berço de meus filhos, a fim de que os seus compradores o dividam em lotes e os vendam para novas construções, não quero aceitá-la eu. O meu patrimônio pode e deve passar sem esse aumento, mesmo porque eu me não sentiria satisfeita de saber que fora com o sacrifício da beleza de Petrópolis que esses cinco mil contos me haviam vindo às mãos”.

E prossegue adiante: “Não, meu leal e nobre amigo, acho acertado pagar o referido imposto. Pagá-lo-ei enquanto viva.”

E termina, afirmando que “com o pagamento que eu deva fazer do grande imposto, muito mais concorro para as melhorias da querida cidade de meus filhos” ⁰²⁷.



No ano seguinte, debilitou-a uma grande fraqueza. Cumprira, aliás, sua missão. O marido revira por ela as roseiras de Petrópolis, os umbrais de São Cristóvão, o seu Paço Isabel. E a 14 de novembro de 1921 fechava para sempre aqueles olhos cheios da lembrança do Brasil; emudeciam aqueles lábios que convocaram um dia João Alfredo para uma grande jornada; paralisava-se aquela mão que com a pena de ouro e brilhantes, declarara a liberdade de uma raça! Falecia a grande filha de Pedro II, que demonstrara na pátria e no exílio o que entendia ser uma alma essencialmente brasileira.

Noticiário – 1971

1. Aquisições

- 1.1 Doações
- 1.2 Permutas
- 1.3 Compras

2. Atividades culturais

- 2.1 Promoções
- 2.2 Peças cedidas por convênio
- 2.3 Cessão do auditório
- 2.4 Pesquisas no Arquivo Histórico
- 2.5 Consultas na Biblioteca

3. Atividades administrativas

4. Visitação



1. Aquisições

1.1 Doações

1.1.1 Artesanato

Toalha. Cambraia de linho, branco, bordada a sigla P II sob coroa imperial. Doação das senhoras Maria Ester Ortuño Lessa e Carmem Ortuño Lessa.

1.1.2 Cerâmica

Prato. Porcelana francesa. Pertenceu a Antônio Joaquim da Silva Pinto, barão de São Fidélis. Doação do dr. Paulo Joaquim da Silva Pinto.

1.1.3 Diversos

Argola para guardanapo. Alpaca, gravados os dizeres: Pensão de Petrópolis nº 14. Doação do sr. Manuel Rabelo de Almeida e Silva.

1.1.4 Documentos

Pedro II: um autógrafo oferecido a Mariette Bey, datado de Cairo, 25/05/1827, um exercício caligráfico de dom Pedro II que pertenceu a Luís Aleixo Boulanger e carta enviada a dom Pedro I por dom Pedro II, datada de 22/10/1831, escrita por dona Maria Verna Magalhães. Doação do dr. Paulo Berger.

Pedro II: decreto de 28/07/1882 nomeando Henrique Graça, juiz municipal de Santa Maria Madalena. Doação do coronel Sinval Autran de Alencastro Graça.

1.1.5 Iconografia

Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, visconde de Sepetiba. Óleo. Autoria de J. Guimarães. Doação do dr. Floriano Reis.

Conde d'Eu. Fotografia datada de 1921. Doação do tenente-coronel José Peres de Vasconcelos.

Isabel, Princesa. Miniatura iluminura. Bico de pena e guache e pedras sintéticas. Autoria da doadora, sra. Maria Amélia Arruda Botelho de Sousa Aranha.

Joana Cândida de Oliveira Viana, viscondessa de Pirapitinga. Fotografia. Autoria de Henschel & Benque. Doação da sra. Rosa Tavares Moreira.

João Caldas Viana Filho, visconde de Pirapitinga. Fotografia colorida a óleo. Autoria de Justiniano José de Barros. Doação da sra. Rosa Tavares Moreira.

João Caldas Viana Filho e Joana Cândida de Oliveira Viana, viscondes de Pirapitinga. Fotografia. Autoria de Insley Pacheco. Doação da sra. Rosa Tavares Moreira.

Napoleon rend honneur au courage malheureux. Gravura. Autoria de Bosredon, segundo original de João Batista Debret. Doação do sr. Simon Hayman.

1.1.6 Obras bibliográficas

Foram doadas 132 obras das quais destacamos:

BARMAN, Roderick J. *Brazil at mid-empire: 1853-1857*. Berkeley (Califórnia) 1970. Doação do autor.

MEEN, V. B. e Tushingham, A. D. *Crown Jewels of Iran* – University of Toronto Press, 1968. Doação dos companheiros das Américas (Estado do Rio de Janeiro/Maryland).

1.1.7 Ourivesaria

Corrente e caçoleta. Ouro. Presente da princesa Isabel à baronesa de Muritiba. Estas peças fazem parte de um quadro-estojo contendo ainda um pergaminho com o histórico das peças e um recorte de revista com o retrato da família imperial, em Cannes, no exílio. Doação da sra. Lúcia Piza Figueira de Melo Falkenberg.

1.2 PERMUTAS

1.2.1 Obras bibliográficas

Entraram por permuta 5 obras.

1.3 COMPRAS

1.3.1 Luminária

Lustre. Cristal Bacará. Pertenceu a João Caldas Viana Filho, visconde de

Pirapitinga.

1.3.2 Obras bibliográficas

59 obras, das quais destacamos:

Relatório da Repartição dos Negócios do Império. Rio de Janeiro 1847.

2. Atividades culturais

2.1 Promoções

Curso Princesa Isabel. Promovido pelo Museu Imperial com a colaboração do príncipe dom Pedro de Orleans e Bragança.

Antecedentes da Lei do Ventre Livre, aula proferida pelo prof. Paulo Machado da Costa e Silva;

A Princesa Isabel e o Poder Moderador, aula proferida pelo prof. João Camilo de Oliveira Torres;

A iconografia da princesa Isabel, aula proferida pela prof.^a Gilda Marina de Almeida Lopes;

Isabel, a católica, aula proferida pelo padre Francisco Leme Lopes, S.J.;

A princesa Isabel e a sociedade do seu tempo, aula proferida pelo prof. Odilon Nogueira de Matos;

O conde d'Eu no Exército brasileiro, aula proferida pelo coronel Everaldo Reis, e

Exílio e morte da princesa Isabel, aula proferida pelo prof. Lourenço Luís Lacombe.

Exposição comemorativa do 82º aniversário da Lei Áurea, *em homenagem à princesa Isabel, ao ensejo da transladação dos despojos dos condes d'Eu para a catedral de Petrópolis, inaugurada pelo senador Jarbas Gonçalves Passarinho, ministro de Estado da Educação e Cultura. Objetos, documentação gráfica e iconográfica, relacionados com os condes d'Eu e a Lei Áurea.*

Exposição comemorativa do centenário da assinatura da Lei do Ventre Livre. Peças relacionadas com a princesa Isabel e a Lei do Ventre Livre.

Exposição em homenagem a dom Pedro II, por ocasião do aniversário natalício. Objetos relacionados com dom Pedro II.

Exposição comemorativa do aniversário do falecimento do professor Koch. Originais dos estudos de línguas orientais do imperador dom Pedro II.

Exposição comemorativa das viagens dos imperadores dom Pedro II e dona Teresa Cristina. Diários de dom Pedro II.

2.2 Peças cedidas por convênio

De acordo com o convênio de cessão administrativa de uso de bens, firmado entre a Presidência da República e o Ministério da Educação e Cultura, para figurarem no Palácio do Planalto, em Brasília, foram cedidas as seguintes peças do acervo do Museu Imperial:

Dom Pedro I (duque de Bragança). Óleo. Autoria desconhecida.

Abordagem da corveta Maceió. Óleo. Autoria de João Batista Castagneto, segundo o

original de De Martino;

Praia de Santa Luzia. Óleo. Autoria de Jorge Grimm.

2.3 Cessão do auditório

Concertos promovidos pela Sociedade Artística Villa-Lobos: do conjunto Banda Antiqua; de canto, do baixo Alexandre Trik, acompanhado pela pianista Maria Lúcia Pinho; do pianista Arnaldo Estrela; do pianista Jacques Klein; do Quarteto da Guanabara; do conjunto Roberto Regina, de músicas medievais e renascentistas.

Conferências promovidas pela Academia Petropolitana de Letras: *Vida e lirismo de Bocage*, pelo almirante Olavo Dantas; *A solidão na vida e obra de Florbela Espanca*, pela prof.^a Clara Silva Antunes; *A epopéia de Castro Alves*, pelo dr. Mário Fonseca; *Vida e obra de Castro Alves*, pelo vice-almirante Olavo Dantas; *O teatro de Castro Alves*, pelo prof. Eloy Duarte dos Santos; *Novas achegas à vida e obra de Castro Alves*, pelo prof. Pedro Calmon.

Cursos promovidos pela Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Petrópolis: Literatura Portuguesa, Jornalismo e Dicção e o encerramento do curso de pintura em porcelana ministrado pela prof.^a Maria Luísa S. L. Ribeiro Ratto.

Projeções de filmes científicos, promovidas pelo Diretório Acadêmico Sá Earp, da Faculdade de Medicina de Petrópolis.

Segundo Seminário de Educação, promovido pelo Sindicato de Professores de Petrópolis.

2.4 Pesquisas no Arquivo Histórico

O Arquivo atendeu a 49 pessoas que se utilizaram de 1.108 documentos para fins de pesquisa, dos quais destacamos os seguintes pesquisadores:

BUNIN, Theodore. Universidade de Nova York. Tese de doutorado: Relações diplomáticas entre o Brasil e os Estados Unidos da América. 1861-1869.

CARVALHO, José Murilo de. Universidade de Stanford (EUA). Tese de doutorado: A elite política do Império.

CERQUEIRA, Beatriz Westin de. Faculdade de Filosofia de Marília (SP). Tese de doutorado: O Senado no Segundo Reinado, 1870-1889.

COURET, Jean Didier. Estudos para publicação da correspondência diplomática e privada do conde de Gobineau.

DIEKEMPER, Barnabas (sac.). Universidade de New Mexico. Tese de doutorado: A Influência dos franciscanos na Amazônia durante os séculos XIX e XX.

HANER, June E. Mudanças Urbanas no Brasil, 1880-1920.

MCBETH, Michael C. Universidade de Wisconsin (EUA). Tese de doutorado: O Exército brasileiro, de 1822-1831

PUENTES, Gabriel. Missión de M. y García, 1815-1820.

SALMORAL, Manuel Lucena. Organização de um seminário sobre o século 19 brasileiro, na Universidade Javeriana, Colômbia.

Curso intensivo de técnicas de pesquisa histórica: o Museu Imperial realizou no período de 26 a 29 de julho de 1971, dentro do programa estabelecido pelo convênio entre o Arquivo Nacional e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, um estágio supervisionado, seguido de seminário, sobre pesquisa relativa aos seguintes temas – Petrópolis: aspecto sócio-econômico; Regência do príncipe Dom Pedro: aspecto político; e Princesa Isabel: biografia.

2.5 Consultas na Biblioteca

A Biblioteca atendeu a 1.913 pessoas que se utilizaram de 1.268 obras.

2.6 Publicações

Anuário do Museu Imperial: volumes XXI a XXXI – 1960-1970 (num volume único). Rio de Janeiro, Museográfica, 1971. Tiragem: 1.850 exemplares.

Catálogo da exposição em homenagem à princesa Isabel – 13 de maio de 1971. Rio de Janeiro, Museográfica, 1971. Tiragem: 1.000 exemplares.

Foram expedidos 473 exemplares dos volumes do Anuário do Museu Imperial, existentes em estoque, nºs XVI, XVIII, XIX e XX, sendo 351 para o exterior.

3. Atividades administrativas

3.1 Comunicações

3.1.1 Expediente recebido: 607

3.1.2 Expediente remetido: 4.764

3.2 Dotação orçamentária

<i>Dotações</i>	<i>Cr\$</i>	<i>Cr\$</i>
<i>Consignada no Orçamento</i>	829.000,00	
<i>Crédito Suplementar</i>	147.100,00	976.100,00
<i>Dotações</i>	<i>Cr\$</i>	<i>Cr\$</i>
<i>Despesa paga</i>	882.404,16	
<i>Restos a pagar</i>	93.695,84	976.100,00

3.3 Pessoal

3.3.1 Aperfeiçoamento de funcionários

Designados funcionários da seção administrativa e do setor financeiro para freqüentar, no período de 12 a 15/10/1971, curso sobre Administração Financeira, Contábil e Auditoria, promovido pela Inspetoria Geral de Finanças do Ministério da Educação e Cultura, no Rio, nos termos do Of. Circular n. 27/71 IGF/6, daquela inspetoria.

3.3.2 Aposentadoria

Neste exercício foram aposentados os seguintes funcionários do Museu Imperial: Francisca Justen Fonseca e Mário Teixeira Bessa.

3.3.3 Concursos

Autorizada pelo Departamento Administrativo do Pessoal Civil (DASP), a realização dos concursos para preenchimento de empregos de auxiliar de documentação, auxiliar de jardinagem, faxineiro, ficharista e vigia, da tabela de pessoal temporário (CLT) do Museu Imperial, publicado no Diário Oficial de 22/12/1971, o Edital nº 1 do M. I., e as instruções reguladoras para os concursos.

3.3.4 Nomeação

Nomeado para diretor do Museu Histórico Nacional, funcionário lotado no Museu Imperial, Gerardo Brito Raposo da Câmara, conservador de museu, chefe da Divisão da Monarquia Brasileira e substituto do diretor, decreto publicado no Diário Oficial de 27/08/1971.

3.4 Obras

Prosseguimento da construção de um edifício anexo, destinado à instalação dos setores administrativos, técnicos, culturais e educativos do Museu Imperial:

- a) águas pluviais: caixas de passagem à rede;
- b) paredes de alvenaria de tijolos; e
- c) cobertura.

Construção de muro de arrimo nos limites com a rua Almirante Tamandaré, no Monte Real.

3.5 Referência legislativa

Fichamento de atos oficiais, publicados no Diário Oficial – Parte I – Seção I, nos meses de agosto a dezembro.

Colaboram neste número:

Paulo Machado da Costa e Silva

Presidente do Instituto Histórico de Petrópolis.

Presidente do Conselho Municipal de Cultura (Petrópolis).

Membro do Conselho Estadual de Cultura (RJ).

Professor da Universidade Católica de Petrópolis.

João Camilo de Oliveira Torres

Professor (aposentado) da Universidade Católica de Minas Gerais e da Universidade Federal de Minas Gerais.

Professor emérito (aposentado) da Universidade Mineira de Arte.

Sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Correspondente da Academia Portuguesa de História.

Gilda Marina de Almeida Lopes

Museóloga, conservadora de Museu do Ministério da Educação e Cultura.
Chefe da Seção de Pesquisa do Museu da República (Palácio do Catete).
Professora do curso de museus do Museu Histórico Nacional.

Odilon Nogueira de Mattos

Professor de História do Brasil na Universidade Católica de Campinas (SP), no Departamento de História da Universidade de São Paulo e na Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Sócio do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Everaldo de Oliveira Reis

Coronel do Exército.

Instrutor no Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra.

Sócio do Instituto de Geografia e História Militar.

Francisco Leme Lopes, S. J.

Decano do Centro de Teologia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Professor de Filosofia da PUC (Rio de Janeiro).

Membro do Conselho Estadual de Educação (GB).

Membro do Conselho Indigenista.

Lourenço Luís Lacombe

Diretor do Museu Imperial.

Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Sócio do Instituto Histórico de Petrópolis.

Professor (licenciado) de História do Brasil na Universidade Católica de Petrópolis.

